REVISTA INTERDISCIPLINAR
R I E T
EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

A RELAÇÃO ENTRE PESSOAS E SEUS AMBIENTES/TERRITÓRIOS EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES



Ano 4- Vol. IV - Núm. 1 - 2024 - ISSN: 2676-0355
Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade-PPGET/FAIND/UFGD

HTTPS://OJS.UFGD.EDU.BR/INDEX.PHP/RIET

A Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (RIET) tem como objetivo fomentar resultados de pesquisas empíricas e teóricas que envolvem o território e sua relação com a educação – a partir de suas múltiplas dimensões social, ambiental, política, econômica e cultural. As áreas de abrangência da **RIET** são: sociologia, antropologia, geografia, história, pedagogia, linguagens, biologia e demais ciências da natureza e etnomatemática. Os artigos são avaliados pelos pareceristas em regime de double blind peer review.

RIET – Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade

Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade

Faculdade Intercultural Indígena - FAIND

Universidade Federal da Grande Dourados

Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade- PPGET

Coordenador: Dr. Andérbio Márcio Silva Martins
E-mail: anderbiomartins@ufgd.edu.br

Vice-coordenador: Dr. Adenomar Neves de Carvalho
E-mail: adenomarcarvalho@ufgd.edu.br

Endereço: Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitária,
Cx. Postal 533 - CEP 79804-970

AS OPINIÕES EXPRESSAS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS (AS) AUTORES (AS)

HTTPS://OJS.UFGD.EDU.BR/INDEX.PHP/RIET

Ano IV | Volume IV| Número I
Janeiro/Junho de 2024
ISSN: 2676-5035

Organizadores do dossiê:
A RELAÇÃO ENTRE PESSOAS E SEUS AMBIENTES/TERRITÓRIOS EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES.

Dr. Roberto Lobo Munin (UFGD)
E-mail: robertomunin@ufgd.edu.br

Dr. Joelson Moreno Brito de Moura (UNIFESSPA)
E-mail: joelson.moura@unifesspa.edu.br

EQUIPE EDITORIAL

EDITORAS-CHEFES

Dra. Andreia Sangalli **-** UFGD
Dra. Racquel Valério Martins - UFGD

EDITORES ASSOCIADOS

Dr. Daniel Valério Martins – UFGD
Dra. Elâine da Silva Ladeia- UFGD
Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel - UFAM
Dra. Maria Aparecida Mendes de Oliveria - UFGD
Dr. Roberto Lobo Munin - UFGD
Dr. Rodrigo Simão Camacho – UFGD

SUMÁRIO

Apresentação**.....** p. 07

Artigos do Dossiê

Serviços ecossistêmicos culturais no Pampa gaúcho**.....** p. 12
Tatiane Netto
Roberto Verdum
Luís Alberto Pires da Silva

Indicadores de desempenho e multifuncionalidade de sistemas agroflorestais agroecológicos: biodiversidade, segurança alimentar e saúde sistêmica**.....** p. 38
Adriana Rita Sangalli
Mirian Fabiane Strate

A natureza do espaço. Contribuições para pesquisa de territórios camponeses**.....** p. 62
Walter Roberto Marschner

Efeito estufa e aquecimento global/ Yvypytu Haku: uma visão dos guarani/kaiowá no tekoha Taquaperi**.....** p. 86
Agnaldo Lopes
Patrícia Perez Machado

Cooperação sul-sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**.....** p. 99
Lucas Atanásio Catsossa

O tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global: uma opção ao atual modelo social de desenvolvimento**.....** p. 130
Anísio Gonçalves Da Silva
Giseli Dalla Nora
Edson Gomes Evangelista Dalla-Nora

Interculturalidade: notas a partir de estudo com academicos Apinajé**.....** p. 155
Mara Pereira da Silva

REVISTA INTERDISCIPLINAR RIET EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

APRESENTAÇÃO

Sob a organização dos pesquisadores Dr. Roberto Lobo Munin (UFGD) e Dr. Joelson Moreno Brito de Moura (UNIFESSPA), o Dossiê "A relação entre pessoas e seus ambientes/territórios em suas múltiplas dimensões" surge com o desafio de instigar o debate sobre a interação entre as pessoas em ambientes/territórios múltiplos, uma vez que essa interação tem provocado cada vez mais mudanças ambientais e impactado as sociedades humanas em suas diversas dimensões. Essa relação humano-natureza é dinâmica e complexa, sendo influenciada por diversos fatores sociais e biológicos. Devido à complexidade dessa relação, um ponto chave da proposta é a interdisciplinaridade e o diálogo com várias áreas do conhecimento.

Dessa forma, esse dossiê da Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (RIET) - do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET - UFGD) - teve por objetivo acolher trabalhos que abordam as relações entre pessoas e seus ambientes/territórios de maneira ampla e holística, analisando como as populações humanas entendem e modificam seus espaços ao longo do tempo.

A organização desse número contou com a participação de vários colaboradores. Portanto, agradecemos a Dra. Andreia Sangalli e a Dra. Racquel Valério Martins, Editoras-chefes da revista. Também, agradecemos ao empenho de pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições de ensino/pesquisa que contribuíram com a emissão dos pareceres.

A organização desse número abordou as seguintes temáticas: *percepção ambiental; ecologia humana; agroecologia; serviços ecossistêmicos; e ecologia política*.

A discussão sobre ação humana no ambiente deve ser recorrente. Em um cenário de constantes mudanças climáticas e de alterações significativas da dinâmica dos ecossistemas, fruto de uma lógica econômica que utiliza os recursos naturais de maneira desenfreada, se faz essencial o debate sobre como práticas de manejo, por exemplo, influenciam certos padrões dos ecossistemas, bem como a vida social das populações humanas envolvidas. Assim, o olhar cuidadoso para a dinâmica dos sistemas socioecológicos, fruto de práticas culturais, é um dos objetivos deste dossiê. Esse olhar pode trazer reflexões importantes e

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

conduzir a possíveis estratégias sustentáveis que mitiguem a degradação dos recursos naturais.

Diante desta conjuntura, sistematizamos aqui 7 artigos científicos, que instigam o debate pertinente sobre o papel dos seres humanos nos seus ambientes.

Abrimos o dossiê com o artigo **"Serviços ecossistêmicos culturais no Pampa gaúcho".** Desenvolvido por Tatiane Netto, Roberto Verdum e Luís Alberto Pires da Silva, o estudo buscou assinalar as transformações da paisagem e analisar os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) no Pampa. Atualmente, o Pampa Gaúcho é considerado como um ecossistema ameaçado, o qual apresenta grandes áreas de reconversão para lavouras e silvicultura, contribuindo para a segregação da paisagem e a desvalorização dos modos de vida do campo com a inserção de cultivos diversos. Assim, a autora e os autores realizaram o estudo em áreas protegidas, por meio de entrevistas e diálogos com técnicos extensionistas e pecuaristas familiares. A identidade cultural dos pecuaristas familiares expressa os elementos da natureza intimamente relacionados à formação de um contexto cultural, sempre atrelado à prática do trabalho no campo, à lida campeira que resulta em serviços ecossistêmicos de conhecimento, tais como a doma, o pastoreio, a esquila e a lida caseira.

O artigo **"Indicadores de desempenho e multifuncionalidade de sistemas agroflorestais agroecológicos: biodiversidade, segurança alimentar e saúde sistêmica"**, conduzido por Adriana Rita Sangalli e Mirian Fabiane Strate, partiu do esforço em analisar a multifuncionalidade presente em sistemas agroflorestais agroecológicos de propriedades rurais familiares do Rio Grande do Sul em suas diferentes dimensões (ambiental, social, econômica, cultural e de segurança alimentar e nutricional - SAN), a partir da aplicação de indicadores de desempenho elaborados de forma participativa. As autoras utilizaram a abordagem da multifuncionalidade da agricultura, a fim de analisar a sua presença nos sistemas agroflorestais (SAF´s). O estudo evidenciou que os sistemas agroflorestais pesquisados são multifuncionais, já que atendem todas as dimensões dessa abordagem, sendo algumas mais fortalecidas, como a SAN e a Biodiversidade. Os benefícios promovidos pelos SAF´s são essenciais na atualidade, diante das diversas crises que o mundo vivencia, principalmente pós pandemia, na promoção da saúde sistêmica aos seres humanos e do planeta, na sua integralidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Apresentação

No artigo elaborado por Walter Roberto Marschner, chamado **"A natureza do espaço. Contribuições para pesquisa de territórios camponeses"**, o autor faz uma revisão bibliográfica no âmbito da Sociologia do Espaço, de tradição anglo-saxônica, buscando formular princípios metodológicos para pesquisas de campo sobre a formação de territórios e sobre processos territoriais. Partindo da premissa que todo espaço é socialmente constituído, o autor procura abordar as consequências para a geografia agrária e geografia humana, entre outras áreas de conhecimento. Entre outras consequências, organiza-se um quadro para análise processual que destaque as diversas dimensões imbricadas na constituição do espaço.

Em seguida, apresentamos o trabalho de Agnaldo Lopes e Patrícia Perez Machado, chamado "**Efeito estufa e aquecimento global/ Yvypytu Haku: uma visão dos guarani/kaiowá no tekoha Taquaperi**". O autor e a autora buscaram investigar o que os mais velhos Guarani e Kaiowá da aldeia Taquaperi, localizada no Município de Coronel Sapucaia/MS, entendem por efeito estufa e aquecimento global e como esses fenômenos afetam o modo de viver nos dias atuais dessa comunidade. O estudo foi motivado pela tentativa de entender os problemas que as constantes queimadas têm causado na comunidade. De acordo com os participantes da pesquisa, o aquecimento global está relacionado ao desmatamento e às queimadas realizadas pelos seres humanos. O que se observa é que as mudanças climáticas, devido ao aquecimento global, afetam profundamente a vida dos moradores de Taquaperi, impactando a vida social, cultural e econômica. A partir dos relatos, os autores argumentam que a escola indígena tem um papel de extrema importância em realizar um diálogo entre os conhecimentos tradicionais e o da ciência ocidental, a fim de juntos encontrar caminhos para solucionar os problemas que a comunidade enfrenta.

O quinto artigo, do autor Lucas Atanásio Catsossa, trata da temática "**Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA"**. O artigo faz uma análise das ações dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros na luta e resistência contra a implementação do Programa Governamental ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. As lutas e resistências travadas por estes sujeitos em movimento contra este programa agrícola estavam movidas pelos princípios democráticos, pela promoção da justiça socioambiental, em defesa da soberania dos povos e solidariedade mútua de ambos os países.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Ao se unir, a ideia destes sujeitos em movimento tinha em vista evitar que os camponeses do Corredor de Nacala fossem espoliados da mesma forma como acontecera com os camponeses do cerrado brasileiro durante a implementação do Programa PRODECER. Depois de dez (10) anos e no meio de tantas adversidades, caracterizadas por ameaças, intimidações, perseguições, violência dentre outras práticas antidemocráticas, estes sujeitos em movimento conseguiram interromper em definitivo a implementação do ProSAVANA em Moçambique.

Sob a autoria de Anísio Gonçalves Da Silva, Giseli Dalla Nora e Edson Gomes Evangelista Dalla-Nora, temos o artigo "**O tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global: uma opção ao atual modelo social de desenvolvimento".** A discussão apresenta uma análise do documento *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASSRG*), que foi elaborado pela sociedade civil em 1992. O ambiente natural, em escala global, vem sofrendo agressões há anos e de maneira sistêmica, devido ao atual modelo de sociedade e do consumo dos recursos naturais. O TEASSRG visa à conscientização da necessidade de preservação do espaço na sua totalidade, pois é no âmbito do espaço vivido que o cidadão constrói sua cultura, seus valores, a partir disso, elabora consciências locais e globais. O TEASSRG está compilado em seis partes, entre elas, dezesseis princípios que apresentam como deve ser a Educação Ambiental que pode gerar melhorias para a vida no planeta. Destes, enfocaram-se neste texto os cinco primeiros, apresentados como uma das possibilidades de mitigação da miserabilidade suscitada pela degradação social, ambiental e acúmulo de riquezas.

Para finalizar o Dossiê, Mara Pereira da Silva, apresenta o artigo "**Interculturalidade: notas a partir de estudo com academicos Apinajé**", trazendo percepções dos educandos sobre suas relações interculturais no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes. Os pressupostos teóricos e metodológicos basearam-se em suas histórias de vida com a música, tendo como metodologia a História Oral. Os resultados apontam, que o diálogo entre indígenas e não indígenas existe, mas ainda é fragilizado, as relações continuam conflituosas. É necessário um aprimoramento para uma maior troca de experiências, pois o que percebemos é que a interculturalidade, para os indígenas, não é vista como um problema, e estão sempre dispostos a trocar conhecimentos.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Isso posto, acreditamos que o dossiê poderá contribuir com a discussão ambiental e suas relações entre humanos e natureza. A ideia, portanto, foi aglutinar uma rede de pesquisadores que debatem a temática e aprofundar os avanços teóricos e metodológicos em questão.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Dourados/MS, 2024.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Serviços ecossistêmicos culturais no Pampa gaúcho

Cultural ecosystem services in the Pampa gaucho

Servicios ecosistémicos culturales en la Pampa gaúcha

Tatiane Netto
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, POSGEA/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
Instituto de Geociências, Prédio 43113/203 – Campus Vale, Av. Bento Gonçalves, 9500. Porto Alegre/RS, Brasil
E-mail:tatinetto@yahoo.com.br
Orcid: 0000-0002-2980-426X

Roberto Verdum
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, POSGEA/Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS
Instituto de Geociências, Prédio 43113/203 – Campus Vale, Av. Bento Gonçalves, 9500. Porto Alegre/RS, Brasil
E-mail: verdum@ufrgs.br
Orcid: 0000-0002-0528-4343

Luís Alberto Pires da Silva
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, POSGEA/Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS
Instituto de Geociências, Prédio 43113/203 – Campus Vale, Av. Bento Gonçalves, 9500. Porto Alegre/RS, Brasil
E-mail: luisalberto.pires@gmail.com
Orcid: 0000-0003-1460-0923

Resumo: Atualmente, o Pampa Gaúcho é considerado como um ecossistema ameaçado, o qual apresenta grandes áreas de reconversão para lavouras e silvicultura, contribuindo para a segregação da paisagem e a desvalorização dos modos de vida do campo com a inserção de cultivos diversos. O objetivo do artigo é assinalar as transformações da paisagem e uma análise dos Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) no Pampa. A análise, sob a forma de entrevistas semiestruturadas com 16 entrevistados (10 técnicos extensionistas e 06 pecuaristas familiares) em áreas protegidas no entorno da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã/BR e no Valle del Lunarejo/UY, na fronteira entre Sant'Ana do Livramento/BR e Departamento de Rivera/UY, assim como a observação nas visitas a campo, permitiram identificar os Serviços ecossistêmicos de Identidade Cultural, o Patrimônio Cultural, a Identidade espiritual, a Inspiração, a Beleza cênica, a Recreação e o Turismo. A identidade cultural dos pecuaristas familiares expressa os elementos da natureza intimamente relacionados à formação de um contexto cultural, sempre atrelado à prática do

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

trabalho no campo, à lida campeira que resulta em serviços ecossistêmicos de conhecimento, tais como a doma, o pastoreio, a esquila e a lida caseira.

Palavras-chave: Identidade Cultural. Pecuária Familiar. Paisagem.

Abstract: Currently, the Pampa Gaúcho is considered a threatened ecosystem, which presents large areas of reconversion to crops and forestry, contributing to the segregation of the landscape and the devaluation of rural ways of life with the insertion of different crops. The objective of the research is to point to the transformations of the landscape and an analysis of the Cultural Ecosystem Services (SEC) in the Pampa. The analysis in the form of semi-structured interviews with 16 interviewees (10 technicians and 06 family farmers) in protected areas around the Environmental Protection Area (APA) of Ibirapuitã/BR and in Valle del Lunarejo/UY, on the border between Sant'Ana do Livramento/BR and the Rivera Department/UY, as well as observation in field visits, allowed the identification of Cultural Identity Ecosystem Services, Cultural Heritage, Spiritual Identity, Inspiration, Scenic Beauty, Recreation and Tourism. The cultural identity of family farmers identifies the elements of nature closely related to the formation of a cultural context, always linked to the practice of work in the field, the farm work that results in ecosystem services of knowledge, such as taming, grazing, sheep shear and handmade work.

Keywords: Cultural identity. Family livestock farming. Landscape.

Resumen: Actualmente, la Pampa Gaúcha es considerada un ecosistema amenazado, que presenta grandes áreas de reconversión para cultivos y forestación, contribuyendo a la segregación del paisaje y la desvalorización de los modos de vida rurales con la inserción de diferentes cultivos. El objetivo de la investigación es señalar las transformaciones del paisaje y, un análisis de los Servicios Ecosistémicos Culturales (SEC) en la Pampa. El análisis en forma de entrevistas semiestructuradas con 16 entrevistados (10 técnicos extensionistas y 06 ganaderos familiares) en áreas protegidas alrededor del Área de Protección Ambiental (APA) de Ibirapuitã/BR y en el Valle del Lunarejo/UY, en el límite entre Sant' Ana do Livramento/BR y el Departamento de Rivera/UY, así como la observación en las visitas de campo, permitieron la identificación de Servicios Ecosistémicos de Identidad Cultural, Patrimonio Cultural, Identidad Espiritual, Inspiración, Belleza Escénica, Recreación y Turismo. La identidad cultural de los ganaderos familiares identifica los elementos de la naturaleza íntimamente relacionados con la formación de un contexto cultural, siempre vinculado a la práctica del trabajo en el campo, el trabajo rural que redunda en servicios ecosistémicos de conocimiento, como la doma, el pastoreo, la esquila y tareas domésticas
.

Palabras Clave: Identidad cultural. Ganadería Familiar. Paisaje.

Data de recebimento: 15/11/2022
Data de aprovação: 30/05/2024
DOI: 10.30612/riet.v4i1.16511

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Introdução

As recentes modificações na dinâmica agrária, oriundas da ação humana, sobre o ecossistema do Pampa causam degradação dos elementos da natureza e redução da biodiversidade, com reflexos no bem-estar humano e na conciliação dos componentes econômicos, sociais e ambientais (CHOMENKO; BENCKE, 2016). As representações coletivas através da marca da cultura incidem na dimensão social e na construção de sentidos atribuídos pelo homem ao espaço, resultando em dinâmicas sociais modeladoras da paisagem de intervenções humanas com uma função ou intenção específica e como parte de um processo vital e evolutivo.

Existe uma relação muito forte entre agricultura e identidade social, com aumento significativo da valorização de modos de vida, das relações com a natureza, justapondo a questão econômica. Além disso, no final do século XX, aumenta-se o interesse pela paisagem como patrimônio cultural frente às ameaças que a globalização pode trazer para a identidade e diversidade local e regional, o que resulta na Convenção Europeia da Paisagem, em 2000, sendo este o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem. Nesse sentido, mundialmente, se fortalece as ações da conservação da biodiversidade, associando aos seus valores culturais, fortalecendo as capacidades das famílias produtoras e ampliando o conhecimento da riqueza natural e do seu manejo associado.

No Pampa[1] especificamente na fronteira Brasil-Uruguai, através da pesquisa intitulada Serviços ecossistêmicos e sua importância para a dinâmica e conservação do Pampa: uma análise da categoria familiar na fronteira Livramento/BR e Rivera /UY[2] busca-se, com entrevistas e diálogos participativos com atores entrevistados, entre eles, pecuaristas familiares e técnicos da região, assinalar as transformações da paisagem e, frente a isso construir para uma análise dos Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC).

Os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) representam benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas por meio do enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação e experiências estéticas (MILCU *et al.*, 2013). A Plataforma Avaliação Ecossistêmica do Milênio (AEM) criada pelo *World*

[1] Vinculamos o Pampa com o conceito de Biorregião do Pampa, pelo fato do mesmo ser definido como espaços geográficos com características homogêneas do ponto de vista ecológico que apresenta fortes vinculações com o uso do ecossistema pelas populações presentes. Este conceito incorpora variáveis sociais e culturais nas variáveis biofísicas do território (GUDYNAS,2002).

[2] Pesquisa vinculada ao programa de Pós-graduação em Geografia UFRGS, PNPD/CAPES 2018-2023

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Resources Institute (Washington, DC.), programa de pesquisas que busca avaliar os ecossistemas mundiais, constatou que os valores culturais e espirituais dos ecossistemas são tão importantes quanto os outros serviços para muitas comunidades locais, tanto em países em desenvolvimento como em países industrializados.

Nesse sentido, destacam-se nas comunidades tradicionais os SEC como essenciais para a identidade cultural, considerando ainda que suas qualidades estéticas ou espirituais são valorizadas justamente pelos benefícios não mercantis que proporcionam (GEE, BURKHARD, 2010; MILCU *et al,* 2013; MEA, 2015;). Neste artigo, busca-se contribuir para um melhor entendimento da natureza dos SEC com foco no Pampa como gerador de serviços ecossistêmicos e dotados de paisagem e belezas cênicas de valores intangíveis e difíceis de mensurar. Para identificar e descrever os SEC no Pampa, na fronteira Brasil-Uruguai com recorte em Sant'Ana do Livramento e Rivera, abordamos as seguintes questões específicas: Para além do valor puramente econômico, quais são os valores-chave do Pampa na área de estudo de caso? Esses valores podem ser traduzidos em SEC? As transformações na paisagem do Pampa podem ter um impacto no SEC identificado?

Metodologia

O estudo se caracteriza como exploratório, descritivo e explicativo, utilizando a abordagem qualitativa para análise dos dados por se tratar de uma realidade social, trabalhando-se um universo de atitudes e diversidade nas relações, de conflitos e acordos.

Utiliza-se a paisagem como uma categoria de análise e concebe-se que no Pampa esta é caracterizada como um mosaico de percepções, atreladas a um conjunto de valores culturais, e que causam diferentes sensações em cada indivíduo. Ao estudar a paisagem, a percepção inicial tende a expandir e a modificar, conforme as experiências que se vivencia pela complexidade entre os elementos visíveis e antes não perceptíveis. A transformação da paisagem no Pampa também esconde diversas informações sobre o contexto geo-histórico da região. É importante, para compreender as mudanças na paisagem, contextualizar que sua interpretação perpassa pela existência dos sujeitos que vivenciam o seu espaço geográfico.

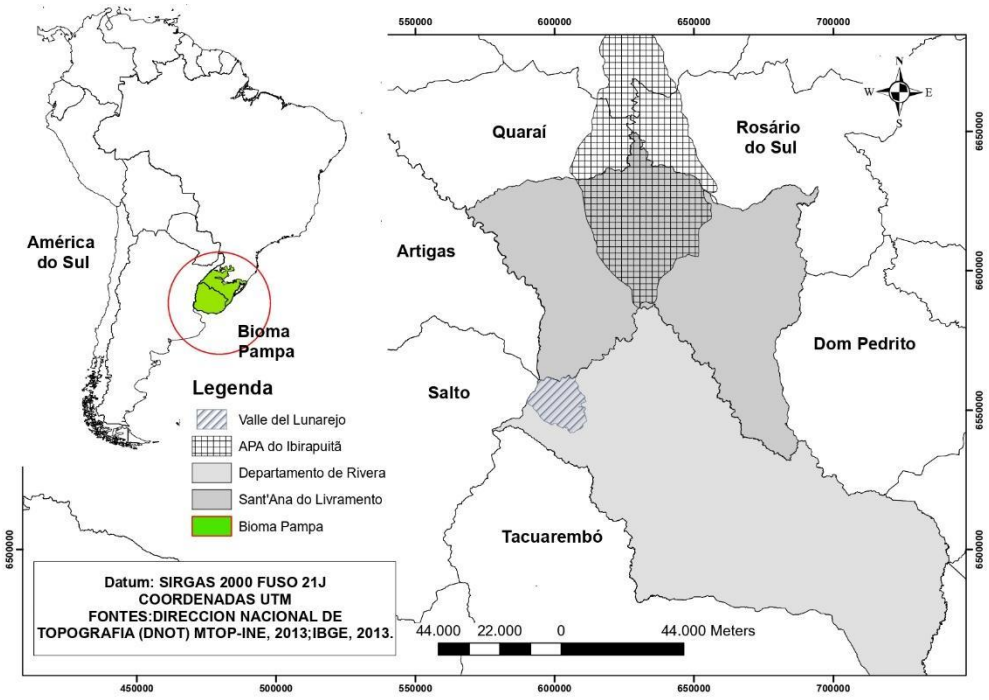
Para Minayo (2004), se faz importante a utilização de dois instrumentos numa pesquisa de campo: a observação direta registrada em diário de campo, bem como o instrumento da entrevista. A pesquisa de campo, no período que integra os anos de 2018 a

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

2020, foi realizada com a observação e registro em diário de campo e entrevistas semiestruturadas aplicadas num total de 16 (dezesseis) entrevistas de forma individualizada, entre 10 (dez) representantes da pecuária familiar, e 06 (seis) técnicos extensionistas integrantes de instituições públicas e privadas que prestam assistência nos municípios de Sant'Ana do Livramento/BR e Rivera/UY. Na figura 1 identifica-se a localização da área de estudo: municípios da fronteira Sant'Ana do Livramento/BR e Departamento de Rivera/UY

Portanto, busca-se analisar a cultura da população pampeana, constituída por um conjunto de artefatos, de saberes e conhecimentos que possibilitam aos homens a mediatização com o meio natural; a existência dos sujeitos em suas paisagens de vivência, o cotidiano no espaço vivido, como elementos subjetivos podem refletir na intencionalidade dos proprietários de terra que também, são influenciados pelas demandas da macroeconomia.

Figura 01 - Localização da área de estudo, fronteira do município de Sant'Ana do Livramento/BR e Departamento de Rivera/UY



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Resultados e Discussões

Transformações na paisagem do Pampa

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Ao analisar a paisagem se está em busca do entendimento das relações entre o sistema de objetos e o sistema de ações (SANTOS, 2009). Além da forma, as estruturas da paisagem e as funcionalidades, a partir do conhecimento técnico-científico-informacional são composições do espaço geográfico e que poderão ser visualizadas, também, a partir da categoria de análise da paisagem. (SANTOS, 2009). Para conduzir a leitura da paisagem, dois conceitos são fundamentais para identificar os elementos e as representações geográficas que a compõem: a marca e a matriz.

Marca e matriz são conceitos fundamentais para a leitura da paisagem onde marca são as formas, as manifestações concretas, os objetos que expressam uma história da civilização. A marca representa as relações sociais no espaço geográfico e a matriz, a carga cultural presente nestas manifestações concretas. A paisagem, portanto, torna-se a representação de uma sociedade (BERQUE, 1998). Entende-se por percepção, as subjetividades pessoais na leitura de uma paisagem escolhida. A percepção é uma espécie de filtro que é o resultado da formação cultural dos indivíduos e do conjunto da sociedade nos quais se está inserido e das ambiências vividas no cotidiano (BERQUE, 1998).

A paisagem não pode ser caracterizada apenas pela presença de elementos vivos ou não vivos num determinado espaço, e sim pelo arranjo, pela relação e forma como estes elementos se apresentam no espaço. A formação da paisagem contemporânea está ligada à história evolutiva do planeta, contudo nos últimos séculos é a presença dos seres humanos que tem contribuído consideravelmente na composição dos animais e vegetais presentes em um determinado espaço geográfico (FIGUEIRÓ, 2015).

Neste sentido, aponta-se o conceito de Biorregião do Pampa, identificado por Gudyneas (2002), que, segundo o autor, articula as condições ambientais de um determinado espaço geográfico com as condições socioeconômicas vinculadas aos usos das populações presentes nestes ecossistemas. A Biorregião do Pampa identifica relações culturais entre o Sul do Brasil, Argentina e Uruguai apresentando, ainda, semelhanças em sua formação e ocupação histórica, bem como sua procedência produtiva vinculada aos usos dos seus recursos naturais (GUDYNEAS, 2002).

A Biorregião do Pampa é composta por paisagens de campos herbáceo-arbustivos, o que caracteriza a presença de uma forte atividade pecuária, que tem relação direta com as características geográficas: solos, hidrografia, vegetação, clima, relevo (MORRONE, 2004, ACHKAR *et al.* 2011).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Ao longo dos últimos 50 anos, a Biorregião do Pampa vivenciou uma crise na tradicional economia de criação de gado extensiva, constituindo-se num ecossistema com maior porcentagem de território modificado pela crescente pressão e homogeneização de cultivos agrícolas, quer seja pela silvicultura ou pelo cultivo de grãos. As principais ameaças a este ecossistema podem ser nominadas, tais como: extensas áreas de monocultivos, o uso exacerbado de agroquímicos, o desmatamento, entre outros (SUERTEGARAY e SILVA, 2009; MORRONE, 2004; GUDYNAS, 2002).

Ademais, no Pampa, essas rupturas nos modelos de produção agrícola impulsionam os questionamentos sobre o cenário econômico atual nesta região. Os elementos concretos evidenciados na paisagem atual contrastam com a reconhecida atividade de pecuária que caracterizou a economia durante séculos. A noção de que a atividade de pecuária consiste como principal modo de produção é uma interpretação comum por pessoas forasteiras a esta região.

De fato, a paisagem nessa região do Pampa é caracterizada por elementos com fortes laços culturais oriundos desde a formação jesuítica, entre os séculos XVI e XVIII, que tinha na atividade pastoril uma fonte de renda. A organização do espaço rural na Depressão Periférica e no Planalto foi historicamente estabelecida pela distribuição de títulos de sesmarias, sendo que o desenvolvimento cultural da paisagem na Campanha Ocidental se sucedeu do mesmo modo, sendo reconhecido assim nacionalmente (VERDUM *et al.,* 2012).

Recentemente, a dinâmica desta organização do espaço rural está evidenciando elementos paisagísticos que não correspondiam diretamente à criação de gado, mas sim a inserção de lavouras temporárias nessas paisagens. É em especial no final da década de 1960 e início de 1970, que o Rio Grande do Sul sofre uma transformação na sua estrutura de produção de grãos, devido à inserção do Brasil na economia globalizada. A sojicultura é consolidada na estrutura produtiva brasileira e é incorporada no mercado nacional, pois se tornou geradora de divisas para o pagamento da dívida externa (RÜCKERT, 2003, p. 36). Na lógica de produção agrícola globalizada, estabelecida atualmente, o uso do solo passou a ser capitalizado através do arrendamento das terras. Segundo Rückert (2003, p. 69), em um estudo sobre a produção agrícola no Planalto Sul-rio-grandense, o "arrendamento capitalista é a externalização das relações que se dão entre os proprietários fundiários, capitalistas que investem na agricultura, e os trabalhadores rurais". Assim como em diversas regiões do

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Estado, há uma evolução do cultivo de lavouras temporárias em relação à superfície de criação de gado, desde a década de 1970.

Caracterização da Paisagem no Pampa

Entre os ecossistemas presentes na área de estudo destaca-se o campestre, entretanto outras paisagens integram o Pampa, em meio aos campos encontram-se as matas ciliares nas margens de rios e arroios; as matas nas encostas, as matas de pau-ferro, as formações subarbustivas e arbustivas, os butiazais, os banhados (áreas úmidas) e os afloramentos rochosos (HASENACK *et al.*, 2010).

Entre os ecossistemas campestres na fronteira entre Sant'Ana do Livramento e Rivera identifica-se os campos mistos de andropogôneas e compostas, campo de solos rasos, campo arbustivo e campo graminoso. O campo misto com andropogôneas e compostas quando bem manejados não apresenta solo descoberto, visto que as espécies dominantes, capim-forquilha *(Paspalum notatum*) e grama-tapete (*Axonopus affinis*) são espécies prostradas, rentes ao chão. Mas, sob pastoreio, a vegetação de compostas se sobressai e resulta em grandes porções de solos descobertos, destacando-se a presença de roseta (*Soliva pterosperma*), alecrim-do-campo (*Vermonia nudiflora*) e maria-mole (*Senecio brasiliensis*). Ainda, podemos observar campos com barba-de-bode (*Aristida sp*) e caraguatás (*Eryngium sp*.) quando estes campos possuem boa drenagem (HASENACK *et al.,* 2010).

Os campos de solo raso, observados na área de estudo, apresentam uma vegetação composta por gramíneas cespitosas de porte baixo (*Aristida murina, A. echinulata, A. venustula, A. uruguayensis*, entre outras) associadas a solos muito rasos, com presença de basalto, são solos pedregosos e com baixa retenção de umidade. Podem ser observados na parte oeste do município de Sant'Ana do Livramento com baixa aptidão para a agricultura e consequentemente se convertem em áreas de pecuária. São áreas suscetíveis a déficits hídricos, principalmente no verão, no qual a estiagem incide na declaração de situação de emergência por ambos os países, pois afeta a produção agropecuária, sendo necessários subsídios do governo para com os produtores rurais (HASENACK *et al.,* 2010; INCRA, 2010).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Os campos de solo raso apresentam manchas exclusivas deste sistema ecológico, manchas formadas por solanáceas (*Nierembergia linariifolia*), flores brancas azuladas que são tóxicas para o gado (HASENACK *et al*., 2010; BOLDRINI, 2009).

Campos arbustivos com maior representatividade na região, também conhecida como Serra do Sudeste, apresentam uma vegetação savanóide, com mistura de vegetação lenhosa, em geral baixa, e vegetação campestre. Sobre solos rasos, pedregosos são encontradas muitas Cactáceas. Entre as lenhosas, destacam-se as asteráceasn (*Acanthostyles buniifolius*) e *Baccharis aliena* (HASENACK *et al*., 2010).

Campos graminosos: como os solos são muito férteis, grande parte da região foi e continua sendo transformada em lavouras, região que apresenta o maior número de espécies hibernais de gramíneas, como as flechilhas (*Nassela sp.* e *Piptochaetium sp*.), e leguminosas, como as babosas (*Adesmia sp*.) e o trevo-nativo (*Trifolium polymorphum*). (HASENACK *et al*., 2010).

Reconhecer os sistemas ecológicos da região e as características dos campos que compõem o espaço permitem identificar e planejar estratégias de conservação da biodiversidade principalmente na área de estudo onde o uso intenso e prolongado do solo, seja com a pecuária, o arroz e a introdução da sojicultora e da silvicultura no século XX, alterou a paisagem, ocasionando tanto mudanças no uso do solo quanto mudanças no clima. Na área restam apenas remanescentes de vegetação primária, estes fragmentados pequenos e isolados (BILENCA, MIÑARRO, 2004).

A geração de renda e o uso sustentável desse bioma são questões geralmente ligadas às espécies forrageiras que compõe o campo nativo, em especial as gramíneas e leguminosas, relacionadas à criação de gado, aproveitando os recursos naturais disponíveis. No entanto, o Bioma Pampa apresenta uma grande riqueza de espécies com outros usos, como frutas, plantas medicinais e plantas ornamentais nativas. Uma biodiversidade riquíssima e desconhecida, além de ser constantemente ameaçada pela inserção de cultivos diversos, tais como a soja e a silvicultura, modificando as estruturas econômicas, sociais e culturais até então vigentes, e a inserção de empresas agroindustriais transnacionais, emergindo novos territórios no Pampa (FERNANDÉZ, CARÁMBULA, 2012).

O processo de reconversão do Pampa proporciona a redução das áreas de campo nativo, causando prejuízos à biodiversidade, influindo no fluxo de serviços ecossistêmicos e, ainda, submetendo o produtor a uma atividade agrícola dependente das oscilações de

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

preços do mercado internacional e vulnerável aos riscos climáticos, com períodos prolongados de secas, tendo destaque mais recente os anos de 2019 e 2020, e inundações frequentes, que resultam em perdas expressivas da produção e degradação da vegetação campestre.

A análise da paisagem das propriedades rurais *in loco,* a presença de áreas protegidas por legislação (Valle del Lunarejo e APA do Ibirapuitã), acompanhadas de entrevistas semiestruturadas, permitem identificar os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) pelos pecuaristas familiares. Os serviços ecossistêmicos denominados culturais se relacionam à capacidade dos ecossistemas naturais contribuírem para a manutenção da saúde humana, fornecendo as oportunidades de reflexão, enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, recreação e experiência estética, sendo estes todos ligados aos valores humanos, e por isso, de difícil avaliação (ANDRADE, ROMEIRO, 2009).

A argumentação que defende a manutenção destes serviços ecossistêmicos vincula-se aos novos arranjos sociais identificados neste espaço rural, não necessariamente só os econômicos e agrícolas como, por exemplo: a qualidade de vida, a segurança alimentar, a preservação ambiental, cultural e identitária. A base destes arranjos sociais é o conceito de agroecologia[3], fundamentado nas dimensões de conservação do meio ambiente, preservação dos valores culturais e promoção da solidariedade e da eficiência econômica. Frente a esta conjuntura, avalia-se que a categoria que mais se adequa à preservação e conservação do Pampa é o pecuarista familiar, que pela sua concepção [4]apresenta um modo peculiar de exploração da terra, vinculado ao ecossistema, o qual se beneficia diretamente da vegetação nativa que ocorre na região, vegetação esta que produz forragem para o gado bovino e ovino, dependendo apenas do sol, da água da chuva e da fertilidade natural do solo para o seu desenvolvimento (NETTO, AZEVEDO, 2019).

Waquil *et al.* (2016) destacam que valorizar o meio natural dos campos por um ponto de vista econômico e social e com minimização dos impactos ambientais é a forma correta

[3] A agroecologia possui uma dimensão sociológica, que embora parta da análise da unidade de produção em sua dimensão técnica concentram esforços na dimensão comunitária em que se inserem os agricultores, isto é, a realidade sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política da identidade local e de sua rede de relações sociais. A estratégia adotada pode ser definida como o redesenho de agroecossistemas, buscando formatos tecnológicos que favoreçam a inclusão social, sustentando a diversidade de usos e manejo dos recursos naturais (GOMES E BORBA, 2004).

[4] A prática dos pecuaristas familiares com o manejo de campo natural, relaciona-se com a perspectiva agroecológica, onde a produção de proteína animal, proporciona a produção social do pecuarista familiar e a preservação da cultura regional (gaúcha, campeira) além da biodiversidade do Pampa.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

de preservar o Pampa e que pode ser alcançado com atividades da pecuária familiar em pastagem nativa. A pecuária familiar apresenta em sua atividade uma forma de valorização dos campos naturais, além do que sua prática caracteriza a interação social e cultural do Pampa.

Na medida em que o manejo no campo natural trabalha na perspectiva de preservação da biodiversidade e compreende que esta prática vai além da pecuária, proporcionando serviços ecossistêmicos para a população, percebe-se um enfoque agroecológico em um manejo pastoril que propicie o convívio harmonioso de uma atividade econômica rentável com a conservação de um patrimônio ecológico e cultural para as futuras gerações.

A cultura do Gaúcho e os serviços culturais

Segundo a Avaliação do Milênio - *Millennium Ecosystem Assessment* (MEA, 2005) os serviços culturais incluem a diversidade cultural, na medida em que a própria diversidade dos ecossistemas influencia na multiplicidade das culturas, valores religiosos e espirituais, geração de conhecimento (formal e tradicional), valores educacionais e estéticos etc. Estes serviços estão intimamente ligados aos valores, comportamentos humanos e padrões sociais (ANDRADE, ROMEIRO, 2009). Os serviços culturais são aqueles mais difíceis de valorar de maneira instrumental, em que a natureza, sempre é associada ao intangível, ao não quantificável, em que temos às qualidades emocionais de difícil definição e especificação (STÂLHAMMAR, PEDERSEN, 2017).

Considerando que os SEC estão intimamente relacionados aos valores da paisagem, procurou-se identificar a percepção dos pecuaristas familiares frente ao Pampa e à produção animal extensiva em campo nativo. Estes responderam que a atividade da pecuária em campo nativo está vinculada a sentimentos e emoções relacionados à tradição, ao lucro e a preservação do meio configurando-se como essenciais para a execução da atividade, assim como: emoção, alegria, desenvolvimento, satisfação, crescimento, orgulho, vida e amor.

Ainda segundo os informantes entrevistados os pecuaristas familiares ao serem questionados pela contribuição da sua atividade para a identificação regional afirmaram ser positiva. Entre os técnicos entrevistados, somente 30% não caracterizam a pecuária familiar, em campo nativo como identificação regional.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Dentre as respostas apresentadas pelos entrevistados, apenas desenvolvimento e crescimento são possíveis de serem quantificadas, já que as demais são variáveis bens intangíveis, de difícil valoração, e não existentes de maneira física.

Avaliações sobre a disposição para se pagar os SEC no que se refere aos seus benefícios potenciais aos produtores são tentativas úteis na gestão de recursos naturais, entretanto, seus resultados geralmente fracassam, devido à falta de métodos de precificação apropriados para bens intangíveis (MEA, 2005; WALLACE, 2007).

Segundo Wallace (2007, p. 236) os serviços ecossistêmicos devem fornecer uma estrutura eficaz para decisões sobre recursos naturais, eles devem ser classificados de forma a permitir comparações e compensações entre o conjunto relevante de benefícios potenciais.

O MEA (2005), conforme o Quadro 01, categoriza-se os Serviços Ecossistêmicos Culturais em: Identidade Cultural, Patrimônio Cultural, Identidade espiritual, Inspiração, Beleza cênica, Recreação e Turismo. Com base na classificação proposta de serviços ecossistêmicos do MEA (2005) foram propostas também as suas categorias.

Quadro 01- Classificação de Serviços ecossistêmicos Culturais - SEC e suas categorias

CATEGORIA	SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS –
Diversidade cultural	A diversidade de ecossistemas é um fator que contribui para a diversidade de culturas
Serviços espirituais	Muitas religiões atribuem valores espirituais e religiosos aos ecossistemas ou seus componentes
Sistemas de conhecimento (tradicional e formal) *lida campeira, doma, pastoreio, esquila	Os ecossistemas influenciam os tipos de sistemas de conhecimento desenvolvidos por diferentes culturas
Valores educacionais	Os ecossistemas e seus componentes e processos fornecem a base para a educação formal e informal em muitas sociedades
Inspiração	Inspiração para arte, folclore, símbolos nacionais, arquitetura e publicidade
Valores estéticos* podemos associar a beleza cênica	Beleza ou valor estético em vários aspectos dos ecossistemas, como refletido no apoio a parques, passeios panorâmicos e na seleção de locais de moradia
Relações sociais	Os ecossistemas influenciam os tipos de relações sociais que são estabelecidas em culturas particulares.
Senso de lugar e identidade *topofilia	Associado a características reconhecidas de seu ambiente
Valores do patrimônio cultural (material e imaterial)	Manutenção de paisagens historicamente importantes (“paisagens culturais”) ou espécies culturalmente significativas
Recreação e ecoturismo	Práticas em base das características presente nas

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

*Unidades de conservação, parques e áreas de recreação	paisagens naturais ou cultivadas

Fonte: Adaptado de Gee, Burkhard (2010)

Os serviços espirituais, religiosos, recreativos e educacionais são de difícil avaliação, porque os dados e métodos necessários para essas avaliações não estão amplamente disponíveis. Em algumas citações e contextos sociais, os serviços ecossistêmicos podem surgir em mais de uma categoria, como no caso de recreação e o ecoturismo, que estão ligados a valores estéticos e patrimoniais culturais, com influências na saúde, na educação e no desenvolvimento cognitivo (GEE, BURKHARD, 2010).

Seguindo a divisão proposta por MEA (2005), destacamos a diversidade cultural, a presença da identidade cultural onde, nessa categoria, estão os elementos da natureza intimamente relacionados à formação da identidade de uma comunidade. Nesse sentido, apresentamos a cultura gaúcha, onde o "gaúcho" originário da região do Pampa possui um contexto cultural riquíssimo, sempre atrelado à prática do trabalho no campo e à lida campeira, que apresenta sua própria ética do trabalho. Assim, trabalhar significa realizar alguma tarefa que lhe garantisse a subsistência, mas que também lhe desse prazer. Essa forma particular de encarar o trabalho, associada às condições da produção, principalmente com relação à mobilidade, ao "tocar o gado", contribui para torná-lo um itinerante, um trabalhador ocasional (FONSECA, 1999).

A cultura predominante na área da pesquisa está vinculada ao gaúcho da fronteira, com reflexos do norte do Uruguai e do sul do Brasil, sendo associada à atividade de pecuária, mas também com as festividades campeiras, gineteadas[5], contos na fogueira, assados na grelha, churrasco e o trato com os animais, especialmente o cavalo. Não podemos esquecer que historicamente estes gaúchos estão associados a uma gênese como sendo nativos, oriundos dos Charrua, Minuano, Guarani, Espanhol e Português que compartilharam o espaço em momentos de conflito, de guerras e de disputas de terra. E essa miscigenação cultural, dos homens e das mulheres do Pampa colonial, foi desaparecendo com o cercamento, a privatização das terras e dos rebanhos, consubstanciados pela estruturação dos aparatos de controles e repressão dos Estados Nacionais (FONSECA, 1999).

[5] espetáculo campeiro, de cunho competitivo, que, a partir da metade do séc. XX, divulgou-se pelo Pampa. Consiste em demonstrações de habilidades campeiras, centradas especialmente na tentativa de montar potros e animais ariscos (SCHLEE, 2019)

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Neto, Bezzi (2008) afirmam que muitos dos costumes e das simbologias do gaúcho foram construídos seguindo a disponibilidade de materiais e recursos no meio, principalmente a atividade econômica baseada na pecuária bovina. O gaúcho é resultante das delimitações das fronteiras que não impediram a influência mútua entre as culturas portuguesa e espanhola e agregaram, ainda, códigos culturais dos nativos autóctones, Charrua e Minuano, que já habitavam o Pampa, inclusive, sem fronteiras.

O gaúcho típico manifesta inúmeros códigos, através das crenças e dos valores, tais como o respeito ao próximo, a família, o apego à terra (ao pago), ao tradicionalismo, além do nativismo, como formas de preservar a cultura gaúcha típica. Ademais, distingue-se pela apropriação da gastronomia nativa, com o churrasco e a infusão de erva-mate e água quente que originou o chimarrão. E, pela perspectiva ambiental, entendendo-se aqui as relações entre natureza(s) e sociedade(s) humana(s), o gaúcho relacionado com o ecossistema campestre e a sua história representam a biodiversidade, a introdução e a solidificação da pecuária tradicional e extensiva.

Relacionado à categoria denominada como Serviços Espirituais, não foi observado o uso do ecossistema campestre e de atribuição de valores espirituais e religiosos pelos entrevistados, no que se refere aos elementos da natureza, como exemplo a água e o solo. Entretanto, na região da fronteira, a religião afro-brasileira, que cultua os elementos da natureza, passou a ser praticada com maior visibilidade nas primeiras décadas do século XX e teve sua transnacionalização afro-religiosa partindo de Sant'Ana do Livramento (CORREA, 1998). A religião afro-brasileira, conhecida popularmente como batuque no Rio Grande do Sul, faz uso de locais naturais que podem ser árvores, pedras, cursos d'água, nascentes e o solo para assentamentos de axé (força vital), a fim de simbolizar o assentamento sagrado de divindades (orixás) (CORREA, 1998).

Em Sant'Ana do Livramento, terreiros de Batuque, como exemplo o da Mãe Chola de Ogum Male, são responsáveis pela ultrapassagem das fronteiras nacionais, gerando comunidades em que os sujeitos instituem redes familiares religiosas, de solidariedade e compartilham identidades coletivas. A Casa Religiosa Mãe Chola de Ogum Male é uma comunidade sediada não em um único terreiro, mas se territorializam em três países com sede no Uruguai, Argentina e no Brasil (Sant'Ana do Livramento) formatando uma aliança na identidade de praticantes da religião, criando trocas simbólicas entre os integrantes (DE BEM, 2007).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Em relação aos Sistemas de Conhecimento destacam-se as atividades presentes na lida Campeira dos Pecuaristas Familiares, uma categoria da Agricultura Familiar que recentemente foi reconhecida pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esta aprovou o registro da Lida Campeira nos Campos de Bagé e do Alto Camaquã como Patrimônio Imaterial Brasileiro, segundo dados do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã (WEISSHEIMER, 2022)

A lida campeira abarca uma série de atividades com relação ao manejo extensivo dos rebanhos e ao cotidiano das propriedades, configurando-se enquanto um modo de vida. As relações com os rebanhos ovinos, bovinos e equinos estão articuladas com saberes cosmológicos para além dos humanos, mas, também, sobre os outros animais, as coisas e o meio, abarcando um conhecimento existente, principalmente, na forma de "conteúdo mental" que é passado de geração para geração, baseado na cultura, na herança que uma população recebe de seus antepassados e os repassa ao longo da vida.

O ecossistema campestre influencia os tipos de sistemas de conhecimento desenvolvidos pela cultura do gaúcho entre os serviços ecossistêmicos. Destacam-se como sendo as atividades de lida campeira: a doma, a esquila, o pastoreio, o ofício do guasqueiro, a tropeada, o artesanato e a lida caseira.

A doma, uma atividade em que cavalo aceita os comandos do cavaleiro, é dividida entre a doma tradicional e a racional. A doma tradicional consiste no uso da força, de técnicas de reforço para submeter o animal e dos saberes tradicionais como a observância dos ciclos lunares. No conjunto de transformações das práticas campeiras, tem-se a doma racional, em que são utilizadas técnicas de adestramento sem o uso da força, baseada na confiança entre o cavalo e o cavaleiro.

Em relação ao uso tradicional do Pampa, este está associado, principalmente, à pecuária extensiva e ao pastoreio que se refere à criação, reprodução e cuidado com os animais envolvidos na pecuária extensiva, e requer uma rotina de trabalho que obedeça aos ciclos da natureza. Os tropeiros são trabalhadores cuja principal atividade é transportar a cavalo rebanhos de uma localidade a outra.

As tropeadas fazem parte da história de formação do estado do Rio Grande do Sul e iniciam no século XVII com a atividade mineradora no estado de Minas Gerais, onde estabelecidas as rotas de transporte, as tropas e o comércio de gado tiveram abertura. A

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

preferência era pelo comércio de muares, já que mulas e burros eram mais adequados para o transporte, mas havia também exportação de gado vacum e cavalos.

A esquila é a atividade de tosar ovinos (tosquia), selecionar e embolsar a lã, utilizada como matéria-prima para a confecção de artefatos e roupas. A lã que for ser utilizada para esses fins, ao contrário daquela dos pelegos, deve ser extraída de animais vivos, mantendo assim as qualidades necessárias para o uso. A esquila era realizada com uma tesoura específica para esquilar, prática chamada de "tosa a martelo", no contexto de modernização, surge a máquina de tosa, aparelho que dinamiza a atividade. A esquila também garante o trabalho para muita gente. Relatos dos entrevistados apontam a existência de esquiladores que se deslocam de estância a estância, levando a máquina de tosar, empregando em média 14 (catorze) pessoas por mais de dois meses.

O ofício de guasqueiro, artesãos especializados em produzir artefatos cuja principal matéria-prima é o couro cru, no qual produz artefatos e utensílios para as lidas campeiras pecuárias tais como: laços, arreios para montaria em equinos, produzidos a partir de tiras de couro cru chamadas "guascas". As tiras finas de couro seguem um padrão no trançamento dos tentos.

O artesanato em lã, segundo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC,2022), constitui-se um saber-fazer disseminado pelo Pampa do Brasil, da Argentina e do Uruguai, através de diferentes técnicas transmitidas e renovadas por meio das gerações. É uma atividade manual em que o artesão e a artesã, geralmente, detêm todas as etapas e compreende o processo na íntegra, da produção até a execução, incluindo a retirada da lã, lavagem, tingimento, cardagem ("pentear" a lã), fazer o fio e tecer.

Estudos de Vargas (2016) relatam a construção de um mercado simbólico em torno do artesanato em lã com origem nas raízes históricas e construído com técnicas desse saber artesanal, utilizadas e aprimoradas por várias etnias entre elas índios, portugueses, alemães e italianos. O uso do artesanato em lã sempre esteve presente nas cobertas e vestimentas para a lida de campo e para proteger do frio, como os ponchos e os palas, os xales e as mantas, além do xergão, usados para proteger o lombo do cavalo, peça usada na encilha para manejo do gado (VARGAS, 2016).

Em Sant'ana do Livramento, os artesãos não fazem mais o processo de lavar a lã, secar, classificar e cardar, já que os produtos são elaborados a partir da lã comprada na Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Fiação e Tecelagem de Sant'Ana do

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Livramento Ltda (COOFITE). Nesse sentido, a lã chega limpa ao artesão(ã), que prepara o fio, fino ou grosso, na roca, sendo que muitos já utilizam a máquina elétrica, após, passa-se para os teares de madeira, chamados de tear de pente, tear de prego e tear de parede, onde serão tecidos os produtos como o xergão fino e grosso, as mantas, os ponchos e as ruanas (BIEHL, COSTA, 2019).

A lida caseira engloba diversos serviços perto da casa da propriedade com vacas leiteiras, carneadas, atividades na cozinha (INRC, 2022). A gastronomia é uma manifestação cultural das mais importantes, em que a cozinha é um símbolo da cultura, da memória e, também, da identidade de um povo. Na atualidade, a gastronomia tem sido reconhecida como patrimônio cultural, o que contribui diretamente no processo de valorização do turismo cultural, pois proporciona as experiências singulares ao turista e contribui na conservação das cozinhas regionais. A cozinha é o símbolo da civilização e da cultura, onde o conjunto de elementos culturais de seu saber e fazer permitem que seja incluída no rol de bens que compõem os chamados Patrimônios Imateriais ou Intangíveis (MONTANARI, 2008).

Em relação à gastronomia, observa-se que vai além de nutrir o corpo físico e o imaginário, mas também compreende as relações sociais e a formação de vínculos afetivos. Lima *et al.* (2015) descrevem que o ser humano escolhe o que comer, baseado em critérios de ordem econômica, nutricional, preferências, mas também em simbologias atribuídas ao alimento (comida). Nesse sentido, a comida corresponde a um instrumento de comunicação, um código de cultura observado nos cardápios, nas receitas, nos hábitos, que por sua vez se relacionam ao paladar, ao prazer relacionado às propriedades organolépticas dos alimentos e, sobretudo, ao prazer da degustação.

Entre os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) pode ser observada a vinculação com as comidas típicas e os produtos coloniais que são elaborados nas propriedades e utilizados como estratégias de reprodução social para a contribuição da renda da família. Contudo, como essas atividades são conduzidas pela mulher na propriedade, temos ela atuando como agente social e transformador na sua unidade de produção de maneira multifuncional, trabalhando tanto na pecuária de corte, como na agroindustrialização, pelos produtos artesanais, tais como: queijos, salames, doces, compotas, mel, ovos, carne suína e bovina, assim como produtos da horticultura (NETTO, 2017).

Na categoria de Inspiração pode-se identificar a relação com a música, um dos códigos culturais mais significativos na identificação do gaúcho com as “coisas do pago”.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

As letras retratam do "Rio Grande", enfatizando os aspectos físicos, naturais e sociais, no que se referem aos seus principais códigos culturais, expressando uma devoção, um sentimento de identificação pela terra e pela cultura, ou seja, um sentimento topofílico (TUAN, 1980; NETO, BEZZI, 2008).

Muito de sua representação cultural é cantada nas músicas gauchescas, o que também representa as práticas e normas das instituições, do discurso político de determinado momento histórico. Trabalhos como o de Martins Livreiro, Orlando Fonseca demonstram o discurso político presente nas músicas nativas. Desde o início da formação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), uma geração de músicos jovens, geralmente com formação universitária, adota o movimento como forma de resistência cultural, já em meados dos anos 1980. Neste sentido, as músicas gauchescas da época, representadas fortemente em festivais, retratavam a cultura gaúcha com ênfase no folclore, conforme Junior (2012, p. 19).

> [...] ortodoxia tradicionalista (ao defender não apenas o rígido uso de expressões poéticas locais e indumentária típica, mas também a ideia da oligarquia rural estancieira e seu conservadorismo autoritário), ora no combate a este mesmo ideário – especialmente a partir do instante em que uma geração de músicos jovens, geralmente com formação universitária, adota o movimento como forma de resistência cultural, em meados dos anos 1980.

Segundo o mesmo autor, durante pelo menos 20 anos, o tradicionalismo foi o responsável direto e único por estabelecer os parâmetros sobre a autenticidade ou não do cancioneiro gaúcho, delimitando fronteiras e definindo (às vezes inventando) suas características. Polêmicos e contraditórios, os tradicionalistas da primeira geração souberam aproveitar muito bem o recém-nascido mercado brasileiro de bens culturais.

Nos anos 1980, alguns festivais nativistas, como a Tertúlia Nativista, se tornaram espaços para reflexão e difusão de ideias progressistas, sobretudo em relação ao combate à cultura gaúcha considerada, até então, como retrógrada e seu *ethos* de segregação social, com ênfase na grande propriedade tradicional e latifundiária. Surgem então as canções nativistas como gritos de protesto dos espoliados do campo, vítimas diretas do êxodo rural (FONSECA, 1980).

Segundo Junior (2012), ao perceberem a margem de contestação criada por determinados artistas festivaleiros, CTGs e latifundiários do interior gaúcho, principalmente aqueles ligados à União Democrática Ruralista (UDR), iniciaram um movimento de financiamento de compositores, cujas obras se opusessem às canções de protesto. Nesse sentido, iniciou-se um processo de decadência da produção musical contestatória e em 1985

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

este grupo modificou o regulamento da Tertúlia Nativista, o até então chamado festival mais "politizado" do nativismo voltou à ideia original de valorização do viés "campeiro", cujo enfoque é o de cultura pacífica da terra. Segundo Orlando Fonseca, tal movimento empobreceu o movimento do nativismo, minando a canção política e causando um processo de repressão na música, ao longo dos últimos anos (JUNIOR, 2012). Nesse sentido, observa-se a face atual do MTG e as músicas do nativismo gaúcho floreando o contexto social do Pampa e retratando somente o folclore, que é em essência construído por um conjunto de tradições e costumes.

Neste contexto, observa-se a presença da categoria de Senso de lugar e identidade, a topofilia, caracterizada como o elo entre a pessoa e o meio vivido (TUAN, 1980). "A beleza é sentida, como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem (TUAN, 1980, p.108)".

O valor estético em vários aspectos dos ecossistemas reflete no apoio ao desenvolvimento de parques, passeios panorâmicos e na seleção de locais de moradia. Portanto, destaca-se a recente construção da Trilha Caminho do Pampa, a qual pode ser associada às três categorias: estética, valores do patrimônio cultural e ecoturismo. Está conectada à "Rede Trilhas" e têm como objetivo a formação de um corredor ecológico conectando áreas da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (APA), uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável (BRASIL, 2000).

O "Caminho do Pampa" tem como proposta ampliar a conectividade entre áreas preservadas, formando corredores ecológicos, garantindo a manutenção da vida selvagem e na melhoria de indicadores ecológicos (Figura 2). As atividades na Trilha contribuem com o potencial turístico, esportivo e lazer, além de agregar renda e trabalho aos serviços de apoio ao turista e consequentemente aos proprietários locais, favorecendo o desenvolvimento sustentável e minimizando o efeito de esvaziamento das áreas rurais. Ademais, as trilhas guardam um notável potencial de atratividade e utilidade para a gestão e educação ambiental, a partir da ressignificação dos atributos naturais e dos espaços protegidos.

Além do desenvolvimento de pousadas, serviços de guias e oferta de produtos da região, outra meta da trilha "Caminhos do Pampa" é a integração binacional, pois a trilha fará a conexão ao sul com a área protegida uruguaia do Valle del Lunarejo, uma importante área conservada e com intenso uso turístico internacional.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Figura 02- Trilha Caminhos do Pampa. 1. Trilha. 2. Paisagem Cerros Verdes em Sant'Ana do Livramento 3. Pecuaristas Familiares 4. Propriedade tradicional.



Fonte: MELLO, 2022

Dentre as saídas de campo e as entrevistas foi possível identificar uma infraestrutura voltada ao turismo rural, passeios e roteiros temáticos por estâncias, pousadas, museus e propriedades rurais que recebem visitantes para a contemplação da paisagem do Pampa, da comida típica; da valorização da cultura do gaúcho, da prática do trabalho e da lida campeira nas atividades diárias do campo. O turismo rural estimula a preservação cultural e identitária, além da conservação ambiental, gerando receitas por meio do próprio turismo que podem ser investidas na preservação da área.

Com as entrevistas foi possível identificar os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) de: recreação e ecoturismo; estéticos; de inspiração; de senso de lugar e de herança cultural, vinculados à prática da pecuária familiar. Somente um dos entrevistados não reconhece o território do Valle do Lunarejo como espaço de potencial turístico, acredita que

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

a região tenha potencial cultural e histórico de produção pecuária, mas sem vínculo ao turismo.

Os serviços de produtos turísticos são fornecidos por dois deles que possuem pousadas e piquetes para a contemplação da paisagem do Pampa, da comida típica, sendo no piquete, precisamente, a valorização da cultura gaúcha, a prática do trabalho do campo e a lida campeira nas representações das gineteadas.

Entre os entrevistados, a presença de uma Pousada Rural em área de preservação ambiental merece destaque pelos cuidados do proprietário em manter o vínculo e os costumes do gaúcho. Não só se identifica a presença da pecuária e sim a preservação dos sistemas de conhecimento tradicionais, com a criação de bovinos e ovinos, assim como a vinculação da gastronomia gaúcha, do patrimônio cultural preservado, com pratos típicos da fronteira, tais como: o churrasco, o assado do cordeiro, a pizza de matambre e a especiaria elaborada pelo proprietário, com grande sucesso segundo os visitantes.

A pousada rural, por estar localizada na região da APA do Ibiripuitã, está inserida em um terreno com relevo suave a ondulado, formando coxilhas alongadas de topo plano e encostas longas, além de terraços de planícies fluviais e a presença de morros testemunhos (cerros), onde se realizam passeios a cavalo para ver o pôr do sol e contemplar a paisagem. Segundo Vieira (2014), estas paisagens se constituem em belezas cênicas, de importância em nível social, cultural, histórico, econômico e ecológico, o que contribui com os serviços relacionados à estética, manutenção da paisagem, formação e ao desenvolvimento de ecoturismo.

Os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC) foram observados pelos pecuaristas familiares entrevistados nos itens relacionados à estética, à inspiração, ao senso de lugar e à herança cultural, quando remetem à sensação de paz e tranquilidade de vivência no Pampa, portanto no campo. Em algumas observações de amigos e visitantes, há aqueles que se utilizam do lugar para as fotografias e as inspirações de livros e telas, devido às belezas cênicas. A herança cultural pode ser observada na tradição presente na produção pecuária, na lida diária e na reprodução de costumes tradicionais.

Considerações finais

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Os serviços ecossistêmicos culturais do Pampa estão relacionados aos serviços culturais oriundos das atividades de pecuária de forma tradicionais e extensivas. Aliar às formas da utilização do ecossistema de campo nativo para que se promova um aumento nos serviços de provisão, tais como: a carne, o leite, a lã, o mel, as plantas ornamentais e medicinais entre outros, são necessárias práticas sustentáveis de manejo. Além daquelas relacionadas à regulação da carga animal e dos cuidados com a lotação dos animais nos campos naturais, fazendo uso de diferentes técnicas, como o diferimento de potreiros.

A pesquisa evidencia o vínculo da cultura com a prática da pecuária familiar, nas relações sociais presentes na lida campeira do dia a dia, a doma, a esquila, o pastoreio, o ofício do guasqueiro, a tropeada, o artesanato, a lida caseira, o manejo extensivo dos rebanhos e o cotidiano das propriedades, configuram-se como um modo de vida passado de geração para geração

Na atividade da pecuária familiar, a de maior representatividade na fronteira entre Sant'Ana do Livramento e Rivera é a bovinocultura de corte, configurando a identidade cultural de "pecuaristas" ligados aos valores estéticos e patrimoniais culturais, com influências na conservação e preservação dos campos nativos, que potencializam e contribuem com os serviços ecossistêmicos culturais pampeanos.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib**. Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACHKAR, Marcel; DOMINGUEZ Ana.; DIAZ Ismael; PESCE Fernando. La intensificación del uso agrícola del suelo en el litoral oeste del Uruguay en la última década **Pampa** nº 07. Suplemento especial temático. 2011.

ANDRADE, Daniel Caixeta. ROMEIRO, André Romeiro. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 155, fevereiro, 2009.

BERQUE, Augustin "Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da problemática para a Geografia Cultural". In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 1998.

BRASIL. **Decreto Nº 48.316**, de 31 de agosto de 2011. Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em:

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BIEHL, Paulo Felipe Soares COSTA, Cassiane da. Tecendo vidas: artesanato em lã, saberes e identidade territorial no Pampa. DRd -**Desenvolvimento Regional em debate**. v. 9, p. 331-346, 2019.

BILENCA, David, MIÑARRO, Fernando Oscar. **Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal (AVPs) em las Pampas y campos de Argentina, Uruguay y Sur de Brasil**. Fundación Vida Silvestre Argentina. Buenos Aires. 2004. p. 353.

BOLDRINI, Ilsi (2009). A Flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério de Patta MÜLLER, Sandra Cristina.; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza.; JACQUES, Aino Victor Ávila. (2009) **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA. 403p.

CARVALHO, Raquel MARQUES, Teresa A evolução do conceito de paisagem cultural. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território** (GOT), n.º 16 (março). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. 2019. p. 81-98.

CHOMENKO, Luiza.; BENCKE, Glayson Ariel (org.) **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 2016.

CORRÊA, Norton Figueiredo **O batuque no Rio Grande do Sul**: antropologia de uma religião afro-riograndense. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1992.

DE BEM, Daniel Francisco. **Caminhos do Axé**: a transnacionalização afro-religiosa para os países platinos a partir do terreiro de Mãe Chola de Ogum, de Santana do Livramento/ RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FERNANDEZ RONDONI, Emilio; CARAMBULA PAREJA, Matías. Territorios en disputa: la producción familiar en el este uruguayo. **Pampa**, Santa Fé, n. 8, p. 59-109, dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-02082012000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FIGUEIRÓ, Adriano. **Biogeografia**: dinâmicas e transformação da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015, 384p.

FONSECA, Orlando. Nativismo: novas trilhas (?). In: QUEVEDO, Julio. Rio Grande do Sul, **4 séculos de História.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1999.

GEE, Kira , BURKHARD, Benjamin. Cultural ecosystem services in the context of offshore wind farming: A case study from the west coast of Schleswig-Holstein. **Ecological Complexity** Volume 7, Issue 3, September 2010, p. 349-358.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

GUDYNAS, Eduardo. El concepto de Regionalismo Autónomo y el desarrollo sustentable en el Cono Sur In: BECKER, J., GUDYNAS, E. **Sustentabilidad y regionalismo en el Cono Sur**. Coscoroba ediciones, Montevideo, 2002, p. 177-211.

COSTA GOMES, João Carlos.; BORBA, Marcos. **Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis.** Ciência & Ambiente 29. Julho/Dezembro de 2004.

HASENACK, Heinrich; WEBER, Eliseu; BOLDRINI, Ilsi Iobi; TREVISAN, Rafael**. Mapa de sistemas ecológicos da ecorregião das Savanas Uruguaias** em escala 1:500.000. Porto Alegre: UFRGS/Centro de Ecologia, 2010. PROJETO IB/CECOL/TNC, PRODUTO 4.

INCRA**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Relatório ambiental do projeto de assentamento São João II: Santana do livramento. Porto Alegre, 2010. p.129.

INRC. **Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira**. Blog do INRC Lida Campeira. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em 28 fev. 2022.

JUNIOR, Francisco Cougo. A historiografia da "música gauchesca": apontamentos para uma História**. Revista Contemporâneos de Artes e Humanidades**. nº 10. Maio-out, 2012. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/n10/dossie/histografia-musica-gauchesca.pdf.>. Acesso em 11 nov. 2022.

LIMA, Romilda de Souza, FERREIRA NETO, José Ambrósio, FARIAS. Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. Demetra: Alimentação, **Nutrição & Saúde**, v. 10, p. 507-522, 2015.

MELLO, Amir Omar. Trilha Caminhos do Pampa. Turismólogo. Acervo pessoal. 2022

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and Human Wellbeing**: Synthesis. Island Press, Washington, DC. 2005.

MILCU, Andra Ioana et al. Cultural ecosystem services: a literature review and prospects for future research. Ecology and Society, Wolfville, v. 18, n. 3, 2013. pp. 44

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac. 2008. 207p.

MORRONE, J. J. Panbiogeografía, componentes bióticos y zonas de transición. **Revista Brasileira de Entomologia** 48(2): 149-162, junho 2004.

NETO, Helena Brum BEZZI Meri Lourdes Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Revista Sociedade & Natureza** 20, no. 2, 2007.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

NETTO, Tatiane Almeida. **A dinâmica agrária recorrente da soja e da silvicultura na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY e seus impactos na agricultura familiar**: 2006-2016. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

NETTO, Tatiane Almeida AZEVEDO, Letícia Fátima de. A emergência de um novo paradigma para preservação do território da pecuária familiar no Pampa brasileiro. **Geografar Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR**, v. 14, p. 303-316, 2019.

RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfose do Território**: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.384

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense. /** Aldyr Garcia Schleee. -- Pelotas : Fructos do Paiz, 2019. 2v. (992 p).

STÂLHAMMAR, Sanna, PEDERSEN, Eja Recreational cultural ecosystem services: How do people describe the value? **Ecosystem Services**. 2017. Disponível em: http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/. Acesso em: 10 dez. 2019.

SUERTEGARAY, Dirce. Maria Antunes.; SILVA, Luís Alberto Pires da. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: **Campo Sulinos** – conservação e uso sustentável da biodiversidade. PILLAR, Valério. de Patta., et al.. [editores]. Brasília, MMA. 2009, p. 42-59.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Lívia de Oliveira). São Paulo: Difel 1980 p. 142

VARGAS, Daiane Loreto de. **Tecendo tradição**: artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa gaúcho. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2016.

VERDUM. Roberto, VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos, PINTO, Bruno, Fleck, SILVA, Luís Alberto Pires da. **Paisagem: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos**. A valorização da Beleza Cênica da Paisagem do Bioma Pampa do Rio Grande do Sul**: proposição conceitual e metodológica. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre: UFRGS, 2014.

WALLACE, Ken. Classification of ecosystem services: problems and solutions**. Biological Conservation**, v. 139, n. 3–4, p. 235–246, 2007.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

WAQUIL, Paulo Dabdab, MATTE, Alessandra.; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio Silva. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul:** História, Diversidade Social e Dinâmicas de Desenvolvimento. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 288.

WEISSHEIMER, Marco. IPHAN aprova registro das 'lidas campeiras' como patrimônio imaterial brasileiro. **Sul 21**. Reportagem 7 de maio de 2022.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Indicadores de desempenho e multifuncionalidade de sistemas agroflorestais agroecológicos: biodiversidade, segurança alimentar e saúde sistêmica

Performance indicators and multifunctionality of agroecological agroforestry systems: biodiversity, food security and systemic health

Indicadores de rendimento y multifuncionalidade de los sistemas agroflorestales agroecológicos: biodiversidade, seguridade alimentaria y salud sistémica

Adriana Rita Sangalli
Doutora em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Técnica Administrativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil.
E-mail: adrianaritasangalli@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2646-9416

Mirian Fabiane Strate
Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Docente na Universidade do Vale do Taquari, RS, Brasil.
E-mail: mirianfabiane@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0414-9446

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a multifuncionalidade presente em sistemas agroflorestais agroecológicos de propriedades rurais familiares do Rio Grande do Sul em suas diferentes dimensões (ambiental, social, econômica, cultural e de segurança alimentar e nutricional - SAN), a partir da aplicação de indicadores de desempenho elaborados de forma participativa. Entre os procedimentos metodológicos, utilizou-se levantamento bibliográfico, coleta de dados com onze agricultores familiares agroecológicos que manejam sistemas agroflorestais (SAF´s) em propriedades rurais de quatro municípios do RS (Antônio Prado, Campestre da Serra, Ipê e Vacaria) e acompanhamento de oficina, onde se iniciou processo de construção de indicadores para o monitoramento inicial desses sistemas, por meio de metodologia participativa. Após a tabulação dos resultados dos indicadores, foi utilizada a abordagem da multifuncionalidade da agricultura, a fim de analisar a sua presença nos SAF´s. Constatou-se que os sistemas agroflorestais pesquisados são multifuncionais, já que atendem todas as dimensões dessa abordagem, sendo algumas mais fortalecidas, como a SAN e a Biodiversidade e, outras com pontos a serem ajustados. Os benefícios promovidos pelos SAF´s são essenciais na atualidade, diante das diversas crises que o mundo vivencia, principalmente pós pandemia, na promoção da saúde sistêmica aos seres humanos e do planeta, na sua integralidade.

Palavras-chave: Agroflorestas. Agroecologia. Multidimensionalidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Abstract: This article aims to analyze the multifunctionality present in agroecological agroforestry systems of family farms in Rio Grande do Sul in its different dimensions (environmental, social, economic, cultural and food and nutritional security - SAN), from the application of performance indicators, prepared in a participatory manner. Among the methodological procedures was used bibliographic survey, data collection with eleven family farmers agri-ecological food security that manage agroforestry systems (SAF´s) in rural properties of four municipalities of RS (Antônio Prado, Campestre da Serra, Ipê and Vacaria) and workshop monitoring, where a process of construction of indicators for the initial monitoring of these systems was initiated, through participatory methodology. After tabulation of the results of the indicators, the multifunctional approach of agriculture was used in order to analyze its presence in the SAF´s. It was found that the agroforestry systems researched are multifunctional, since they meet all the dimensions of this approach, some more strengthened, such as the SAN and Biodiversity and others with points to be adjusted. The benefits promoted by SAF s are essential today, given the various crises that the world experiences, especially after the pandemic, in promoting systemic health to humans and the planet, in its entirety.

Keywords: Agroforestry. Agroecology. Multidimensionality.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la multifuncionalidad presente en sistemas agroforestales agroecológicos de propiedades rurales familiares de Rio Grande do Sul en sus diferentes dimensiones (ambiental, social, económica, cultural y de seguridad alimentaria y nutricional - SAN), a partir de la aplicación de indicadores de desempeño, elaborados de forma participativa. Entre los procedimientos metodológicos se utilizó un estudio bibliográfico, recolección de datos con once agricultores familiareseguridad alimentaria agroecológicos que manejan sistemas agroforestales (SAF´s) en propiedades rurales de cuatro municipios de RS (Antônio Prado, Campestre da Serra, Ipê y Vacaria) y seguimiento de taller, donde se inició el proceso de construcción de indicadores para el monitoreo inicial de esos sistemas, por medio de metodología participativa. Tras la tabulación de los resultados de los indicadores se utilizó el enfoque de la multifuncionalidad de la agricultura para analizar su presencia en los SAF´s. Se constató que los sistemas agroforestales investigados son multifuncionales, ya que atienden todas las dimensiones de ese abordaje, siendo algunas más fortalecidas, como la SAN y la Biodiversidad y otras con puntos a ajustar. Los beneficios promovidos por los SAF´s son esenciales en la actualidad, frente a las diversas crisis que el mundo experimenta, principalmente post pandemia, en la promoción de la salud sistémica a los seres humanos y del planeta, en su integralidad.

Palabras Clave: Agrobosques. Agroecología. Multidimensionalidad.

Data de recebimento: 10/12/2022
Data de aprovação: 30/05/2024
DOI: 10.30612/riet.v4i1.15592

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Introdução

As práticas produtivas influenciam diretamente nas funções ecossistêmicas que a biodiversidade desempenha e em sua conservação. De acordo com o Relatório da Avaliação Global sobre a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2019, em torno de um milhão de espécies de animais e plantas podem ser extintos nas próximas décadas em virtude dos impactos humanos causados na natureza nos últimos cinquenta anos, colocando em risco a segurança das safras, principalmente de espécies nativas necessárias à segurança alimentar e nutricional (ONU BRASIL, 2019).

A exploração de extensas áreas para a pecuária e monocultivos agrícolas impactam diretamente na redução da biodiversidade, aumentando as emissões líquidas de gases de efeito estufa (GEE) e a perda de ecossistemas naturais (IPCC, 2019). Neste cenário, relacionam-se ainda, as crises de obesidade e desnutrição que, integradas às alterações climáticas, compõem a Sindemia Global que, conforme relatório da Comissão Lancet de 2019, ameaçam a segurança alimentar e nutricional (SAN) da maioria da população, impondo a emergência de alterações nos sistemas alimentares a fim de que promovam uma agropecuária mais limpa, sustentável e dietas saudáveis (SWINBURN et al., 2019).

São muitos os desafios enfrentados pelo sistema agroalimentar na atualidade, como a desigualdade social, refletida na fome, apesar da suficiência produtiva de alimentos; a má nutrição ocasionada pelo consumo de alimentos pobres em nutrientes; os desequilíbrios gerados pela crise ambiental, cada vez mais frequentes e, os impactos ambientais da cadeia produtiva, responsáveis por metade das emissões de gases estufa no mundo (FAVARETO, 2019). Neste sentido, a saúde da humanidade não se desvincula do ambiente e de seus serviços ecossistêmicos.

Whitmee et al. (2015) observam que a noção de saúde planetária busca atingir um alto padrão de saúde e bem-estar equitativo de todos os sistemas no planeta (humanos, econômicos, sociais e naturais), por meio de limites seguros que garantam o futuro da humanidade. Como reflexo dos desequilíbrios da saúde sistêmica do planeta, a pandemia do vírus SARS-CoV-2 - Severe Acute Respiratory Syndrome ou Síndrome Respiratória Aguda Grave causada pelo Coronavírus (MAVEDDAT et al., 2020), evidenciou um sistema agroalimentar insustentável, ambiental, social e economicamente, pressionado pelos avanços em desmatamentos e incêndios florestais de grandes proporções, entre outros fatores, que comprometem demasiadamente os ecossistemas dos Biomas brasileiros.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Para Shiva (2020), o sistema agroalimentar globalizado, baseado no modelo econômico de crescimento e ganância ilimitados, manipula sistematicamente o habitat ecológico das espécies de plantas e animais, comprometendo a integridade dos ecossistemas e criando ou potencializando novas doenças.

O sistema agroalimentar depende da diversidade biológica e de uma ampla diversidade de serviços ecossistêmicos que influenciam a produção agrícola, como a polinização, o controle de pragas e a fertilidade do solo (SCBD, 2020). A agricultura familiar de pequena escala apresenta potencial para o estabelecimento de sistemas alimentares mais sustentáveis, tendo em vista a diversificação produtiva de alimentos, a preservação da cultura alimentar local e a conservação da agrobiodiversidade. (FAO, 2019).

Nessa perspectiva, os sistemas agroflorestais (SAF´s) manejados por muitas famílias de agricultores, contribuem para a resiliência do sistema agroalimentar das comunidades, desempenhando um papel estratégico para a erradicação da pobreza, promoção da SAN e da sustentabilidade ambiental (BUTTOUD, 2013).

Os SAF´s ou agroflorestas, constituem-se de práticas agrícolas que simulam condições florestais em sistemas de produção, abrangendo tanto consórcios simplificados entre plantas arbóreas, como arranjos mais complexos e diversificados, que apresentam dinâmica ecológica semelhante à sucessão natural em florestas, na sua complexidade e diversidade de espécies (SCHULER, 2017). Os SAF´s são importantes alternativas de restauração florestal aliados à produção agroecológica (BADARI et al., 2020). Souza et al. (2016), observam que sistemas locais de produção são potencialmente eficazes no envolvimento de agricultores com vistas à restauração florestal e paisagística nos países tropicais.

Os sistemas agroflorestais biodiversos incluem a biodiversidade na constituição dos sistemas produtivos na agricultura, proporcionando diversos benefícios relacionados à renda, Soberania e SAN, recuperação dos recursos naturais, redução de contaminantes, equilíbrio do clima e uma diversidade de serviços ecossistêmicos (CANUTO et al., 2017). Os SAF`s biodiversos classificados como regenerativos ou análogos, imitam a natureza por meio da dinâmica sucessional, recuperando e conservando a biodiversidade nativa espontaneamente, possibilitando a recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal (COELHO, 2012).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Nesta dinâmica, os SAF´s biodiversos contribuem para a conservação dos *hotspots* de biodiversidade. Os *hotspots* são áreas de relevância ecológica, com altíssima riqueza de biodiversidade e que possuem vegetação diferenciada, abrigando muitas espécies endêmicas ameaçadas de extinção, representando 35% dos serviços ecossistêmicos globais (MITTERMEIER, 2011). Além disso, os *hotspots* abrigam 2,08 bilhões de pessoas em áreas rurais e urbanas, bem como, em áreas protegidas, sob uma variedade de sistemas de governança, onde se proliferam valores sociais e culturais (MITTERMEIER, 2011).

O Bioma Mata Atlântica, um dos *hotspots* de biodiversidade, está presente em 37% do território do Estado do Rio Grande do Sul (RS, 2019). Entre as formações florestais desse Bioma no Estado, 9% correspondem à Floresta Ombrófila Mista - FOM, que apresenta na sua formação a araucária (*Araucaria angustifolia* Bertol. Kuntze), entre outras espécies florestais (BRASIL, 2018).

A formação florestal original da FOM correspondia à 25% da vegetação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que atualmente a araucária, espécie característica deste bioma, está entre as mais ameaçadas de extinção (MAGNANTI, 2019). Neste sentido, Amaral e Fichino (2014) pontuam a contribuição das comunidades que manejam SAF's agroecológicos, as quais aliam a conservação com a recuperação da biodiversidade em remanescentes de FOM, onde o pinhão (semente da araucária) tem uma relação de identidade alimentar histórica e cultural para a população.

A produção de alimentos em áreas florestais em conjunto com formações vegetais nativas, promovem a SAN, enquanto contribuem com a conservação dos ecossistemas por meio do armazenamento de carbono, proteção do solo e dos recursos hídricos, tornando o sistema alimentar mais resiliente às flutuações climáticas, além de ajudar na perpetuação do conhecimento local e dos valores socioculturais (BUTTOUD, 2013). Para além desses benefícios e uma necessidade evidenciada na atualidade, a recuperação da biodiversidade reduz o risco de futuras pandemias (SCBD, 2020).

Neste sentido, os sistemas agroflorestais propiciam a melhoria na saúde dos agricultores e consumidores dos seus produtos, assim como aumentam a resiliência dos agroecossistemas às doenças, reduzindo os impactos ecológicos e permitindo que as economias locais se desenvolvam (SHIVA, 2020). Os SAF`s proporcionam diversos benefícios em paisagens multifuncionais, as quais fornecem alimentos, SAN para famílias de agricultores e consumidores, renda e serviços ecossistêmicos (LASCO et al., 2014).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Os SAF´s agroecológicos também se alinham à Lei n° 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que propõe a adoção de políticas e ações voltadas para a SAN considerando as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais, além de elencar algumas diretrizes, dentre as quais se destacam: a conservação da biodiversidade e uso sustentável de recursos, assim como a implantação de políticas e estratégias de produção, comercialização e consumo de alimentos que sejam sustentáveis e respeitem as características culturais da população brasileira (BRASIL, 2006).

Outra grande colaboração dos SAF´s agroecológicos se relaciona ao vínculo com a maioria dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas para serem atingidos até 2030 (ONU/BRASIL, 2022). Neste contexto, destacam-se quatro objetivos, sendo: 2 (Fome zero e agricultura sustentável), 3 (Saúde e bem-estar), 12 (Consumo e produção responsáveis) e 13 (Ação contra a mudança global do clima). Estes sistemas promovem uma agricultura limpa e responsável, que permite uma alimentação saudável, geradora de saúde, além de propiciarem um trabalho em ambiente saudável, com sombra e sem manuseio de agrotóxicos às famílias de agricultores, em condições ambientais que reduzem os impactos das mudanças climáticas.

A diversidade de funcionalidades proporcionadas pelos SAF´s pode ser analisada a fim de detectar o desempenho de cada dimensão e a necessidade de intervenção para sua melhoria. Ferreira (2014) destaca que na implantação de SAF´s estão envolvidas relações sociais, políticas e econômicas e não apenas um arranjo de espécies no espaço e no tempo, o que requer analisar as relações dos atores com os recursos naturais, sociais e econômicos, utilizando-se indicadores que forneçam dados para além da produtividade dos sistemas. Dessa forma, um conjunto de indicadores construído localmente e de forma participativa agrega características ecológicas dos ecossistemas nativos em que os sistemas agroflorestais estão inseridos, considerando valores endógenos que contribuem para a emancipação social dos agricultores e na governança das suas comunidades (STEENBOCK et al, 2013).

A análise dos SAF's por meio de indicadores participativos quantitativos e qualitativos, auxilia na compreensão das dimensões dos sistemas que decorrem da sua implantação e do seu manejo (FRANCO et al., 2017). Além disso, fornece elementos que permitem detectar e interpretar as alterações que ocorrem ao longo do tempo nos sistemas, nas suas múltiplas dimensões e, a partir desse resultado, planejar reajustes e intervenções (COELHO-DE-SOUZA et al., 2019). Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

a multifuncionalidade presente em sistemas agroflorestais agroecológicos de propriedades rurais familiares do Rio Grande do Sul em suas diferentes dimensões (ambiental, social, econômica, cultural e de SAN), a partir da aplicação de indicadores de desempenho elaborados de forma participativa.

A multifuncionalidade da agricultura e dos sistemas agroflorestais agroecológicos

O debate inicial em torno da multifuncionalidade da agricultura, no contexto internacional, surgiu na União Europeia, sendo formalizada e reconhecida na França, a partir da Lei de Orientação Agrícola, no ano de 1999 (CARNEIRO; MALUF, 2003; ROUX; FOURNEL, 2003). Essa Lei orientava para que a agricultura fosse além do aspecto econômico, levando em conta a função social na manutenção e geração de empregos, bem como o equilíbrio na ocupação do território e a conservação e renovação dos recursos naturais e paisagísticos (ROUX; FOURNEL, 2003). No Brasil, seu debate emergiu a partir da Rio – 92, onde se consagrou a concepção de desenvolvimento sustentável na agricultura, (CARNEIRO; MALUF, 2003).

No conceito de multifuncionalidade da agricultura estão envolvidas todas as contribuições da agricultura para o desenvolvimento econômico e social, considerando sua unidade e de forma sustentável, incluindo diversos fatores, como: produção, segurança dos alimentos, manutenção do território, proteção do meio ambiente, manutenção de um tecido econômico e social no meio rural, preservação do capital cultural e a diversificação de atividades rurais (LAURENT; MOURIAUX, 1999).

A abordagem da multifuncionalidade na agricultura permite articular a agricultura e o desenvolvimento local, conectando a atividade agrícola ao território e atuando na manutenção dos empregos no meio rural (MALUF, 2003). Possibilita, também, analisar a integração das famílias de agricultores com seus territórios, considerando os modos de vida, para além dos componentes econômicos, incorporando nessa análise, o aprovisionamento de bens públicos relacionados tanto com o meio ambiente, como com a SAN e com o patrimônio cultural (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A família deixa de ser uma unidade produtiva, passando a ser considerada uma unidade social: “Por família rural entende-se a unidade que se produz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, situada num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

ambientais" (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.23). Os autores relacionam quatro dimensões contempladas na multifuncionalidade da agricultura:

a) Reprodução socioeconômica das famílias rurais: abrange as fontes de geração de trabalho e renda dos membros familiares, condições de permanência no rural, sociabilidade e sucessão familiar;

b) Promoção da SAN na família e da sociedade: refere-se à produção de alimentos, tanto para o autoconsumo como para a comercialização, além das opções de produção e dos canais de comercialização;

c) Manutenção do tecido social e cultural: relaciona-se às condições de vida das famílias nas comunidades rurais e integração social, considerando os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais;

d) Conservação dos recursos naturais e da paisagem rural: relaciona a utilização dos recursos naturais com as atividades econômicas e seus impactos na paisagem e na conservação da biodiversidade.

Para Ferrarini (2014), os sistemas agroflorestais representam uma alternativa que atende às perspectivas da multifuncionalidade da agricultura. A opção pelo sistema agroflorestal decorre de um processo alternativo de resistência ao modelo hegemônico capitalista, principalmente em momentos de crises nas dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, onde movimentos formados por atores organizados em redes locais, regionais, nacionais e internacionais, representam a possibilidade de reprodução social dos agricultores nas múltiplas dimensões (RODRIGUES; FERREIRA, 2013).

O manejo de florestas por meio de SAF's é uma herança indígena, sendo constituídas a partir de pomares ou quintais domésticos que se formam aleatoriamente ou a partir da introdução de espécies, da abertura de clareiras, com utilização do fogo e outras técnicas, sem um arranjo previamente definido, combinando espécies com animais, tanto para o autoconsumo como para a conservação ambiental (POSEY, 1984; CLEMENT, 1999). São sistemas produtivos desenvolvidos há milênios no mundo, especialmente pelas populações tradicionais, sustentam cerca um sexto da humanidade, entretanto, apenas nos últimos cinquenta anos a ciência tem se dedicado ao estudo dos seus benefícios e da complexidade de interações entre seus componentes vegetais, animais e humanos (MICCOLIS et al., 2016).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

No Brasil, o manejo de SAF´s se intensificou a partir da década de 1980, principalmente por agricultores familiares em pequenas áreas (SCHEMBERGUE et al., 2017). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a área cultivada com SAF's no Brasil é de 13.863,254 hectares distribuídos em 490.647 estabelecimentos agropecuários, dos quais, a maior parte (324 mil) concentra-se na região Nordeste, seguida da região Sul, com 64 mil (IBGE, 2020b). No contexto da região Sul do Brasil, Siddique e Simões-Ramos (2017) observam que os Estados contemplam uma diversidade de experiências com SAF's agroecológicos, com conhecimentos acumulados em torno do manejo e da organização social na implementação, adaptação e melhoria dos sistemas.

Os SAF's agroecológicos promovem segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, contribuindo para a conservação dos ecossistemas por meio do armazenamento de carbono, potencializando a biodiversidade, protegendo os recursos hídricos e reduzindo a erosão do solo, tornando o sistema alimentar mais resiliente às flutuações climáticas, além de ajudar na perpetuação do conhecimento local e dos valores sociais e culturais (BUTTOUD, 2013). Dessa forma, analisar a multifuncionalidade dos SAF´s, em suas múltiplas dimensões, permite visualizar a abrangência desses sistemas, bem como da importância da sua adoção pelos agricultores, principalmente familiares. Conforme Franco et al. (2017), é necessário compreender as dimensões sociais, políticas e ambientais envolvidas nos SAF's, a fim de fortalecer iniciativas voltadas para o desenvolvimento local das comunidades rurais, permitindo que os agricultores tenham consciência e autonomia nas suas escolhas, principalmente, do tipo de desenvolvimento que desejam.

Percurso metodológico

Inicialmente realizou-se levantamento bibliográfico acerca das temáticas abordadas no estudo e posteriormente a coleta e análise de dados com agricultores familiares agroecológicos que manejam sistemas agroflorestais, desenvolvida em três etapas. Na primeira etapa, ocorrida em janeiro de 2019, foi realizado o acompanhamento de evento de extensão do Projeto PANexus (oficina "Sistemas Agroflorestais e Nexus: indicadores participativos e sistematização de experiências") realizada em São Francisco de Paula, RS.

O processo de construção participativa de indicadores para monitoramento de sistemas agroflorestais contou com a participação de agricultores manejadores de agroflorestas, alunos de graduação e pós-graduação, pesquisadores, gestores, técnicos e

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

representantes das redes Câmara Temática de Agroflorestas do Território Rural Campos de Cima da Serra e Cadeia Solidária das Frutas Nativas presentes no evento (STRATE *et al.*, 2020).

Observa-se, que este estudo está relacionado ao projeto "PANexus: governança da sociobiodiversidade para a segurança hídrica, energética e alimentar na Mata Atlântica" (CNPq/MCTIC), vinculado ao Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - (Propesq 36361).

A metodologia utilizada na construção de indicadores nos eventos baseou-se em Steenbock *et al.* (2013), partindo da questão geradora: "o que são boas agroflorestas?". Neste processo, foram elencados pelo grupo de participantes, 26 indicadores reunidos em quatro conjuntos, denominados macroindicadores (STRATE *et al.*, 2020).

Para cada indicador foi estabelecida uma gradação, variando na escala de 0 (zero) a 5 (cinco), conforme Tabela 1, onde: 0= situação crítica/péssima; 1= situação indesejada/ruim; 2= situação razoável/aceitável; 3= situação boa; 4= situação desejável e 5= situação ideal para o sistema. Vale ressaltar que, assim como a construção, a avaliação de cada indicador foi efetuada pelos participantes da oficina.

Tabela 1: Síntese dos macroindicadores e indicadores avaliados nos municípios de Antônio Prado; Campestre da Serra; Ipê e Vacaria, no Rio Grande do Sul, com o valor correspondente à resposta.

INDICADORES/ SITUAÇÃO	**0** **Crítica**	**1** **Indesejada**	**2** **Razoável**	**3** **Boa**	**4** **Desejável**	**5** **Ideal**
MACROINDICADOR BIODIVERSIDADE						
Presença de animais silvestres no SAF?	nenhuma espécie	1 a 4 espécies	5 a 8 espécies	9 a 12 espécies	13 a 16 espécies	Mais de 17 espécies
Presença de pequenos animais no solo?	nenhuma espécie	1 a 4 espécies	5 a 8 espécies	9 a 12 espécies	13 a 16 espécies	Mais de 17 espécies
Espécies prioritárias no SAF?	indiferente	+ de 80% exóticas	+ de 50% exóticas	50% cada espécie	+ de 50% nativas	+ de 80% nativas
Espécies vegetais manejadas SAF?	até 2	3 a 5	5 a 8	9 a 11	12 a 14	15 ou mais

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Diversidade de fungos e cogumelos no SAF?	Nenhuma	1 espécie	até 4 espécies	até 6 espécies	até 9 espécies	10 ou mais espécies
Diferentes estratos no SAF?	não manejo estratos	apenas um estrato	implantando novos	2 estratos	3 estratos	diversos estratos
Espécies manejadas no SAF?	nenhuma	1 ou 2	3 ou 4	5 ou 6	7 a 10	mais de 10
Dificuldade com o manejo com espécies no sistema?	com todas as espécies	aproximadamente 70% das espécies	aproximadamente 50% das espécies	aproximadamente 30% das espécies	aproximadamente 10% das espécies	não tem dificuldades com as espécies
Utiliza insumo externo à propriedade no SAF?	muitos	5 ou mais insumos	até 4 insumos	até 2 insumos	1 insumo	nenhum insumo
Regeneração espontânea de espécies nativas no SAF?	nenhuma espécie	uma espécie	2 espécies	3 espécies	4 espécies	5 ou mais espécies
MACROINDICADOR RENDA						
Dias de trabalho do grupo familiar no SAF?	nenhum	1 a 2 dias	2 a 4 dias	4 a 5 dias	5 a 6 dias	7 dias
Meses de produção no SAF?	nenhum	1 a 2 meses	2 a 4 meses	4 a 8 meses	8 a 10 meses	10 a 12 meses
Quantos produtos do SAF são comercializados?	nenhum	1 a 3	4 a 6	7 a 10	11 a 20	mais de 20
Contribuição do SAF com economia doméstica?	nenhuma	1% a 20%	21% a 40%	41 a 60%	61% a 80%	81% a 100%
Percentual de custo de manutenção do SAF?	100% do lucro	+ de 90% do lucro	+ de 80% do lucro	50% do lucro	30% a 40% do lucro	inferior à 30%
MACROINDICADOR SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL						
Autoconsumo do SAF?	nenhum alimento	1 a 3 alimentos	4 a 6 alimentos	7 a 10 alimentos	11 a 14 alimentos	15 ou mais
Alimentos disponíveis/meses?	nenhum	até 1 mês	até 3 meses	até 6 meses	até 9 meses	até 12 meses
Produtos comercializados SAF?	nenhum	1 alimento	2 alimentos	3 alimentos	4 alimentos	5 ou mais alimentos
Contribuição da comercialização com a SAN regional?	não com. localmente	Com grandes indústrias	com. até 25% na região	com. até 50% na região	com. até 75% na região	em feiras e mercados locais e regionais

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

MACROINDICADOR ESTAR BEM, AUTONOMIA E CULTURA						
Grau de satisfação com o SAF?	insatisfeito	Indiferente	menos que no ano anterior	satisfeito	mais que no ano anterior	completamente satisfeito
Autonomia no manejo de espécies do SAF?	nenhuma	até 2 espécies	3 ou 4 espécies	5 ou 6 espécies	7 a 9 espécies	mais de 10 espécies
As relações com entorno favorecem o SAF?	Comunidade					
	não	Indiferente	pouco	às vezes	favorecem	Muito
	Município					
	não	Indiferente	pouco	às vezes	favorecem	Muito
	Região					
	não	Indiferente	pouco	às vezes	favorecem	Muito
Estabelecimento de relações no último ano através dos SAF's?	não contribuiu	Indiferente	contribuiu pouco	menos que ano anterior	mais que no ano anterior	Contribui muito
Sentimento em relação ao SAF?	infeliz	Indiferente	menos feliz que ano anterior	mais feliz que ano anterior	feliz	muito feliz
Necessidade de mudanças no SAF?	completamente	Muitas	algumas	poucas	se necessário	nenhuma

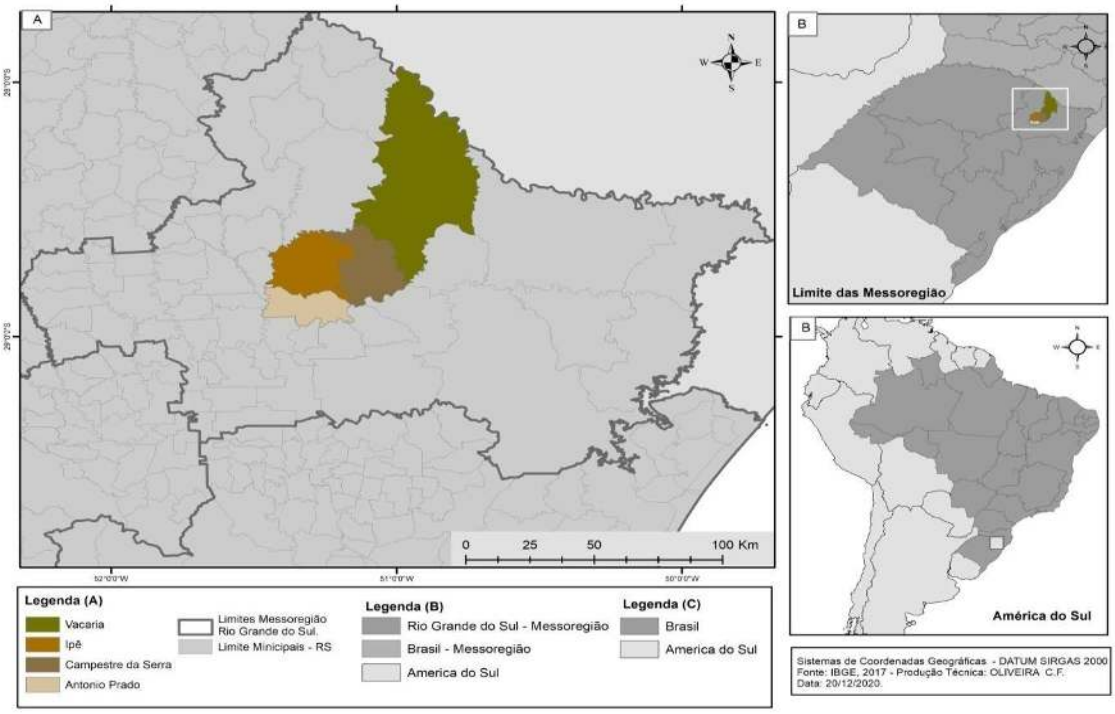
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da pesquisa.

Na segunda etapa, ocorrida entre os meses de setembro e outubro de 2019, foram realizadas as entrevistas com 11 (onze) famílias de agricultores agroecológicos em suas propriedades, localizadas em quatro municípios, sendo: Antônio Prado; Campestre da Serra; Ipê e Vacaria (Figura 1) por meio de um instrumento composto de questões abertas e fechadas.

As entrevistas foram realizadas, quando possível, com todos os integrantes de cada família, a fim de que as respostas tivessem um consenso familiar. Após as entrevistas, ocorria a turnê-guiada na propriedade, especialmente no(s) SAF(s), quando um ou mais integrantes da família apresentava detalhes sobre os sistemas, histórico e perspectivas futuras. Para a escolha dos entrevistados, utilizou-se a metodologia de amostragem bola de neve (Bayley, 1994), cujo ponto de partida ocorreu no evento de extensão.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Figura 1: Mapa com a localização dos municípios que compõem a área de estudo no Rio Grande do Sul



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

Na terceira etapa foram realizadas as análises dos indicadores, incluindo questões abertas relacionadas com as características das unidades de produção, dos SAF's e das famílias, as espécies manejadas e seus usos, a comercialização dos produtos, o levantamento de organizações nas quais agricultores atuam ou participam, as relações em redes e a avaliação e perspectivas futuras para os sistemas. Contempla, ainda, registros do histórico das famílias entrevistadas e detalhes das unidades produtivas, levantadas a partir de turnê guiada e de conversas informais (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004). Utilizou-se também, a abordagem da multifuncionalidade da agricultura, a partir das dimensões elencadas por Carneiro e Maluf (2003) para analisar a multifuncionalidade presente nos sistemas agroflorestais.

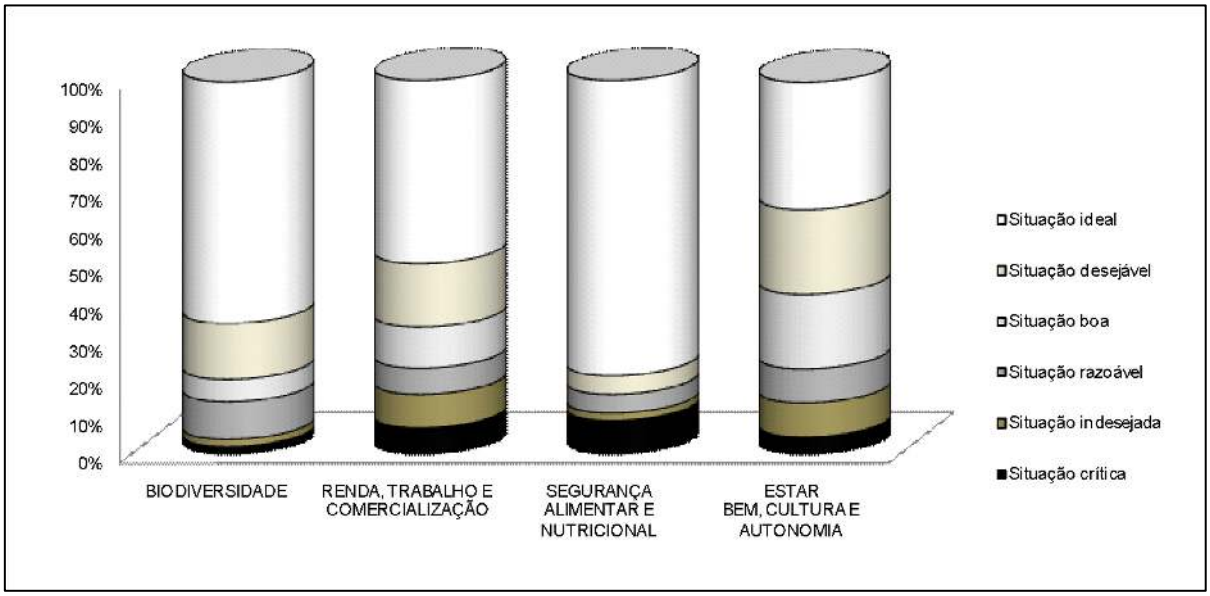
Para a análise dos dados utilizou-se o *software Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, 2013), baseado em estatística descritiva, a partir da média amostral de cada indicador. Os resultados da aplicação dos indicadores de desempenho para os SAF's foram sistematizados em quatro conjuntos de macroindicadores (Biodiversidade, Renda, SAN e Estar Bem, Autonomia e Cultura) e, posteriormente, analisados integrando-se às quatro dimensões da multifuncionalidade da agricultura.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Resultados e discussões

Dentre os quatro macro indicadores analisados, o macro indicador de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) obteve o melhor desempenho na situação ideal, conforme verifica-se na Figura 4, sobretudo, em virtude da diversidade de alimentos para colheita e consumo nas propriedades em todos os meses do ano presente em 91% das famílias entrevistadas. Os principais alimentos oriundos dos sistemas são: hortaliças e legumes diversos, frutas exóticas (principalmente cítricas), frutas e sementes nativas (pinhão, butiá, goiaba serrana, araçá, pitanga, uvaia, guabiju e amora), tubérculos (batatas, mandioca/aipim e crem), grãos (milho, feijão e amendoim), plantas alimentícias não convencionais e plantas medicinais. Além de, leite e seus derivados (principalmente queijo), ovos, carnes de aves, gado e suínos. A erva-mate é cultivada em 55% das propriedades visitadas.

Figura 1: Síntese dos macroindicadores analisados nos sistemas agroflorestais das propriedades pesquisadas no RS, com os percentuais correspondentes à situação que se encontra cada indicador na média amostral



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

O macro indicador Biodiversidade também obteve um bom desempenho, principalmente em relação ao "número de espécies vegetais manejadas", que apresenta quantidade superior de espécies estimadas para a melhor situação deste indicador, em quase todas as propriedades, devido à grande diversidade, principalmente de nativas. Constatou-se também, a preocupação dos entrevistados em conservar áreas adensadas com espécies

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

nativas sem ou com o mínimo de manejo, muito além do que é previsto na legislação para Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

O macro indicador de Renda, Trabalho e Comercialização apresentou o melhor desempenho no indicador "meses de produção" durante o ano, já que a diversificação produtiva nos SAF´s possibilita ao agricultor obter alimentos para consumo e comercialização durante o ano inteiro ou na maioria dos meses, garantindo maior estabilidade financeira (ALTIERI, 2010), além de promover sua resiliência ambiental (AMOROZO, 2010). O fator causa maior discrepância neste macro indicador e interfere nos demais é o fato de que 36% dos SAF´s foram implantados recentemente, entre 4 e 8 anos, os quais estão em fase inicial de produção ou ainda não estão produzindo, o que demanda mais gastos com insumos, como sementes, mudas, adubação orgânica e mão-de-obra do que os demais sistemas com mais de 20 anos.

No macro indicador Estar Bem, Cultura e Autonomia, o indicador "autonomia no manejo" obteve melhor desempenho para a situação, já que 72,7% dos entrevistados responderam que se sentem à vontade para manejar mais de dez espécies do SAF. Os demais indicadores ficaram abaixo ou próximos da média da situação desejável ou ideal, sendo que dois apresentam menor desempenho: "relações com o município" e "relações com entorno". No primeiro, muitos agricultores destacaram a falta de incentivo dos governantes de seus respectivos municípios para com a agricultura por eles praticada, tanto em relação à comercialização, como de infraestrutura de estradas para escoamento da produção. O segundo, é impactado pelo uso de agrotóxicos em propriedades vizinhas, o que prejudica as árvores e espécies vegetais próximas aos limites das propriedades, necessitando, cada vez mais, o adensamento de barreiras de proteção.

Nesta dinâmica, conforme a síntese dos resultados dos macroindicadores apresentados na Figura 1, verifica-se que os SAF´s analisados atendem às dimensões da multifuncionalidade (Quadro 1), contudo apresentam algumas fragilidades que são mais presentes nas dimensões manutenção do tecido social e cultural, bem como na reprodução socioeconômica das famílias, o que pode ser justificado pelo tempo de implantação dos sistemas mais novos, sendo um ainda improdutivo no período da coleta de dados.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Quadro 1: Relação das dimensões da multifuncionalidade com os macroindicadores analisados nos SAF's do Rio Grande do Sul

DIMENSÕES DA MULTIFUNCIONALIDADEDA AGRICULTURA (CARNEIRO; MALUF, 2003)	MACROINDICADORES MONITORADOS NOS SAF'S
Conservação dos recursos naturais e da paisagem rural	Biodiversidade
Reprodução socioeconômica das famílias rurais	Renda, Trabalho e Comercialização
Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional da família e da sociedade	Segurança Alimentar e Nutricional
Manutenção do tecido social e cultural	Estar Bem, Autonomia e Cultura

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa e de CARNEIRO; MALUF (2003).

A dimensão manutenção do tecido social e cultural, relacionada ao Macro Indicador Estar Bem, Cultura e Autonomia, tem sua fragilidade acentuada nos indicadores relações com o município, com o entorno e com as redes. Estes fatores podem ser atenuados com o empenho das redes agroecológicas e ecológicas nas quais os agricultores estão vinculados, por meio de um trabalho conjunto visando sensibilizar a comunidade rural e o município para a importância da produção oriunda dos sistemas para a SAN e saúde da população.

Uma característica de grande relevância evidenciada na pesquisa, está no vínculo das famílias com o Território Rural Campos de Cima da Serra (TRCCS). A política territorial foi essencial no fomento às redes agroecológicas, deixando um legado importante para a agricultura agroecológica no TRCCS, que se sustenta mesmo após o desmonte das políticas públicas a partir de 2019. A organização dos agricultores em associações agroecológicas e cooperativas resiste, se fortalecendo ao longo do tempo, apoiadas pelo Centro Ecológico, CETAP, Rede Ecovida e técnicos da EMATER/RS – ASCAR, entidades que são pioneiras na promoção da agricultura sustentável nesse território e no Estado do Rio Grande do Sul.

Nessa rede, ganha destaque o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), organização não governamental , criada em 1986 por lideranças ligadas à agroecologia no RS, sendo coordenando pela Câmara Temática das Agroflorestas (CTA), que foi constituída quando as políticas territoriais ainda vigoravam e continuou com suas importantes ações em torno da cadeia produtiva do pinhão, envolvendo os produtos da araucária e estimulando sua conservação e a implantação de agroflorestas que incluem as frutas nativas, a araucária e a erva-mate. Neste contexto, o assessoramento à Cadeia Solidária das Frutas Nativas (CSFN) é outro importante trabalho do CETAP no território que, também congrega diversos atores vinculados à CSFN (agricultores, instituições de apoio e organizações vinculadas ao processamento e comercialização das frutas nativas e seus produtos processados).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Dessa forma, a CSFN e a CTA, além de fomentarem a SAN por meio do incentivo ao consumo dos produtos da sociobiodiversidade no TRCCS, também auxiliam os agricultores nas etapas de produção e comercialização, promovendo debates e trocas de conhecimentos agroecológicos que contribuem na conservação dos ecossistemas, na geração de renda e na governança dos atores.

A dimensão da SAN apresentou o melhor desempenho entre os macroindicadores dos sistemas analisados. Contribuem para essa situação, a diversidade de alimentos produzidos nos SAF's, os quais promovem a SAN no autoconsumo das famílias e na comercialização com a sociedade, por diferentes canais (feiras, mercados locais, merenda escolar, venda direta nas propriedades ou para indústrias/comércios da região). Essa dimensão tende a melhorar ainda mais, a partir da produção pelos sistemas mais recentemente implantados.

A dimensão da conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, representada pelo macro indicador de Biodiversidade, apresentou um bom desempenho, entretanto seu pleno atendimento para o grupo de agricultores pesquisados, possivelmente recai na mesma situação apontada na dimensão da SAN. Neste contexto, com o passar do tempo os sistemas mais novos podem melhorar alguns indicadores, a partir do aumento de estratos de espécies vegetais, atração de animais silvestres a partir de maior adensamento e da diversidade de alimentos produzidos, aumento da diversidade da mesofauna e redução das dificuldades de manejo que possam ocorrer com os sistemas. Conforme Jose (2012) os sistemas agroflorestais promovem a multifuncionalidade da paisagem e da propriedade, tendo em vista que desempenham importantes papéis na conservação e aumento da biodiversidade, garantindo expressiva diversidade de flora e fauna.

No que diz respeito à dimensão da reprodução socioeconômica das famílias entrevistadas, representada pelo macro indicador de Renda, Trabalho e Comercialização, apresenta algumas algumas restrições, como o fato das famílias serem compostas por poucos integrantes (em média quatro) que se dedicam ao sistema por mais tempo durante a semana, bem como, a situação dos SAF's implantados recentemente. Esses fatores interferem nesse resultado, no entanto, a qualidade de vida foi destacada pelos agricultores, já que nem todos desejam aumentar sua carga de trabalho em função do aumento da renda. Já a permanência no campo e atendimento à sucessão familiar, têm como ponto positivo, a presença de jovens atuando nas atividades dos SAF's em 64% das famílias.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

No cenário analisado, verifica-se que as fragilidades apontadas em todas as dimensões estão relacionadas umas com as outras e, dessa forma, torna-se importante olhar para o sistema em sua totalidade. Assim, as ações direcionadas à melhoria do desempenho dos SAF's em estágio inicial de implantação, contemplando atividades de manejo mínimo, podem melhorar a avaliação de todos os macroindicadores, já que quanto maior a diversidade de espécies, principalmente alimentares, maiores serão os benefícios para o solo e para a fauna, além de possibilitar maior quantidade de produtos para diferentes usos, fomentando a SAN e a renda das famílias. Cotrim et al. (2017) observa que diferentes condições agroecológicas territoriais interferem nos indicadores de avaliação da multifuncionalidade.

É importante destacar que melhor desempenho do macro indicar SAN, reflete a perspectiva da Lei 11.346/2006 (LOSAN), que considera as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais envolvidas nas práticas alimentares sustentáveis e saudáveis na promoção da saúde física e ambiental da população (BRASIL, 2006). Dessa forma, os indicadores agrupados em seus macroindicadores refletem a sua importância na promoção da saúde integral das famílias pesquisadas e contribuem diretamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU até 2030.

Considerações finais

Os achados resultantes da aplicação dos indicadores interagem com as dimensões da multifuncionalidade da agricultura, as quais também se fazem presentes na multidimensionalidade que compõe os SAF's, nas suas diferentes configurações. As quatro dimensões analisadas demonstram que os sistemas são multifuncionais, embora apresentem algumas fragilidades, como a reprodução socioeconômica das famílias que, devido a implantação recente de parte dos SAF's, principalmente pelos dois sistemas considerados improdutivos na época da coleta de dados. Esta situação, também se reflete em outras dimensões, como na promoção da SAN, na conservação dos recursos naturais que é impactada pela necessidade de maior desenvolvimento dos sistemas e, consequentemente, na reprodução socioeconômica das famílias, composta pela renda e comercialização, ainda pendentes nesses sistemas. Entretanto, é importante destacar positivamente, a atuação dos jovens na maioria das famílias, seja como responsável pelos sistemas, como no auxílio aos pais, o que contribui com sucessão familiar e a continuidade dos SAF's.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

A dimensão da SAN na família e na sociedade se destaca entre as demais, sobretudo pela diversidade de alimentos disponíveis ao longo do ano, incluindo frutas nativas e seus subprodutos, que são consumidos pelas famílias e comercializados por meio de canais diretos e redes de apoio à comercialização, principalmente em feiras (tanto nos municípios como na capital). Neste contexto, a promoção da SAN, além de inserir alimentos saudáveis nas práticas alimentares das famílias e consumidores, também se integra à dimensão da conservação dos recursos naturais, já que os agricultores manejam a produção e/ou o extrativismo de alimentos nativos da paisagem, o que também promove a sua restauração e proteção às espécies ameaçadas da flora e fauna da Floresta Ombrófila Mista (FOM).

Também se evidencia que os conjuntos de indicadores elaborados participativamente possibilitam avaliar o desempenho e analisar a multifuncionalidade presente nos sistemas. Como fragilidades, é importante mencionar que alguns indicadores podem ser ajustados quanto à forma de avaliação e necessidade de sua análise para o macro indicador, a fim de não comprometer o desempenho das suas dimensões.

É importante destacar o papel das redes agroecológicas territoriais, que foram e continuam sendo de grande importância na implementação e suporte aos SAF´s nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, como o CETAP, que atua a partir das realidades culturais locais, partindo das necessidades econômicas e sociais dos atores, em consonância com a conservação da FOM e do Bioma Mata Atlântica como um todo, fatores que conduzem ao desenvolvimento endógeno desses territórios.

No que se refere ao processo de elaboração dos indicadores, se verifica que foi uma importante ferramenta de contribuição aos diferentes atores envolvidos com SAF's, principalmente agricultores, no debate em torno de seus pontos positivos, negativos e perspectivas, direcionando os indicadores para o monitoramento de suas demandas. Este intercâmbio possibilitou o fortalecimento das redes que compõem o tecido social, resultando em um sistema de indicadores que oportuniza sua reaplicação pelos agricultores e demais atores envolvidos, possibilitando o seu aperfeiçoamento e eventuais ajustes ao longo do tempo. Neste sentido, destaca-se a relevância dos eventos de extensão para a construção de indicadores de forma participativa, tendo em vista as realidades locais dos participantes.

Ressalta-se que os sistemas agroflorestais pesquisados contribuem para a conservação e restauração da biodiversidade presente na FOM e dos diversos serviços ecossistêmicos envolvidos. Os benefícios promovidos pelos SAF´s são essenciais na atualidade, diante das diversas crises que o

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

mundo vivencia, principalmente pós pandemia, na promoção da saúde sistêmica aos seres humanos e ao planeta, na sua integralidade.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. Métodos e técnicas para a coleta de dados. *In*: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica.** Recife: Ed. Livro Rápido/NUPEEA, 2004. p. 37-62.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.

AMOROZO, M. C. M. Diversidade agrícola em um cenário rural em transformação: será que vai ficar alguém para cuidar da roça? In: MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M.; KFFURI, C. W. (Orgs.). **Agrobiodiversidade no Brasil**. Recife: NUPPEA, 2010. p. 293 – 308.

BADARI, C. G. et al. Ecological outcomes of agroforests and restoration 15 years after planting. **Restoration Ecology**, v. 28, n. 5, p. 1135–1144, 2020.

BAYLEY, K. **Methods of social research**. New York: The Free Press, 1994.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Imprensa Nacional. Diário Oficial da União. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial nº 284, de 30 de maio de 2018.** Brasília, ed. 131, seção 1, p. 92. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29306868/do1-2018-07-10-portaria-interministerial-n-284-de-30-de-maio-de-2018-29306860. Acesso em: 05 nov. 2020.

BUTTOUD, G. Advancing agroforestry on the policy agenda: a guide for decision-makers. **Agroforestry Working Paper 1.** Food and Agriculture Organization of the United Nations: Rome, 2013. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i3182e.pdf. Acesso em: 13 ago, 2020.

CANUTO, J. C. *et al*. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. **Redes,** Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 137-151, mai./ago. 2017.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

COELHO, G. C. **Sistemas agroflorestais.** São Carlos: Rima, 2012.

COELHO-DE-SOUZA, G. et al. Governança da política de desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul: dinâmicas no contexto socioambiental dos territórios rurais Litoral e

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Campos de Cima da Serra. **MARGENS - Revista Interdisciplinar.** Dossiê: Desenvolvimento Territorial no Brasil, v. 13, n. 20, p. 40-58, 2019.

COTRIM, D. S. et al. Multifuncionalidade da agricultura: proposta de um método de mensuração. **Rev. Fac. Agron. La Plata,** v. 116 (n. esp.) Extensión Rural, p. 61-72, 2017.

FAVARETO, A. Territórios rurais em um mundo urbanizado e globalizado: paradoxos e transição para a sustentabilidade. *In*: GUIBERT, M.; SABOURIN, E. (Coords.). **Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, dans la Caraïbe et en Europe.** Retours sur le Colloque 2019. l'Institut des Amériques (IDA)/ l'Agence française de développement (AFD)/ Fondation Union Européenne – Amérique latine et Caraïbes (EU-LAC), 2019, p. 17-32.

FERRARINI, O. G. **Elementos para análise da viabilidade de sistemas agroflorestais em assentamentos rurais: um estudo de caso no Pontal do Paranapanema – SP**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada, Piracicaba, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-05012015-091347/pt-br.php. Acesso em: 16 ago. 2019.

FERREIRA, L. R. **As agroflorestas como expressões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da produção de novidades.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109257. Acesso em: 05 nov. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Década das Nações Unidas para a agricultura familiar.** Notícia. 11 abr. 2019. Disponível em: http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/#:~:text=Em%20dezembro%20de%202017%2C%20a,Familiar%20(2019%2D2028). Acesso em: 05 jul. 2019.

FRANCO, F. S. et al. Construção participativa do conhecimento agroflorestal e monitoramento de indicadores de sustentabilidade em assentamentos rurais na região de Iperó, SP. *In*: CANUTO, J. C. (Ed.) **Sistemas Agroflorestais:** experiências e reflexões. Brasília: Embrapa, 2017. p. 14-36.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Special Report.** Climate change and land**:** An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems, 2019. Disponível em: https://www.ipcc.ch/srccl/. Acesso em: 16 set. 2020.

INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES CORPORATION - IBM. Statistical Package

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

for the Social Sciences. **SPSS Statistics for Windows**, versão 22.0. Armonk, Nova York: IBM Corp., 2013.

JOSE, S. Agroforestry for conserving and enhancing biodiversity. **Agroforestry Systems**, v. 85, n. 1, p. 1-8, 2012.

LASCO, R. et al. Climate risk adaptation by small holder farmers: the roles of trees and agroforestry. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 6, p. 83-88, 2014.

LAURENT, C.; MOURIAUX , M. F. La multifonctionnalité agricole dans le champ de la pluriactivité. **Lettre du Centre d'Études de l'Emploi,** n. 59, p.1-10, 1999.

MAGNANTI, N. J. **Extração do pinhão na promoção da biodiversidade e do desenvolvimento econômico da agricultura familiar no Planalto Serrano Catarinense**. 2019. Tese (Doutorado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2019. Disponível em: http://tede.ufsc.br/teses/PAGR0446-T.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

MALUF, R. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MAVEDDAT, A. et al. Severe acute respiratory distress syndrome secondary to coronavirus 2 (SARS-CoV-2). **Int J Occup Environ Med**, v. 11, n. 4, p. 157-178, 2020.

MICCOLIS et al. **Restauração ecológica com sistemas agroflorestais:** como conciliar conservação com produção: opções para Cerrado e Caatinga. Brasília: Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal, 2016.

MITTERMEIER, R. A. et al. Global biodiversity conservation: the critical role of hotspots. In: ZACHOS, F. E., HABEL, J. C. (Eds.). **Biodiversity hotspots:** distribution and protection of conservation priority areas. Springer, Berlin Heidelberg, 2011.

OLIVEIRA, C. F. (Prod. Téc.). **Mapa da área de estudo no Estado do Rio Grande do Sul**. Limites das Messoregiões. 20 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU/BRASIL**. Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 15 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU/BRASIL**. Relatório da ONU mostra que 1 milhão de espécies de animais e plantas enfrentam risco de extinção,** 2019. Disponível em: https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-mostra-que-1-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

milhao-de-especies-de-animais-e-plantas-enfrentam-risco-de-extincao/. Acesso em: 13 maio 2019.

RODRIGUES, A. S.; FERREIRA, A. D. D. As estratégias da reprodução social dos agricultores familiares da Cooperafloresta: um estudo de caso sobre os processos de reciprocidade e solidariedade. STEENBOCK, W. et. al. (Orgs.) **Agrofloresta, ecologia e sociedade.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 125-154.

ROUX, B.; FOURNEL, E. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de Languedoc Roussillon. *In*: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SCHEMBERGUE, A. et al. Sistemas agroflorestais como estratégia de adaptação aos desafios das mudanças climáticas no Brasil. **Rev. Econ. Soc. Rural**, v. 55, n.1, p. 9-30, 2017.

SCHULER, H. Agroflorestas: sistemas de cultivo inspirados na natureza. *In*: SIDDIQUE, I.; DIONISIO, A. C.; SIMÕES-RAMOS, G. A. (Orgs.). **Rede SAFAS: construindo conhecimentos sobre agroflorestas em rede**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 21-29.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY- SCBD. **Global Biodiversity Outlook 5**. Montreal, 2020. Disponível em: https://www.cbd.int/gbo5. Acesso em: 03 nov. 2020.

SHIVA, V. Reflexões ecológicas sobre o vírus corona. **Um planeta, uma saúde - conectados através da biodiversidade:** Das florestas, às nossas fazendas, ao nosso microbioma intestinal. JIVAD (Blog Vandana Shiva), 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.navdanya.org/bija-refelections/2020/03/18/ecological-reflections-on-the-corona-virus/. Acesso em: 05 jun. 2020.

SIDDIQUE, I.; SIMÕES-RAMOS, G. A. Rede SAFAS: construir conhecimentos em rede no desenvolvimento de sistemas agroflorestais agroecológicos. *In*: SIDDIQUE, I.; DIONISIO, A. C.; SIMÕES-RAMOS, G. A. **Rede SAFAS:** Construindo Conhecimentos Sobre Agroflorestas em Rede. Florianópolis: UFSC, 2017. p.10-15.

SOUZA, S. E. X. F. et al. Ecological outcomes and livelihood benefits of community-managed agroforests and second growth forests in Southeast Brazil. **Biotropica**, v. 48, p. 868-881, 2016.

STEENBOCK, W. *et al*. Geração e uso de indicadores de monitoramento de agroflorestas por agricultores associados à Cooperafloresta. *In*: STEENBOCK, W. *et al.* (Orgs.). *Agrofloresta, ecologia e sociedade.* Curitiba: Kairós, *E-book*, 2013. p. 305-320. Disponível em:

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/permacultura/livro_AGROFLORESTA_ECOLOGIA_E_SOCIEDADE.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

STRATE et al. Construção de indicadores para as seguranças hídrica, energética e alimentar no contexto das redes de governança da Mata com Araucária. *In*: ENCONTRO REGIÃO SUL DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 4., 2019, Capão do Leão. **Anais [...].** Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217100/001120978.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 ago. 2020.

WHITMEE, S. *et al*. **Safe guarding human health in the Anthropocenee poch:** report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. *Lancet,* v. 386, n. 10007,2015, p. 1973-2028.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR RIET EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

A natureza do espaço: contribuições para pesquisa de territórios camponeses

The nature of space. Contributions to the research of peasant territories

La naturaleza del espacio. Contribuiciones para la investigacion de territorios campesinos

Walter Roberto Marschner
Programa de Pós Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS, Brasil
E-mail: walmars@ufgd.edu.br
Orcid: 0000-0002-7912-0341

Resumo: O artigo faz uma revisão bibliográfica no âmbito da Sociologia do Espaço, de tradição anglo-saxônica, buscando formular princípios metodológicos para pesquisas de campo sobre a formação de territórios e sobre processos territoriais. Partindo da premissa que todo espaço é socialmente constituído, procura tirar consequências para a geografia agrária e geografia humana, entre outras áreas de conhecimento. Entre outras consequências, organiza-se um quadro para análise processual que destaque as diversas dimensões imbricadas na constituição do espaço.

Palavras-chave: Sociologia do Espaço, Território, Representações sociais

Abstract: The article makes a bibliographical review in the scope of the Sociology of Space, from the Anglo-Saxon tradition, seeking to formulate methodological principles for field research about the formation of territories and territorial processes. Starting from the premise that all space is socially constituted, it seeks to draw consequences for agrarian geography and human geography, among other areas of knowledge. Among other consequences, the article offers a analitical framework for a process- based analysis that highlights the various dimensions in the constitution of space.

Keywords: Spacesociology, Territory, Social representations

Resumen: El artículo hace una revisión bibliográfica en el ámbito de la Sociología del Espacio, de tradición anglo saxonica, buscando formular principios metodológicos para la investigación de campo sobre la formación de territorios y procesos territoriales. Partiendo de la premisa de que todo espacio se constituye socialmente, se busca extraer consecuencias para la geografía agraria y la geografía humana, entre otras áreas del conocimiento. Entre otras consecuencias, el articulo organisa un marco de análisis basada em processos que destaque las diversas dimensiones entrelazadas en la constitución del espacio.

Palabras Clave: Sociologia del Espacio, Territorio, Representaciones sociales

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Data de recebimento: 16/11/2022
Data de aprovação: 30/05/2023
DOI: 10.30612/riet.v4i1.16516

Introdução

A produzir conhecimento a partir de um território ou de uma territorialidade específica é tarefa que vários programas de formação assumiram como um desdobramento das lutas por terra nas últimas décadas. Camponeses, quilombolas, indígenas, mas também populações de periferia urbana buscam cada vez mais produzir um conhecimento contextual capaz de articular a análise das questões estruturais, da sociedade moderna englobante e da globalização, tomando como base as lutas cotidianas de seus lugares e territórios.

Quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, manifesta sua estratégia fundamental em "Ocupar, resistir, produzir", apresenta sua compreensão do espaço ou território. É um lema que sintetiza relações sociais intimamente vinculadas a terra, entendida como espaço de produção e vida. Quando indígenas Guarani Kaiowa *retomam* territórios que lhes foram tomados com a expansão da fronteira agrícola, afirmam o caráter ancestral da terra em disputa, chamando-a de *Tekoha*, lugar vivencial. Temos aí representações sobre espaços singulares que refletem processos sociais na sua formação, muito dos quais ainda precisam ser reconhecidos.

Assim o Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade – PPGET, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tem colecionado narrativas e representações de espaço, resultados de um diálogo profícuo com os povos do campo, das águas e das florestas. Os projetos de pesquisas assumidos pelo programa refletem a complexa problemática que os mestrandos trazem de seus diversos territórios. Problemática que demanda abordagens interdisciplinares e interculturais, articulando conhecimento científico, saberes tradicionais e etnográficos dentro de uma concepção multidimensional de espaço e território.

São pesquisas que carecem ainda de referências teórico- metodológicas mais heterogêneas, capazes de dar conta da diversidade das experiências territoriais, transcendendo o nível restrito apenas aos aspectos político e econômico, típico das pautas desenvolvimentistas contemporâneas.

Abordagens que primam pela dimensão cultural, simbólica, afetiva, memorial/ancestral dos territórios, entre outras subjetividades, se fazem necessárias para

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

entendermos as novas demandas dos povos do campo e de suas organizações sobre a conquista e o desenvolvimento de seus territórios.

Essas análises atendem às diversas demandas dos camponeses quanto ao acesso a recursos além da esfera econômica, como educação, lazer, infraestrutura, participação política, etc... Tal lista de demandas implica uma reestruturação do "rural" (SAUER, 2002) com vistas a medidas a serem tomadas pelo Estado e também por organizações de agricultores, particularmente no campo da educação com melhores perspectivas para as novas gerações.

As lutas pela terra não visam apenas o acesso ao solo e a obtenção das condições objetivas associadas, como o crédito e a tecnologia, mas também defendem a identidade dos camponeses em um mundo caracterizado pela expansão da industrialização e urbanização. É importante adotar essa perspectiva, pois a visão restrita ao econômico pensa um mundo que gradualmente se torna mais homogêneo, o que pode implicar na dissolução do rural.

O presente artigo, um extrato adaptado de tese de doutorado[1], se propõe a um diálogo entre teorias da geografia humana e da sociologia contemporâneas, em especial a sociologia do espaço[2], partindo de um nível elementar da questão territorial - a constituição social do espaço. Temos o intuito de apresentar pautas teórico-metodológicas que subsidiem pesquisas sobre a relação dos sujeitos e seus espaços e territórios. Ainda que a grande maioria dos autores citados representam o pensamento europeu sobre questões caras à geografia humana e agrária no Brasil[3], entendemos que o diálogo é profícuo por tentar sistematizar aspectos da metodologia de pesquisa da questão agrária e do desenvolvimento territorial ainda pouco teorizados.

[1]Marschner, W. Die Kaempfe um Muttererde (As lutas pela mãe terra) disponível em: https://ediss.sub.uni-hamburg.de/bitstream/ediss/1084/1/dissertation.pdf

[2]A sociologia do espaço (Raumsoziologie) se desenvolveu nos anos 2005 na Alemanha. No Brasil a geografia humana assumiu em suas pesquisas as pautas da sociologia do espaço.

[3]Abordagens decoloniais sobre espaço e território vide HAESBAERT Rogério. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na « América Latina, Buenos Aires: CLACSO, 2021 ou CARDIN, Eric Gustavo. A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira. 2011. 183 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/106261.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Ressignificações como consequência da modernidade

Fenômenos espaciais contemporâneos, como a divisão entre cidade e campo, a ressignificação do "espaço rural" em "campo", a reivindicação e defesa de etno-territorios (*Tekohas* na língua Guarani), entre outros, são reflexos do avanço da modernidade e da globalização, condicionando cada vez mais o meio social. Por isso observamos a modernidade e a globalização especialmente no seu Impacto sobre a orientação dos indivíduos na sociedade moderna[4]. Nessa perspectiva, modernidade e globalização, como um conjunto de rupturas e transformações não só agem sobre o nível macroeconômico como nível geopolítico, mas também interferem na tessitura de nosso cotidiano e condicionam a nossa compreensão do tempo e do espaço.

A análise das mudanças das estruturas de tempo - espaço pertencem a análise da modernidade mesma, já que a modernidade - seja sua origem já no tempo das conquistas da América ou através do surgimento do Iluminismo - incide sobre a reestruturação das categorias de orientação. Com a ampliação dos horizontes através dos descobrimentos geográficos e através de novas descobertas, surgem novas visões de mundo.

Existem diversas interpretações da modernidade. A crescente formulação de concepções heterogêneas sobre a sociedade moderna e sobre a história é resultado da dinâmica da modernidade mesma. Algumas formulações partem do conceito da pós-modernidade (LYOTARD, DERRIDÁ, CANCLINI) da superação (ou desconstrução) como consequência da modernidade mesma. Esse é um movimento dialético. Conforme Foucault a modernidade não deve ser compreendida como um período da história, mas como uma atitude dos indivíduos. Essa atitude significa "... uma decisão consciente tomada por uma determinada pessoa, que é tanto uma forma de pensar e sentir como também uma forma de agir e conduzir, que ao mesmo tempo se caracteriza como uma forma de pertença, como se apresenta também como um desafio "(1984, p.39).

Nesse sentido a modernidade é um *Ethos*, que distingue esta sociedade das anteriores. Através da razão e da ciência esse Ethos pretende conceber toda a realidade e dominar a natureza. Isso corresponde, no nível dos indivíduos na sociedade ocidental, à

[4] O advento da modernidade desde o iluminismo, representaram uma grande reestruturação das categorias de orientação, cujas conseqüências na sociedade ainda são objeto de análise

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

substituição da tradição através de um projeto de vida (o conceito Weberiano de *Lebensfuhrung*), marcado pelo crescente emprego de tecnologia e burocracia.

Aqui, o termo "modernidade tardia" (GIDDENS, 1999) ou "modernidade radical" é usado, enfatizando com isso a intensificação dos conflitos inerentes à modernidade. Diante da argumentação anterior, trata-se aqui de compreender os processos de modernidade que cada vez mais instrumentalizam a vida cotidiana por meio da racionalidade e, assim, influenciam a base constitutiva espaço-temporal da sociedade.

Muitos autores apontam para o fato de que a modernidade exige um alto grau de reflexividade dos indivíduos em particular (SACK, 1992; GIDDENS, 1999, p.52ss; 1996, p.117; HABERMAS, 1992, p.49ss). Os indivíduos são obrigados a reagir reflexivamente ao desafio da modernidade, que está em constante e diversificada forma de transformação. A globalização como processo transfronteiriço relativiza não só conceitos em áreas como a ciência, a economia ou a política, mas também na vida quotidiana.

Globalização

O surgimento da globalização atendeu ao projeto de reestruturação da política e da economia mundial[5] para alcançar novos patamares de acumulação de capital. Ainda que, para alguns autores, já era um fenômeno das conquistas ultramarinas europeias, a globalização se estrutura completamente na década de 1970 com a concentração do sistema capitalista mundial nos países do centro, reordenando as cadeias produtivas dos países em desenvolvimento de forma a subalternizá-los ainda mais.

Essas mudanças no nível macro se expressam no cotidiano. Uma reestruturação que leva as pessoas a interagir com novos estilos de vida, referências e padrões de orientação. Esta interação tem um impacto profundo na nossa atitude em relação à ação cotidiana, à

[5]A globalização significa então a difusão de um novo paradigma de desenvolvimento que muda radicalmente as condições de competição e a sua acumulação de capital que vigoravam até agora. Especialmente na área de produção, ocorre uma desterritorialização: as tecnologias "Just in Point" quebram estrategicamente as cadeias de produção entre os continentes. A sede das empresas é de menor importância. Esses processos de desterritorialização (BECK, 1998, p.19ss) eliminam os mercados locais e as condições de produção, já que não é mais necessário trabalhar juntos em um só lugar. Fatores como o excedente de matérias-primas e a mão-de-obra barata, por um lado, e a disponibilidade de know-how, estrutura logística e mão-de-obra qualificada em áreas estratégicas, por outro, decidem quem serão os perdedores ou vencedores dos mercados globais. os meios de comunicação, em particular a informática, a crescente mecanização da produção e a utilização de novos materiais, como a biotecnologia, provocam perturbações nas condições de produção que, por sua vez, provocam enormes flutuações nos mercados de trabalho sectoriais (Ianni, 1995, p.14).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

identidade, à percepção do espaço e do tempo. Já não se age com base em certezas que anteriormente nos proporcionavam a repetição de hábitos, de tradição, mas com base no cálculo entre a ação e suas consequências. A extensão desta previsibilidade da ação e das consequências da ação à vida quotidiana está aqui em jogo e torna-se uma exigência constante para os atores da sociedade moderna. A pessoa age na vida cotidiana sob a condição de ter que constantemente redefinir sua própria orientação (no sentido mais abrangente). Mesmo sua própria biografia se torna o tema do design reflexivo (CASTELLS, 2002, 13, GIDDENS, 1991).

A globalização é referida como uma técnica (GIDDENS, 1999, 100; SANTOS, 2002, p.24ss, 62ss; SIQUEIRA e OSÓRIO, 2003, 67) que afeta estruturas espaciais. Através da flexibilização dos processos de produção, da liberalização dos mercados e do capital e da comunicação global da informação, ocorrem profundas mudanças em nível global. As formas tradicionais de produção e administração são substituídas por uma política global que reorganiza os estados nacionais e seus territórios em favor da livre circulação de capitais e bens. As fronteiras entre estados, regiões, lugares são sempre constituídas de novo e através de uma nova lógica, uma vez que o capitalismo, como processo de produção, cria e abole o estado-nação, dependendo dos princípios de soberania necessários para a sua expansão (IANNI, 1995; JAMESON, 1997).

Como resultado, a globalização é um processo de expansão que se move além das fronteiras territoriais para o surgimento de uma sociedade global. Isto se refere a novas formas de interação entre sociedades, que por sua vez levam à concepção de novas formas de organização política (superando a soberania territorial). Wallerstein entende essas interações como uma tendência histórica com a qual as relações capitalistas em um sistema mundial econômico, isto é, uma rede de mercadorias em um nível global que conecta muitas pessoas em favor da maximização da acumulação de capital (WALLERSTEIN, 1995, p.78).

As correntes e os fluxos da globalização

A globalização é caracterizada pelo movimento e pela circulação. Em termos de sociologia espacial, a globalização baseia-se menos em unidades geopolíticas e cada vez mais sobre cadeias e fluxos. Giddens fala sobre o encolhimento do tempo e do espaço (1999). Marc Augé caracteriza essa ênfase no movimento em seu conceito de não-lugares (2001). Refere-se à proliferação de estruturas a favor da mobilidade rápida das pessoas, da

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

informação e do capital, como aeroportos, autoestradas, ciência da computação (AUGÉ, 2001). Estas estruturas formam o contraponto ao conceito clássico do lugar como uma categoria de sedentarismo, estabilidade, identidade. Na atualidade os lugares se conectam e permitem que tudo circule e flua constantemente. Arrolamos aqui alguns aspectos dos fluxos na globalização.

Em primeiro lugar, o consumo e a interdependência ocorrem em cadeias de produção entre atores espalhados pelo mundo, de modo que o consumo forma uma espécie de territorialidade transnacional: "A coisa mais íntima - como amamentar um bebê - e a mais distante, que a todos atinge - como um acidente de reator na Ucrânia, política energética - estão agora de repente diretamente ligadas." (BECK, 1999, 151).

Em segundo lugar, os fluxos de capital são outro fator-chave no processo de globalização. Harvey descreve isso como "hipermobilidade do capital" (1990). As relações entre os níveis local e global foram qualitativamente alteradas por esses processos de intercâmbio de corporações internacionais. agindo simultaneamente e em diferentes lugares ao mesmo tempo,

Em terceiro lugar, a globalização caracteriza-se por uma migração crescente. O que costumava ser um movimento discreto de trabalhadores sazonais, turistas ou peregrinos agora se torna uma característica das sociedades modernas. Para Canclini, a identidade de um grupo em constante movimento é constantemente redefinida, ou seja, traduzida para o novo contexto (2003, p.21). Desta forma, a identidade também se torna fluida - como uma identidade híbrida (ibid.), uma vez que compete com outros conteúdos que não pertençam ao lugar ou etnicidade para a sua constituição.

Em quarto lugar, a urbanização rápida e caótica é vista como uma tendência social, as cidades tornam-se espaços transnacionais, com centralização de recursos, enquanto as áreas rurais deixam de ser um ponto de referência (JAMESON, 1997, p.41).

Nas cidades, a sincronização do tempo ocorre de forma diferente do campo, já que a comercialização do tempo como tempo de trabalho é um fenômeno típico da cidade. As cidades representam uma condensação do espaço em um determinado lugar e exercem controle sobre outros espaços, menos condensados ou mesmo vazios. Elas são uma espécie de "ambiente produzido". Junto com a mercantilização do tempo, uma mercantilização do espaço se estabelece como um ambiente artificial, no qual as conexões espaço-temporais adquirem um caráter peculiar (SACK, 1992).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Em quinto lugar, temos o fluxo crescente de imagens, símbolos e metáforas. Na vida cotidiana, a globalização pode ser sentida especialmente no impacto dos meios de comunicação. A transmissão de imagens, o conteúdo virtual e a introdução de novos estilos de vida determinam cada vez mais a nossa percepção do espaço[6].

A dissolução das categorias de orientação pela globalização

O aumento das atividades e redes transfronteiriças é uma verdadeira reestruturação da nossa percepção do espaço e do tempo. Harvey (1989) expressa essa conexão com o conceito de compressão do tempo-espaço, apontando para a velocidade da troca e para as possibilidades onipresentes de conexão, o que leva a uma redução das distâncias temporal e espacial.

Jameson observa que a nossa experiência psíquica e a nossa linguagem são povoadas por representações nas quais prevalecem a lógica da velocidade, a ilusão do ilimitado e a onipresença caótica (1997, p.23ss). Através dos meios de comunicação social, das tecnologias de comunicação e através de novos comportamentos dos consumidores, estabelece-se uma cultura de simulação e representação, na qual se dissolvem categorias espaciais, como o interior e o exterior, a retaguarda e a frente, a profundidade e a superfície. Em vez disso, há a noção de um vasto espaço separado do tempo.

Tudo isso afeta profundamente a consciência dos indivíduos, introduzindo o sentimento de um mundo dividido (local e global). A globalização dissolve sobretudo as relações clássicas entre os três mundos: natureza, campo e cidade. Por conseguinte, é difícil distinguir estas paisagens em algumas regiões do mundo. O que encontramos é uma natureza completamente socializada, em que as fronteiras entre territórios são completamente dissolvidas e em que surge um continuum de paisagens (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2003, 79).

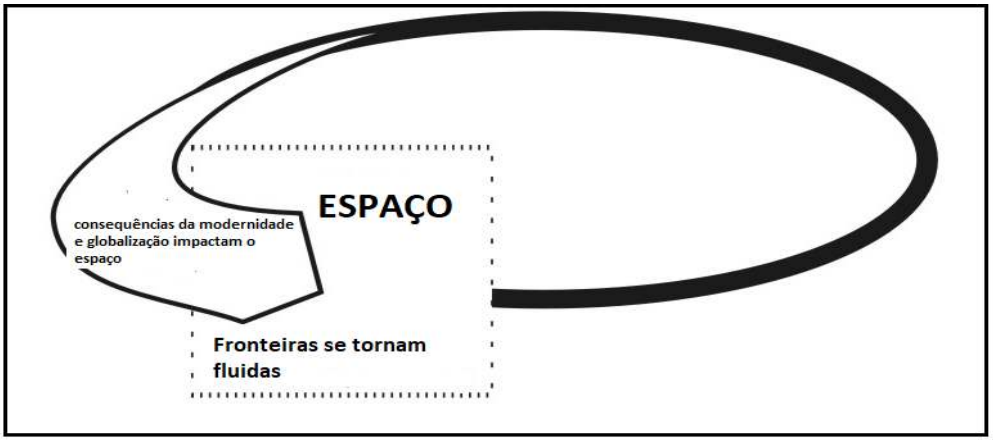
Em resumo, as explicações sobre globalização e modernidade mostram que os atores são obrigados a realizar uma reconstrução cotidiana de suas referências. Orientação e significado têm que ser formulados frequentemente. Isso requer um alto nível de reflexividade na vida cotidiana dos atores, especialmente para o espaço. Uma vez que o espaço é constantemente atravessado por fluxos de pessoas, informações, imagens, é

[6] A intensa interação com contextos completamente diferentes dá uma sensação de simultaneidade caótica. A vida cotidiana acaba por ser um entrelaçamento de significados e conteúdos, em que as pessoas têm mais e mais a ver com conteúdo virtual.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

também constantemente relativizado. O espaço - como muitos outros pontos de referência - já não existe como um dado, mas tem de tomar forma na vida quotidiana através da ação reflexiva.

Figura 1 – Relativização do espaço através dos fluxos de capital, informações, imagens, interações.



Fonte: elaboração do autor

Algumas redefinições: lugar, território e territorialização.

Para entender a relação entre espaço e ação, os conceitos geográficos de território e lugar são limitados. Isso porque a dissolução das categorias de orientação pela modernidade redefine constantemente estes termos.

A definição de território e lugar não é, naturalmente, apenas um assunto de geografia. Como aponta Bourdieu (2002, p.108), há um debate entre as disciplinas sobre a definição legítima de espaço. Existem definições econômicas, geográficas e sociológicas. De acordo com Bourdieu (ibid., p.109), as disciplinas se esforçam para designar o espaço cientificamente e enfatizar alguns de seus aspectos. Ao fazê-lo, traçam os seus limites de forma diferente, estabelecendo diferentes princípios de partilha, de classificação do mundo social. Com a globalização, prevalece uma visão bastante marcada pelo economicismo, baseada na ideia de um espaço determinável e homogêneo. No entanto, as reações a este movimento são fortes. A defesa da identidade (CASTELLS, 2002) ou a ênfase na diferença (HALL, 2003) são perceptíveis. Eles se expressam particularmente sob a forma de condições territoriais e locais.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Assim a noção de lugar assume quase que uma reação às ameaças diante dos fluxos globais. Espaços de intersubjetividades, os lugares muitas vezes são confundidos com comunidade ou mesmo, numa visão mais intimista, como lar. Ocorre que, pela carga subjetiva que tem, a noção de lugar se torna de difícil objetivação, esvaziado de conteúdo econômico ou político, requer sempre uma adjetivação.

O *território* (etimologicamente derivado de "terra") geralmente aparece em apêndices topográficos como um "pedaço de terra apropriado" e só se espalha em uso geográfico no final da década de 1970 (LE BERRE, 1992). Uma ideia de território como homogêneo e imóvel é atualmente rejeitada na geografia. Assim, o território é derivado da ideia de "territorialidade", resultado de uma pertença de um grupo a um determinado espaço no qual ele pode se reproduzir (HAESBAERT, 1997, p.44).

Segundo Haesbaert (1997, p.40), a definição de território implica três aspectos importantes:

(a) Em termos jurídicos e políticos, o território é entendido como uma entidade política, como base para o exercício do poder e, por conseguinte, geograficamente delimitado;

(b) sob aspectos culturais, o conceito de território está relacionado com a construção da identidade, de modo que o território surge como um produto de apropriação simbólica, e

(c) Do ponto de vista econômico, deve-se ter em conta a dotação material do território como produto da atividade humana ou da atividade humana de transformação na natureza. As características do território incluem os recursos naturais e a infraestrutura que pode definir seu potencial produtivo.

De acordo com o geógrafo Claude Raffestin (1986, 183ss), o território pode ser compreendido a partir do contexto das relações humanas coletivas, ou seja, a definição de território depende da conexão de pessoas individuais ou grupos com um lugar. A partir dessas conexões a ideia de dentro e fora ou a ideia de identidade ou estranheza são derivados (Ibid.). Para Raffestin ocorrem sobre um território constantemente processos de inclusão ou pertença bem como processos de exclusão ou "exterioridades", o que corresponderá a processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (ibid.). Esses processos territoriais são transformações ou manifestações da modernidade em relação a espaços que se expressam em novas condições sociais. Nos tempos modernos, a mudança

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

social ocorre cada vez mais através de uma dinâmica territorial: "Os territórios morrem e são trazidos à existência, (...) os territórios têm história".

Partindo da dinâmica de transformações territoriais teorizada por Raffestin, podemos trazer aqui o conceito de *territorialidade.* Robert Sack enfatiza (1986, 2ss) que a territorialidade sempre surge com a introdução de novas relações sociais. A associação original com as condições biológicas, como com os animais, tem pouca importância para o autor. A territorialidade fornece-nos a chave geográfica para compreender as complexas ligações entre o espaço e a sociedade. As necessidades de confiança, estratégias de poder, bem como as medidas administrativas são os motores históricos para a emergência de novos territórios.

Para Sack, a territorialidade é um termo que engloba uma ampla gama de atividades sociais, de modo que a territorialidade combina a teoria com a prática (1986, 31). Sack enfatiza que a validade de um procedimento na vida cotidiana, como proibir o acesso das crianças à cozinha para evitar pequenos acidentes, ou, por exemplo, uma estratégia de desenvolvimento para uma determinada região é sempre pensada territorialmente. As alterações territoriais introduzidas devem ser identificadas.

Em resumo, um território é o produto das interações das pessoas no espaço. Apropriando-se do espaço concretamente ou abstratamente - por exemplo através de representações - transforma-se o espaço em um território. Em última análise, representa um campo de forças ou uma formação de relações sociais que, dependendo da complexidade interna, cria uma fronteira entre o exterior e o interior, respectivamente, entre “nós" e “eles”. O conceito de territorialidade, por sua vez, imprime a dinâmica social sobre o território, tirando dele a fixidez, colocando-o em movimento com seus agentes territoriais.

O espaço como categoria de orientação e sentido

Com as contradições causadas pela globalização e a relativização associada das categorias de orientação - como discutido nos conceitos de lugar, território e territorialidade - torna-se necessário procurar um conceito mais abrangente de espaço. Tal conceito deve ter particularmente em conta os aspectos subjetivos que contribuem para a sua constituição.

A questão da constituição do espaço parte das considerações anteriores de que o espaço rural, por exemplo, se reduz em parte à sua função económica, em parte à sua posição geográfica. A suspeita é que essa redução tem a ver com a incapacidade dos atores, sua

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

subjetividade e seu desejo de apropriar-se do espaço e moldá-lo de forma diferente. Uma vez que a globalização afeta não só a estruturação dos espaços, mas também a sua base conceptual, o que confere uma longa validade estruturante, os padrões explicativos económicos e geográficos são relativizados.

Perguntamos se os conceitos funcionalistas do espaço e os conceitos topológicos e geopolíticos fornecem uma base teórica adequada para a análise dos fenômenos socioespaciais. Talvez seja lógico desenvolver um conceito de espaço centrado nas relações sociais. Pois a ênfase nas propriedades puramente físicas, geométricas ou mesmo geopolíticas do espaço leva a uma alienação das estruturas espaciais, de modo que o espaço se torna algo externo, envolvendo o contexto social. O espaço então se torna um mero estágio ou "ambiente" da ação humana.

Embora a investigação específica do espaço apareça entre as obras clássicas da sociologia de forma apenas indireta[7], o tema é discutido indiretamente em algumas abordagens. Vou referir-me a alguns ensaios que deram contribuições importantes para o estabelecimento da discussão sociológica de hoje. Procuro, a seguir, organizar em três períodos históricos a evolução da compreensão do espaço.

O espaço como realidade física, como espaço absoluto

As limitações e conclusões errôneas na determinação de espaços como campo e cidade residem na redução do conceito à sua realidade física. Isto pode estar relacionado com a influência da física clássica na nossa compreensão do espaço.

Com sua abordagem indutiva (por meio de experimento, classificação, generalização), os cientistas viam o mundo como um objeto de aquisição de conhecimento e como um objeto de domínio das leis físicas estabelecidas. A distinção cartesiana entre mente (*res cogitans*) e matéria (*res extensa*) tem influenciado profundamente o pensamento ocidental (CAPRA, 1992). Através da racionalidade, as pessoas tornaram-se capazes de desmantelar o mundo, de o atomizar, de o unificar, de o racionalizar e de explicar, para pavimentar o caminho para a tecnologia e exploração econômica com uma unificação, redução e explicação. Até o século XVI era vigente a metáfora orgânica do mundo,

[7] Como no caso da análise de Weber sobre o império prussiano (WEBER, 1999) ou mesmo o clássico Sociologia do Espaço de Simmel (1903). Obras que, naquela fase da sociologia, subsumiam o espaço à dimensão geopolítica dentro da fixidez do Estado nacional e das fronteiras.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

considerada científica e foi substituída na modernidade por uma metáfora mecânica (ibid.). A suposição básica para a visão econômica era que estas partes decompostas da natureza, juntas dão forma a um mecanismo controlável. .

A maior conquista de Isaac Newton foi unificar os diversos conhecimentos da física adquiridos na época (STURM, 2000). Ele desenvolveu a base da mecânica, que ainda manteve influência até o século XX. Como com Aristóteles, Isaac Newton concebeu o espaço como um recipiente. O seu espaço absoluto tinha uma realidade independente para além da ação humana, era originalmente infinito, imóvel e vazio e podia, portanto, ser dividido e preenchido, assumindo que o espaço existia independentemente da matéria.

Immanuel Kant retira mais consequências da tese de Newton e rejeita qualquer noção de que o espaço tem sua própria realidade. Para ele, o espaço epistemológico torna-se o princípio a priori absolutamente formal do mundo dos sentidos (LÖW, 2001). O espaço é uma concepção a priori, um princípio de ordenação necessário da razão. Para Kant, o espaço cumpre a função de organizar o percebido como com um modelo.

De acordo com Gosztonyi, a suposição de Newton de "espaço absoluto" como uma base essencial para a compreensão atual do espaço refere-se a esta herança da física clássica: “todos os fenômenos do espaço físico e do espaço são pensados como imóveis e imutáveis. Não são acessíveis através da experiência, mas sim postulados como um sistema de referência fixa. Todas as condições espaciais, mudanças e processos estão relacionados a este sistema de referência” (1976, p. 46).

Neste sentido, Henri Lefebvre (1986) observa que a nossa ideia de espaço é sempre influenciada pelos postulados metodológicos que a física e a filosofia nos transmitiram. Cada vez mais as pessoas falam de salas planas, especializadas. Falamos de espaço geográfico, sociológico, histórico, etc... Tais designações correspondem aos novos códigos para a estrutura espacial, de acordo com uma estruturação lógica do mundo (LEFEBVRE, 1991, p.32). Este seria, de acordo com Lefebvre, a consequência de uma visão neo-cartesiana da realidade, o produto de um sujeito egocêntrico e especializado *(res cogitans*), que afirma fazer de toda a realidade objeto (res extensa) de seu conhecimento especulativo. Através desse reducionismo, o espaço inicialmente percebido como vivido perde seu conteúdo. Somente no nível da prática social o espaço revela sua dimensão social (LEFEBVRE, 1991).

Norbert Elias também se opõe à ideia de espaço absoluto transmitida pela física. Ele critica tanto a tese de síntese a priori de Kant quanto a metafísica de Descartes de decifrar

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

o mundo a partir de um assunto de conhecimento completamente não histórico (ELIAS, 1988). Ele acredita que os métodos da física e filosofia modernas têm em mente um indivíduo ideal e autónomo, mas não a experiência cultural do ambiente, que tem sido recolhida através do processo de civilização durante séculos, que desenvolveu os vários instrumentos de coordenação. O termo "tempo" refere-se a este "ajuste em relação" de dois ou mais eventos (cronológico ou histórico) (ibid.). Mesmo que Elias não estivesse diretamente ocupado com o assunto do espaço, ainda se poderia derivar aqui - de acordo com sua compreensão do tempo - que o espaço não é uma coisa que pode ser objetivada independentemente dos indivíduos. Em vez disso, lidar com o espaço, como com o tempo, é ancorado em processos sociais. Como uma quinta dimensão, espaço e tempo são para Elias uma síntese da consciência das pessoas.

A visão de Elias sobre a medição do tempo como um potencial de síntese humana entende o tempo como uma construção social. Para ele, a percepção do tempo e do espaço pertence ao reino do mundo vivo. A instrumentalização do tempo e do espaço pela razão - utilizando princípios mecânicos de causa e efeito - impede o reconhecimento da emergência social do espaço e do tempo.

O espaço como produto de processos de classificação (Durkheim e Halbwachs)

Clifford Geertz (1973) refere-se, em referência a Durkheim, ao surgimento da cultura como um *sexto sentido* efetivo "com a ajuda de que todas as pessoas podem dar orientação às suas ações individuais e coletivas". A cultura lhe fornece um acesso muito especial à realidade. Durkheim enfatiza que a cultura formou uma estrutura para a classificação - social, cultural e material - da realidade, que se desenvolveu historicamente na diferenciação da sociedade (1994). Hoje, o que era então integrado parece estar fragmentado. Os vários esquemas para explicar e classificar a realidade reivindicavam autonomia e legitimidade, mas ao mesmo tempo eram interdependentes.

Durkheim começou por formular a constituição da realidade como social, a partir da qual ele concluiu, entre outras coisas, que a realidade espacial é representada como simbólica e, como tal, segue valorizações coletivas.

O sociólogo francês rejeita a ideia de Kant de espaço homogêneo, que serviria apenas de abstração (DURKHEIM, 1994). Portanto, o espaço deve ser concebido a partir de sua origem social, juntamente com os valores afetivos e religiosos.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Durkheim estava preocupado com o desenvolvimento de uma morfologia social em face de uma crescente diferenciação da sociedade. Como um edifício construído sobre bases sólidas, a sociedade repousa sobre uma estrutura simbólica cujas representações são fatos sociais concretos, isto é, poderiam ser objetivadas. Categorias elementares de pensamento como o espaço e o tempo são, segundo sua tese, de origem social.

Neste contexto, Durkheim tentou provar com seu estudo do totemismo que a formação de estruturas sociais deriva do pensamento mítico e derivava dele os conceitos centrais, como "consciência coletiva" ou coerção moral.

> "Agora se pode explicar a ambiguidade que as forças religiosas mostram quando aparecem na história: como são físicas e ao mesmo tempo humanas, morais e materiais. São poderes morais, pois são construídos inteiramente a partir das impressões que esse ser moral, ou seja, coletividade, desperta naqueles outros seres morais, ou seja, indivíduos. Eles não expressam a maneira pela qual as coisas físicas tocam nossos sentidos, mas a maneira pela qual a consciência coletiva afeta a consciência individual." (DURKHEIM, 1994, p.306)

As categorias como espaço, tempo ou substância não eram um mero instrumento para o controle da ação dos habitantes tribais examinados por Durkheim, mas *coisas* ou eventos bastante significativos. Para Durkheim eventos predominantemente religiosos, que devem derivar de uma relação intersubjetiva entre pessoas e, por exemplo, espaço. Para essa ideia, os aspectos cognitivos não eram relevantes, mas os aspectos afetivos (simpáticos, morais) da percepção espacial. No nível do afetivo pode ser transmitida a origem da classificação do pensamento (1994).

A ordem social resulta então diretamente da apropriação e divisão do espaço. Dependendo da disposição da comunidade local e da distribuição dos seus habitantes, a estrutura social pode ser reconhecida. Para Durkheim, as representações espaciais e a ordem social estão ligadas por uma relação causal: "A estrutura da sociedade forma o quadro de referência para as categorias de pensamento e sua ordem simbólica" (STURM, 2000). A sociologia preocupa-se em traçar a estrutura das representações coletivas em que se baseia toda a estrutura social até chegar à sua origem: a própria natureza.

Após Durkheim, as sociedades complexas seguiram inicialmente o mesmo relacionamento causal. As concepções originalmente coletivas do pensamento religioso determinaram o pensamento racional, fornecendo-lhe o modelo para a coordenação e hierarquização das coisas e categorias (KONAU, 1977). Com a crescente complexidade da sociedade, no entanto, os elementos afetivos ganham um caráter coercitivo e não são mais

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

transmitidos pela tradição. Ao expandir os horizontes da socialização com os emaranhados supralocais, a ideia de espaço perde seu conteúdo original e é esvaziada socialmente (DURKHEIM, 1994; LEFEBVRE, 1986). O desenvolvimento do pensamento racional não pode mais ser controlado e segue-se que a organização das estruturas sociais não precisa mais estar sujeita a uma ordem simbólica. Estruturas como o espaço e o tempo seriam "dessocializadas" em uma sociedade complexa, ou seja, elas não são mais moldadas pela ação.

Um importante sucessor de Durkheim é Maurice Halbwachs, que derivou sua interpretação da memória como um fenômeno social do conceito de consciência coletiva de Durkheim. Halbwachs tentou superar a então controversa análise determinística das estruturas sociais de seu antecessor. A morfologia social de Durkheim seria mais coerente se a memória fosse usada como um elemento de ligação entre as diferentes áreas da sociedade, como religião, política e economia. A memória oferece noção de pertença a cada indivíduo: o coletivo é formado através de memórias compartilhadas de lugares ou eventos. Consequentemente, a continuidade das estruturas ou instituições sociais dependia de memórias individuais (HALBWACHS, 1985, p.31). As tradições são assim transmitidas de novo e ganham novos contornos através do tempo.

Importante aqui é como Halbwachs observa o espaço: “Portanto, não há memória coletiva que não se mova dentro dessa estrutura espacial. O espaço, porém, é uma realidade que perdura: as nossas impressões perseguem-se, nada permanece na nossa mente, e seria incompreensível que possamos recordar o passado se ele não for de fato preservado pelo meio material que nos rodeia" (Ibid. p.142).

As memórias estão ancoradas e fundidas nas edificações, como “*mnemotopos*”. O espaço nos rodeia como uma sociedade silenciosa e imóvel (Ibid. p.128).

Halbwachs distingue diferentes tipos de espaços de referência. Grupos locais (Halbwachs refere-se várias vezes a comunidades agrícolas) referem-se ao seu ambiente como se fosse o seu "direito de existir", e suas relações com o espaço são quase um automatismo coletivo (Ibid. p. 136). Em contraste, a relação religiosa com o espaço pode ser supralocal. A preservação das tradições e do passado é sempre baseada em lugares

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

importantes[8]. Assim como a memória permanece viva através de gerações, assim também é a sua relação com o espaço.

Os especialistas - como advogados e tabeliães - representavam diferentes relações espaciais, atuando com conhecimento independente e memória específica. Assim, o entrelaçamento de conhecimento ou leis, bem como a expansão das relações de mercado levou à terceirização da memória para salas especializadas, como tribunais, escritórios e fábricas (Ibid. p.140). A relação entre espaço e memória em sociedades diferenciadas poderia ser mais bem observada na esfera econômica: lá o presente está em constante mudança. O espaço econômico tem uma estrutura de memória de vida muito curta devido à produção contínua e condições de mercado, preços e salários.

Em conclusão, pode-se enfatizar que os esquemas de classificação não são invenção de indivíduos isolados, mas sempre surgem socialmente. Aqui Durkheim fala de *representações*. Representações como esquemas de classificação da vida cotidiana, no entanto, estão atualmente constantemente em competição com os esquemas científicos e mais complexos já inventados: a representação do espaço e a capacidade de reconhecer as relações espaciais [são] idênticos", formula Konau (1977, p.22). Este último tinha o monopólio na modernidade sobre a realização da realidade, que anteriormente tinha sido o privilégio da religião sozinho. A partir da ciência, um conceito físico e geométrico do "espaço absoluto" é estabelecido, que é predominante nas condições capitalistas de hoje. No entanto, os espaços, especialmente através do efeito da memória, têm significados latentes que podem aparecer uma e outra vez, especialmente na área da ação cotidiana. Sobre esta tensão entre os dois níveis de interpretação e classificação da realidade - o científico e o afetivo, moral - muitos conflitos sociais foram baseados na vida cotidiana das sociedades modernas. Esta tensão agora forma o pano de fundo das batalhas por terra, o que é objeto de diversas pesquisas sobre a subjetividade e o conteúdo utópico das lutas indígenas e camponesas.

O espaço abstrato e social em Lefebvre

[8]Tal como acontece com grupos religiosos (tais como judeus e muçulmanos) que estabelecem a sua identidade em todo o mundo na "Terra Santa", grupos e indivíduos, mesmo quando estão ausentes, permanecem ligados ao lugar através da memória.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Entre os marxistas, Henri Lefebvre é considerado como tendo interpretado a dialética espacialmente. O “materialismo histórico geográfico de Lefebvre" concentra-se na base material da consciência social, mas - ao contrário de Marx - ele procede do campo da tensão entre a vida cotidiana e suas estruturas espaciais, que são incorporadas e instrumentalizadas no estado capitalista. De acordo com Lefebvre, a existência do capitalismo é baseada no desenvolvimento de um espaço cada vez mais instrumentalizado, socialmente mistificado que é velado na vida cotidiana na forma de ideologia e ilusão (1991, p.16ss). O capitalismo se expande através da constante homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Na urbanização, encontra-se a concretização da espacialidade capitalista na modernidade e a planificação da vida cotidiana.

Para Lefebvre, a área natural é considerada um ponto de partida. Em sua obra La production de l'espace (1986), Lefebvre faz uma crítica ao conceito econômico de produção de Marx, pois com seu modelo binário do modo de produção (capital - trabalho, burguesia - proletariado, lucro - salário) Marx tinha derrubado o terceiro conceito de espaço natural e natureza de seu conceito.

Se o espaço é entendido como constituído socialmente, significa que está diretamente ligado à prática social. O espaço é a concha, a premissa e o resultado da prática social. Central para o trabalho de Lefebvre é sua observação de que o espaço contém coisas sem ser uma coisa em si (1986, p.99), em que o espaço para Lefebvre nem é abstrato, nem concebido como uma forma pura. O espaço surge de um entrelaçamento de ações e relações sociais. Na prática cotidiana - em referência a Marx - para Lefebvre os objetos e espaços são particularmente transparentes através do trabalho. A prática possibilita a legibilidade do espaço. O espaço é então, nas palavras de Lefebvre, "espaço vivido" por excelência (1986, p.44), e é percebido e reproduzido na vida cotidiana.

Nele - em múltiplas sobreposições (LEFEBVRE, 1986, p.42) - a prática social se realiza em lugares e outras unidades espaciais como resultado da produção e reprodução no cotidiano.

Lefebvre finalmente observa o paradoxo de que na sociedade capitalista a prática social concebe, o único conceito prevalecente, o espaço fragmentado e funcionalizado. Lefebvre se opõe ao conceito que é moldado pela filosofia clássica e física, e conclui que este conceito não pode permitir a análise da ação social no espaço. Em vez da concepção

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

clássica de "sujeito-objeto binário" do espaço, ele defende uma compreensão unificada do espaço que engloba três níveis analiticamente (LEFEBVRE, 1986, p.43ss):

(i) O espaço social que se projeta como entrelaçamento no espaço natural, onde a prática social se projeta no espaço. O espaço refere-se à percepção sensual - isto é, com o corpo - como o ponto de partida para a constituição do espaço.

(ii) A organização (econômica, política) baseia-se nas ideias, os planos, os projetos, ou seja, na influência da tecnologia e da ideologia no espaço. Eles produzem uma constante abstração e funcionalização do espaço na prática social. Sua aparência é o espaço cientificamente concebido.

(iii) As representações de espaço, por sua vez, compreendem as memórias latentes, os sonhos e os significados das experiências passadas com o espaço. Elas englobam a dimensão simbólica, os sinais e imaginações historicamente coagulados e conteúdos revolucionários (LEFEBVRE, 1986, p.43), que podem surgir inconscientemente a qualquer momento. Isso se refere ao espaço experimentado, que para Lefebvre não tem limite, nem na natureza nem na sociedade, e se desenvolve a partir da consciência individual. De acordo com Lefebvre, o espaço de representação é experimentado e falado como uma rede ou centro afetivo. A cama, o quarto, o apartamento ou o palácio, a praça, a igreja, o cemitério: os lugares vividos se conectam com a paixão e a ação, diretamente (LEFEBVRE, 1986, p.52ss)

A representações de espaço não são produtivas, mas obras simbólicas. Elas são muitas vezes únicas, e apontam para uma direção estética que se esgota depois de um certo tempo, depois de uma sequência de expressões e ideias (Ibid. p. 53).

Perspectivas e consequências metodológicas

Apesar da parcialidade de cada uma dessas visões, pode-se derivar dessas abordagens espaço-sociológicas, diferentes manifestações espaciais, que juntas possibilitam uma investigação multi-perspectiva dos fenômenos espaciais. Porque cada constituição do espaço é determinada pelos bens sociais e pelas pessoas, por um lado, e pela ligação entre eles, por outro (LÖW, 2001). Para a pesquisa social, isso significa que o espaço em sua constituição deve ser considerado como relativo e processual.

Cada momento da constituição do espaço pode ser isolado e, ao mesmo tempo, examinado considerando suas relações (Figura 2). Uma investigação empírica qualitativa da constituição do espaço coloca esta dupla consideração em primeiro plano. A descrição dos

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

camponeses entrevistados sobre a constituição de seu assentamento, por exemplo, atesta um entrelaçamento de diferentes formas de ação em relação ao espaço, que cooperam juntos para a sua constituição: ocupação da terra, do assentamento, divisão das parcelas, regulação segundo normas e leis, design estético e as relações do assentamento com o seu entorno social. Não seria esta sequência uma interpretação possível do lema do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): "Ocupar, resistir, produzir"?

Desse modo, a visão geral fornece elementos importantes para a formação de um conceito espacial adaptado. Gostaria de destacar os seguintes aspectos da discussão dos respectivos autores e ensaios:

(i) **O substrato material-físico** (Conformação material) -Os processos espaciais ocorrem num substrato físico, mas não se esgotam nele. As qualidades físicas aqui são consideradas o resultado da ação social. Ex.: aspectos topográficos e ambientais, paisagem antropizada ou não.

(ii) **As estruturas sociais de interação e ação** (organização político -estrutural) - As atividades humanas apresentam-se como processos de classificação da realidade (Durkheim). Visam o fundamento do sentido e da ordem. O espaço resulta aqui da busca de orientação e da formação de identidade com acesso à memória (Halbwachs). Ex.: A noção de terra ancestral ou de terra para produzir (a vida).

(iii) **O sistema regulamentar institucionalizado e normativo** (constituição histórica) - Os processos de classificação sobrepõem-se e estabelecem-se através da socialização. Isto dá prioridade às formas sociais e molda o espaço. Há a emergência de instituições (Giddens), no entanto, estruturas também podem ser caracterizadas pelo efeito de atores ausentes, mas que remotamente interferem sobre o lugar. É o caso do projeto de assentamento ou da terra indígena homologada, ou o estabelecimento da agrovila, etc...

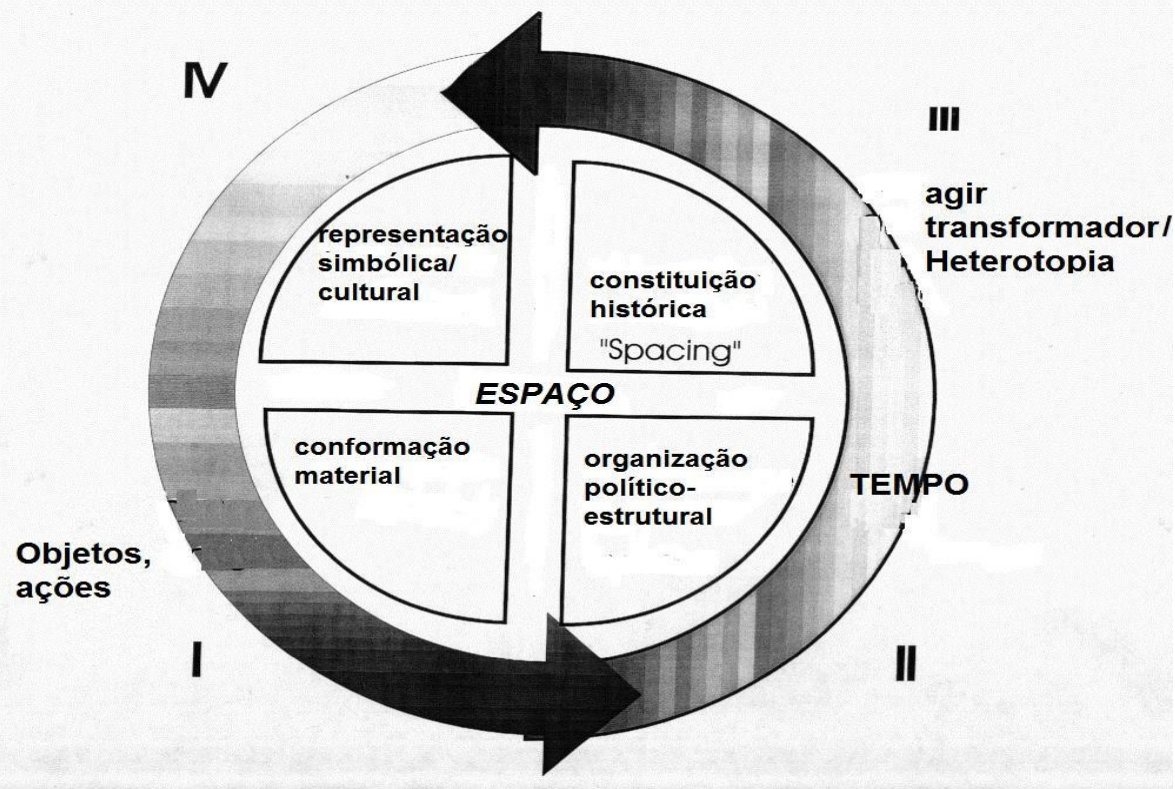
(iv) **O sistema de símbolos e representações** (representação simbólica/cultural) - Os processos sociais em relação ao espaço desdobram-se através de representações, símbolos, ideias (LEFEBVRE, DURKHEIM). As representações surgem pela constante abstração e funcionalização do espaço, mas outras permanecem como forças latentes no pano de fundo da ação cotidiana. Aqui concorrem abordagens afetivas do espaço: mãe terra, tekoha, sítio, etc...

Assim, o espaço poderia ser muito útil como matriz, por exemplo, para a interface entre identidade e espaço ou entre pensamento mítico e espaço. O segundo aspecto é que

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Halbwachs enfatiza o caráter simbólico do espaço que envolve as pessoas como uma história cristalizada.

Figura 2 – Fases da constituição social do espaço.



Fonte: Sturm, 2000 **(livre tradução do autor)**

A separação dessas dimensões com aprofundamento de suas características, bem como o reconhecimento da articulação das mesmas ao longo do tempo, permitirá ao pesquisador uma compreensão dinâmica do espaço, refutando reduções do tipo funcionalista ou desenvolvimentista. Ao focar na constituição do espaço pelo agir cotidiano (já a partir do nível microestrutural), permite-se a percepção de subjetividades e de atribuição de sentido por parte dos sujeitos, indígenas ou camponeses, nos diversos momentos da constituição do espaço, questões notadamente de abordagem qualitativa, no mais amesquinhadas em análises estritamente macroestruturais onde a terra aparece como algo dado, mero palco das ações. Não raro veremos que a pesquisa sobre os espaços é, sobretudo, pesquisa sobre as identidades dos sujeitos que os constituem.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Destaca-se na perspectiva metodológica o enfoque nas representações do espaço, abarcando manifestações importantes na pesquisa de campo, por exemplo, quando indígenas vão falar de seus etno-territórios, dos *tekohas*, ou mesmo camponeses representando o lote como espaço de vida, resgatando sentidos latentes muitas vezes vinculados às suas biografias, lutas e convicções, atribuindo um caráter mais profundo à terra conquistada. Essas representações, de difícil objetivação nas pesquisas, podem deixar-se interpretar dentro de um quadro de análise processual, multidimensional como o apresentado. Temos assim possibilidades metodológicas para identificar a reflexividade (GIDDENS, 1999) desses sujeitos nas lutas por seus espaços.

Conclusões

Iniciamos nossa discussão apontando o desafio de entendermos a relação entre construção de identidades e a conquista e o desenvolvimento de territórios, como reflexo da reestruturação dos espaços através da globalização. A este respeito, discutimos o fato de que os espaços e territórios não devem mais ser vistos de forma funcionalista, mas como uma forma específica da constituição da realidade social. Espaços como rural e o urbano podem, portanto, funcionar como uma ordem de ação social.

A globalização como movimento contraditório - com tendências homogeneizadoras, por um lado, e com fragmentação, por outro - afeta particularmente essa diferenciação relativizando a relação espacial em que se baseia o binômio cidade-campo. Qualquer tentativa de basear esta diferenciação em categorias geográficas, tais como território ou localização falhará, uma vez que o potencial de determinação destas categorias se tornou instável. Resta, portanto, a questão de um conceito espacial adequado que possa ajudar a aproximar o fenômeno da "redescoberta do rural".

Tentamos usar o espaço como categoria heurística. A revisão desta categoria através da apresentação de algumas abordagens sociológicas espaciais traz elementos para a formulação de um conceito espacial relativo e processual. O espaço não é então uma categoria rígida, mas revela-se relativo e dinâmico através da ação social. Os quatro momentos de constituição espacial - físico, de ordem e ação, institucional- normativo e cultural - abrem um amplo catálogo de possibilidades analíticas de constituição espacial. Metodicamente, esses momentos de constituição espacial estão correlacionados na análise empírica.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 2001.

BECK, Ulrich. **Reflexive Modernisierung**: **eine Kontroverse.** Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
CAPRA, Fritjof. **O ponto de Mutação.** São Paulo: Cultrix, 1992.

CASTELLS, Manuel. **Das Informationszeitalter Wirtschaft - Gesellschaft - Kultur.** Teil 2: Die Macht der Identität. Opladen: Leske + Budrich, 2002.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas.** Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Mexico: Editorial Grijalbo, 2003.

DURKHEIM, Emile. **Die Elementaren Formen des religiösen Lebens**. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1994.

ELIAS, Norbert. **Über die Zeit.** Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1988.

FOUCAULT, Michel. **What is enlightenment**? In: RABINOW. Paul (Hg.): The Foucault reader: An introduction to Foucault's thought. London: Penguin Books, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and Self-Identity.** Self and society in the late modern age. Cambridge, 1991.

_____ 1999: **Konsequenzen der Moderne.** 3. Aufl., Frankturt/M., Suhrkamp.
GOSZTONYI, Alexander. **Der Raum. Geschichte seiner Probleme in Philosophie und Wissenschaften**. Freiburg, Alber, 1976.

HABERMAS, Jürgen. **Die Moderne - ein unvollendetes Projekt**. **Philosophisch-politische Aufsetze 1977-1992**. 2. Aufl., Leipzig: Reclam Verlag, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **Des-terrritorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste**. Niteroi: Eduff, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **Das Kollektive Gedächtnis** Frankfurt/M.: Fischer-Taschenbuch-Verlag, 1985.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: **identidades mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity:** An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford, Backwell Publishers. 1989.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

JAMESON, Fredric. **As sementes do tempo.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

KONAU, Elisabeth. **Raum und soziales Handeln.** Studien zu einer vernachlässigten Dimension soziologischer Theoriebildung. Stuttgart: Henke, 1977.

LE BERRE, Maurice. **Territoires**. In: BAILLY, A. et al. (Hg.): Encyclopédie de Geógraphie. Paris: Economica.1992.

LEFEBVRE, Henri**. The production of space.** Londres: Blackwell Pub. 1991

LÖW, Martina**. Raumsoziologie.** Frankfurt/M., Suhrkamp. 2001

MARSCHNER, Walter Roberto. **Die Kaempfe um Mutter Erde**, 2. ed, KS OmniScriptum Publishing, 2012.

RAFFESTIN, Claude, **Ecogénèse territoriale**. In: AURIAC, Franck und BRUNET, Roger. Espaces, jeux et enjeux**.** Paris: Fayard, Fondation Diderot, 1986.

SACK, Robert D. **Place, Modernity an the consumers World.** A relational Framework for a geographikal analysis. Cambridge, Cambridge University Press.1992.

SAUER, Sergio. **Terra e modernidade**:A dimensão do espaço na aventura da luta pela terra. (Tese de Doutorado), Brasilia: Universidade de Brasília UnB, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. Ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

STURM, Gabriele. **Wege zum Raum:** methodologische Annäherungen an ein Basiskonzept raumbezogener Wissenschaften. Opladen: Leske und Budrich, 2000.

SIQUEIRA, Deis e OSÓRIO, Rafael. **O conceito de rural**. In: GIARRACA, Norma. (Org.): Una Nueva ruralidad en américa Latina? Buenos Aires, CLACSO. http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/rural/rural.html (Februar 2005), 2001, p.67.

SIMMEL, Georg. Raumsoziologie. In: **Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung** und Volkswirtschaft im Deutschen Reich, ano 27, v.1, 1903, p.27-71.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Die Sozialwissenschaft "kaputtdenken".** Die Grenzen der Paradigmen des 19. Jahrhunderts. Weinheim: Beltz Athäneum Verlag, 1995.

WEBER, Max. O Estado nacional e a política econômica. In: **Weber**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ática, 1999.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Efeito estufa e aquecimento global/ Yvypytu Haku: uma visão dos guarani/kaiowá no tekoha Taquaperi

Greenhouse effect and global warming/ Yvypytu Haku: a view of the Guarani/Kaiowá in the Tekoha Taquaperi

Efecto invernadero y calentamiento global/ Yvypytu Haku: una mirada a los Guaraní/Kaiowá en el Tekoha Taquaperi

Agnaldo Lopes
Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Coronel Sapucaia, MS, Brasil
E-mail: lpsaguinaldo@gmail.com
Orcid: 0000-0001-7200-5220

Patrícia Perez Machado
Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Dourados, MS, Brasil
E-mail: paty_pmbio@hotmail.com
Orcid: 0000-0002-5148-8558

Resumo: Este trabalho teve como objetivo investigar o que os mais velhos Guarani e Kaiowá da aldeia Taquaperi, localizada no Município de Coronel Sapucaia/MS, entendem por efeito estufa e aquecimento global e como esses fenômenos afetam o modo de viver nos dias atuais dessa comunidade. O motivo pelo qual me impulsionou para realizar este estudo foram os problemas que as constantes queimadas têm causado em nossa comunidade. Para realizar esta pesquisa foram feitas duas entrevistas em agosto de 2022. As conversas com Jonas Batista, liderança da aldeia, e com Julho Lopes, Ñanderu, foram registradas em um caderno de anotações de campo e posteriormente analisadas. De acordo com os entrevistados, o aquecimento global está relacionado ao desmatamento e às queimadas realizadas pelo homem. O que se observa é que as mudanças climáticas, devido ao aquecimento global, afetam profundamente a vida dos moradores de Taquaperi, impactando a vida social, cultural e econômica. A partir dos relatos, consideramos que a escola indígena tem um papel de extrema importância em realizar um diálogo entre os conhecimentos tradicionais e o da ciência ocidental a fim de juntos encontrar caminhos para solucionar os problemas que a comunidade enfrenta.

Palavras-chaves: Aquecimento global. Cultura Guarani e Kaiowá. Efeito estufa. Queimadas.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Efeito estufa e aquecimento global/ Yvypytu Haku: uma visão dos guarani/kaiowá no tekoha Taquaperi

Abstract: This work aimed to investigate what the older Guarani and Kaiowá from the Taquaperi village, located in the municipality of Coronel Sapucaia/MS, with the objective of researching globally how these phenomena were studied the way of living in the days of this Sapucaia community. What motivated me to carry out this study was the problems that the constant fires caused in our community. To carry out this research, two interviews were carried out in August 202. The conversations with Jonas Batista, leader of the village and with Julho Lopes, Ñanderu, were recorded in field records and then in a field notebook and afterwards. According to the burned to man, the global record is recorded and those carried out by man. What is due to climate change, due to the fact that global changes are observed regarding the lives of residents and economic, impacting social, cultural and economic life. From the reports, we consider that the indigenous school has an extremely important role in a dialogue with traditional knowledge and that of western science in order to find ways to solve the problems of the community.

Keywords: Global warming. Guarani and Kaiowá Culture. Greenhouse effect. Fires.

Resumen: Este trabajo tuvo como objetivo investigar lo que los mayores Guaraní y Kaiowá de la aldea Taquaperi, ubicada en el Municipio de Coronel Sapucaia/MS, entienden por el efecto invernadero y el calentamiento global y cómo estos fenómenos afectan el modo de vida de esta comunidad hoy. Lo que me motivó a realizar este estudio fueron los problemas que los constantes incendios ocasionaban en nuestra comunidad. Para llevar a cabo esta investigación, se realizaron dos entrevistas en agosto de 202. Las conversaciones con Jonas Batista, líder de la aldea y con Julho Lopes, Ñanderu, se registraron en registros de campo y luego en un cuaderno de campo y posteriormente. Según las quemadas al hombre, se registra el récord mundial y las realizadas por el hombre. Lo que se debe al cambio climático, debido a que se observan cambios globales en cuanto a la vida de los residentes y económica, impactando en la vida social, cultural y económica. A partir de los informes, consideramos que la escuela indígena tiene un papel sumamente importante en el diálogo con los saberes tradicionales y de la ciencia occidental para encontrar vías de solución a los problemas de la comunidad.

Palabras-clave: Calentamiento global. Cultura Guaraní y Kaiowá. Efecto invernadero. Incendios.

Data de recebimento: 19/11/2022
Data de aprovação: 30/05/2024
DOI: 10.30612/riet.v4i1.16515

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Efeito estufa e aquecimento global/ Yvypytu Haku: uma visão dos guarani/kaiowá no tekoha Taquaperi

Introdução

Este artigo foi escrito como requisito parcial para obtenção de título de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, na área de Ciências da Natureza. Trata-se do resultado de uma pesquisa realizada na comunidade indígena da etnia Kaiowá/Guarani do Tekoha Taquaperi, localizada no Município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul.

O principal objetivo desta pesquisa é investigar o que os mais velhos Guarani e Kaiowá da aldeia Taquaperi entendem por efeito estufa e aquecimento global e como esse fenômeno afeta o modo de viver nos dias atuais dessa comunidade. A partir dos relatos, fazemos uma reflexão sobre a importância do conhecimento tradicional para garantir a preservação da cultura indígena Guarani/Kaiowá. Vale destacar que o intuito deste trabalho é compreender o fenômeno em um contexto cosmológico.

O aquecimento global é um tema em evidência, e muito se tem falado nas mídias a respeito das mudanças climáticas provocadas por este fenômeno. Diariamente somos informados de eventos extremos que o mundo vem sofrendo, como as secas, enchentes, tempestades, derretimento do gelo das calotas polares. De acordo com o conhecimento científico, ocidental, o aquecimento global é o aumento da temperatura média do planeta Terra provocado pelo aumento de emissão de gases de efeito estufa.

O que me motivou a realizar esta pesquisa foram os problemas enfrentados pelos moradores de Taquaperi. As queimadas são muito frequentes em nossa comunidade e nos arredores de nosso território, seja pelo agronegócio ou pela queima antes do plantio na roça. Sensibilizar os alunos sobre estas atitudes é importante para amenizar as consequências na saúde, como doenças respiratórias, dores de garganta, tosse seca, dores de cabeça, tonturas, falta de ar e desidratação. As figuras 1 e 2 mostram queimadas ocorridas em Taquaperi em julho de 2022.

As queimadas emitem grande quantidade de gases poluentes na atmosfera, dentre eles o CO2, que contribuem para o efeito estufa, e também implica na perda de muitos remédios tradicionais, na morte e na migração de animais. Essa prática, portanto, traz vários prejuízos para os moradores de Taquaperi.

Para realizar esse trabalho, foram feitas entrevistas através de conversas na língua materna no mês de agosto de 2022. Antes de iniciar a coleta de dados, fiz um levantamento das pessoas mais tradicionais. Primeiro, fiz visitas e expliquei para eles a minha pesquisa.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Depois, individualmente, realizei uma conversa com Jonas Batista, liderança da aldeia, e com Julho Lopes, ñanderu.

Figura 1 - Queimadas em Taquaperi, julho de 2022.



Fonte: Foto do autor

Figura 2 - Queimada em Taquaperi, julho de 2022.



Fonte: Foto do autor

As perguntas que fizeram parte da conversa foram:

- O que é aquecimento global para o senhor?
- Quais são os impactos/ prejuízos/ do aquecimento global no tekoha Taquaperi?
- Quais são as perspectivas da posição da nova geração em relação ao futuro tekoha?

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

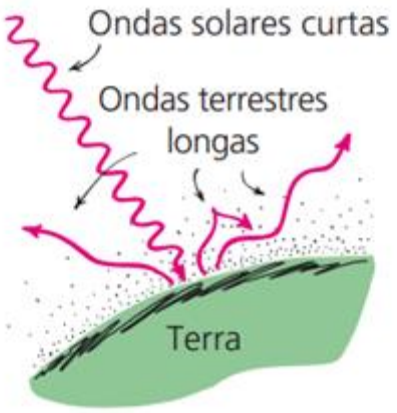
- Como era a paisagem e o clima antigamente?
- O que os moradores de Taquaperi podem fazer para melhorar os efeitos do aquecimento global na reserva?

As conversas foram registradas em um caderno de anotações de campo e algumas foram gravadas, para depois serem transcritas e analisadas. A análise desse diálogo está registrada nos resultados e discussões.

Efeito estufa e aquecimento global

O Efeito Estufa corresponde a um fenômeno atmosférico natural que equilibra a temperatura do planeta. Na atmosfera, existem os gases de efeito estufa, principalmente o vapor d' água e o dióxido de carbono, capazes de absorver a radiação solar irradiada pela superfície terrestre, impedindo que todo o calor retorne ao espaço. Parte da energia emitida pelo Sol à Terra é refletida para o espaço, outra parte é absorvida pela superfície terrestre e pelos oceanos. Uma parcela do calor irradiado de volta ao espaço é retida pelos gases de efeito estufa, presentes na atmosfera, conforme mostra a figura 3. Dessa forma, o equilíbrio térmico é mantido, fazendo com que não haja grandes amplitudes térmicas e as temperaturas fiquem estáveis.

Figura 3 - O sol emitindo ondas solares curtas;
A Terra absorve parte e emite ondas longas.



Fonte: HEWITT, 2015, página 313

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Ao mesmo tempo que é muito divulgado nas mídias, essa temática é polêmica visto que a maioria dos cientistas defende que o aquecimento global observado é causado pela emissão dos gases estufa, proveniente das atividades do homem, como a queima de combustíveis fósseis, gases emitidos por escapamentos de carros, tratamento de dejetos, uso de fertilizantes, atividades agropecuárias e diversos outros processos industriais. Contudo, há um pequeno grupo de pesquisadores defendendo que o problema do aquecimento global que estamos vivendo pode ser de origem natural (RUBINO, 2010). Portanto, temos duas hipóteses: a primeira que é defendida pelos ambientalistas e a maioria dos cientistas e por outro lado tem os grandes empresários, fazendeiros, e alguns governantes de países desenvolvidos que defendem a segunda hipótese, do fenômeno natural, visto que se preocupam apenas com o lucro resultantes de suas atividades produtivas poluidoras. É interessante levarmos essa polêmica para sala de aula, para discutirmos a influência dos interesses econômicos.

O Efeito Estufa e Aquecimento Global são fenômenos estudados em ciências no Ensino Fundamental II, quando abordado o tema ar, e em física do ensino médio, em transmissão do calor, onde conceitos físicos necessários para o entendimento do fenômeno do efeito estufa são: de emissão, reflexão, absorção de energia radiante, radiação térmica, calor e temperatura. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o ensino de física não deve se restringir a apresentação de conceitos, leis e fórmulas, de forma desarticulada, distanciada do mundo vivido pelos alunos. (BRASIL, 2000). Por isso, quando falamos em problemas ambientais, como o aquecimento global, é importante que os alunos reconheçam a realidade local, as consequências desse fenômeno na vida deles e que sejam capazes de pensar em estratégias que amenizem seus efeitos.

Metodologia

Taquaperi (Figura 4), pertencente ao município de Coronel Sapucaia, em Mato Grosso do Sul, está localizada a 14,6 km desta cidade. Essa terra indígena é acessada pela BR 289, que liga Coronel Sapucaia e Amambai. Possui uma área de 2.000 hectares e população de 3.400 indígenas (IBGE, 2010).

A Reserva Taquaperi é dividida nas regiões Takuapiry, Manga'i, Takuara e Cerro. A região de Takuapiry ocupa uma posição mais central na aldeia, com posto de saúde, farmácia

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

e escola. A rodovia que liga as cidades de Amambai e Coronel Sapucaia corta a aldeia, passando pelas regiões Takuapiry e Manga'i.

A Aldeia Taquaperi foi declarada reserva em 15 de novembro de 1928 pelo decreto 835, pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Inicialmente, a área era de 3.600 hectares. Após a demarcação, o território foi diminuindo até contar apenas com 2.000 hectares atualmente.

Figura 4 - Mapa referente a Reserva Indígena Taquaperi em 2022



Fonte: Google Maps, 2022.

De acordo com Lescano e Rossato (2011), essa perda de terra ocorreu por conta do interesse da Cia. Mate Laranjeira pela plantação nativa de erva-mate. Os fazendeiros agiram de má fé com o líder do grupo chamado Capitão. Por conta da dificuldade de comunicação (não entenderem o português) o Capitão perdia pedaço de terra para os fazendeiros que diziam que iriam comprar, mas não recebia nada (LESCANO, ROSSATO, 2011). Este contexto de perda territorial é importante para compreendermos que junto com as terras indígenas as florestas foram derrubadas para dar lugar a monoculturas.

O levantamento de dados desta pesquisa foi realizado no mês de agosto de 2022 a partir de uma conversa com a liderança da aldeia, o senhor Jonas Batista de 48 anos de idade. Também entrevistamos Julho Lopes, de 68 anos de idade, que vive na aldeia desde que nasceu, buscando conhecer como é a visão do Guarani Kaiowá sobre o aquecimento global, como era o clima antigamente e como as mudanças climáticas alteraram o modo de viver de nossa comunidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Figura 5 - Senhor Julho e sua esposa Leila



Fonte: Foto do autor

Resultados e discussões

Ao questionar sobre a visão dos Guarani e Kaiowá sobre o aquecimento global, o relato de Julho Lopes foi o seguinte: "Aquecimento global no conhecimento Guarani Kaiowá antigamente era normal". Ele relata suas lembranças dizendo que no mês de agosto era comum os indígenas queimar a mata, para preparo do plantio nas roças, como milho, feijão e mandioca". Para o indígena Guarani e Kaiowá o fogo, assim como o vento e a água, são elementos positivos, fazem parte da transformação do tekoha. O fogo é importante para as relações sociais, ele une e aquece as famílias, também transforma os alimentos. Assim como também tem uma grande importância na agricultura, pesca e caça. A problemática está no fato do homem interferir na natureza. A *losa*, braquiária, que ocupa nossos territórios é um capim exótico, ou seja, veio pelo processo de colonização. As florestas foram substituídas pela *losa* que queima desenfreadamente, diferente de antigamente onde o fogo era controlado por conta da vegetação nativa.

Segundo os entrevistados, nos meses de plantio os parentes e os vizinhos se reuniam. As sementes eram batizadas pelo ñanderu em uma cerimônia. Em agosto acontecia o preparo

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

da terra, caracterizado pela limpeza na qual ocorriam as queimadas. Na dissertação de Eliel Benites (BENITES, 2014) é relatado que após o sistema de *koivara*, limpeza do terreno, faz-se o canto da chuva, para o guardião da água molhar a terra recém preparada. Após a chuva, inicia-se o plantio, processo onde cânticos tradicionais ocorrem a fim de pedir a presença dos guardiões da roça para se manifestarem por meio das plantas com o objetivo de elevar o grau de perfeição do corpo Guarani e Kaiowá (BENITES, 2014). Nesse sentido, para os mais velhos o *kokue* a roça é um meio de aproximar a morada dos deuses com a morada dos Guarani e Kaiowá. Portanto, esse modo de produção de alimentos está relacionado com o mundo espiritual. Os mais velhos do tekoha Taquaperi relataram que nos dias atuais não se ensina mais para os filhos os valores da educação tradicional do *kokue* e por isso não se ocorre mais canto-reza como antigamente.

Os entrevistados me disseram que antigamente era comum queimar a mata para realizar o plantio da roça e que essa prática não trazia prejuízos para a comunidade. O rezador Julho não fala em efeito estufa, mas cita as queimadas, estando estas associadas a emissão de gás carbônico, na qual este é o segundo maior responsável pelo fenômeno e o primeiro gás vapor d'água presente na atmosfera (HEWITT, 2002).

Ao perguntar quais são os prejuízos do aquecimento global no tekoha Taquaperi, o ñanderu disse: “Sabe porque o calor aumenta do nada? Porque não tem mais floresta pra se proteger. Esse aquecimento do planeta ocorre por conta das queimadas, que surgem em qualquer lugar. Não temos mais árvores para fazer casa, porque está tudo queimado. Os animais estão indo embora e estamos perdendo os remédios tradicionais.” Ainda afirma que as mudanças no clima têm afetado o cultivo na roça. O tempo frio está cada vez mais seco e a saúde das pessoas da comunidade tem sido afetada por doenças como dor de garganta, febre e dor de cabeça, e desidratação. Ele completa sua fala afirmando que o homem é responsável pelas queimadas e pelas mudanças no clima, porque tem destruído a natureza e que o dono da floresta não gosta que derrubem as árvores.

O que se observa é que as mudanças climáticas, devido ao aquecimento global, afetam profundamente a vida dos moradores de Taquaperi, impactando a vida social, cultural e econômica. E o que seriam essas mudanças climáticas? De acordo com Va’ekue se trata da mudança nos períodos das estações do ano (inverno, verão, outono e primavera). Exemplos: aumento das chuvas em alguns lugares, secas e desaparecimento de algumas espécies das florestas e rios (Va’ekue, 2011).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Na cultura Guarani e Kaiowá a natureza representa muito mais do que apenas meio de subsistência, tem um valor simbólico, integrado a uma complexa cosmologia. Na visão desses povos, os animais e as plantas não eram vistos como recurso natural, pois integram o mesmo mundo dos homens, distinguindo apenas pela linguagem, ou falta dela, e pela aparência (Diegues, 2001). No entanto, por conta do capitalismo as novas gerações não se interessam pela cultura e muitos desconhecem a importância da terra e dos seres vivos para esses povos tradicionais.

Na visão dos Guarani e Kaiowá, os ciclos da natureza e os fenômenos naturais são criados por *Nhanderu*, e o homem não tem direito de alterá-los. *Nhanderu* não gosta que homem desmate Xiru, árvore, por causa disso determina o sol muito quente. De acordo com a cultura indígena de nosso povo, a sua existência, cosmologia e bem-estar estão diretamente relacionados à terra.

Quando perguntei sobre as perspectivas da posição da nova geração em relação ao futuro do tekoha, o senhor Jonas nos disse que "dali em diante não haveria mais velho sabido." Segundo o rezador, a nova geração não se interessa pela cultura Guarani e Kaiowá, não dialoga mais com o cacique. Os pais deixaram de ensinar como caçar e pescar, fazer artesanato, e principalmente como fazer casa de sapê. Algumas famílias deixam de ensinar o modo de ser e de viver de acordo com a cultura Guarani e Kaiowá e priorizam a cultura não indígena, como ensinar o português.

Então na visão do mais velho o jovem terá um outro futuro através dos estudos. De acordo com as entrevistas o jovem indígena nos dias de hoje vive no mundo digitalizado e que o estudo está mudando as pessoas de como viver juntos, porque através da conversa e ensinamento dos professores pode "ir além".

O que se observa é uma preocupação dos mais velhos quanto a perda da cultura, identidade e a própria língua materna Guarani e Kaiowá. Por conta das mudanças sociais que a população indígena vem sofrendo devido a perda do território, desmatamento, trabalhos fora da reserva, é fundamental que a escola resgate a história e a cultura como a língua, o artesanato, os cantos- reza. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) ao se apropriarem dos recursos tecnológicos ocidentais os alunos estarão garantindo sua sobrevivência física e cultural (BRASIL, 1998).

Sobre a paisagem e o clima há vinte anos atrás os entrevistados nos conta que: "Há 20 anos atrás, tinha bastante árvore para usar". Havia muitas árvores perto de suas casas,

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

sapê e bambu eram abundantes naquela época. Também me relataram que o clima era regular. “Chovia no dia certo, ventava na época certa, o frio chegava no dia certo”. Isso quer dizer que as duas estações eram bem definidas, o verão, quente e úmido, e o inverno, mais frio e seco, o que facilitava o plantio e a colheita.

Ainda falando sobre a paisagem, o rezador nos conta que: “Aqui não faltava eram as plantas como *tajy* (ipê) tinha muitas árvores de perobas, depois vendia tudo para não indígena por qualquer valor. Na época um capitão que vendia árvores para trazer trator para comunidade vendia como árvore *pacuri*.” O senhor Julho me contou sobre as diversas sementes nativas, que existiam em Taquaperi, como sementes de guaporaity, Jarakatia guaviras. Diferente dos dias atuais, que predomina manga e eucalipto, plantas que de acordo com ele “mata as árvores nativas, mata os remédios nativos”.

De acordo com as informações observa-se que certas práticas da comunidade indígena contribuíram para a perda da vegetação, como o desmatamento, a venda da madeira nobre para o não indígena, a queima da madeira como fonte de combustível para cozinhar e a derrubada de árvores para o plantio de roça. Mas é importante entender como era a relação deste povo com a natureza antigamente, Colman e Brand (2008, p. 155) explicam que:

> Tradicionalmente, os Kaiowá e Guarani se relacionavam com a natureza harmoniosamente, não a explorando de forma agressiva. No manejo dos recursos respeitavam a vitalidade do solo. A própria agricultura era de itinerância, isto é, faziam suas derrubadas, que eram queimadas, cultivadas e depois de dois ou três anos deslocavam-se para outro espaço, deixando que aquela terra se recuperasse. Havia muito espaço e uma vegetação densa que possibilitava essa alternativa. Esse sistema, conhecido como agricultura de coivara, evitava o esgotamento dos recursos do solo. Porém, junto à agricultura havia outros recursos nos quais os kaiowá e guarani se apoiavam para a subsistência de sua família, como a caça de vários animais, a pesca, que era abundante, e a coleta de frutos, plantas alimentícias, com destaque para a coleta do mel, que enriquecia sua alimentação. (Colman e Brand, 2008, p.155).

Portanto, o fato de estarem delimitados a uma pequena área e não poderem mais se deslocar para deixar a terra se recuperar, explica o esgotamento de recursos naturais na reserva Taquaperi. Por isso é importante que as crianças e os jovens conheçam a história de seu território e relacionem com os conceitos da ciência ocidental a respeito de mudanças climáticas, aquecimento global e efeito estufa. O maior desafio da escola indígena é esse diálogo entre o conhecimento tradicional dos Guarani e Kaiowá e a ciência ocidental, mas é fundamental para tornar os alunos críticos e capazes de resolver problemas que afetam diretamente sua comunidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Quando perguntei o que os indígenas do tekoha Taquaperi podem fazer para melhorar os efeitos do aquecimento global na reserva, Julho respondeu que: "Para melhorar nossa tekoha, para natureza recuperar, podemos aprender dentro de casa, e da escola, porque a família ensina as crianças cuidar pé de árvore, a não derrubar, como cuidar." Para os mais velhos a educação da família e da escola é o melhor caminho para conscientizar sobre a importância das florestas. O senhor Julho enfatizou que: "É na escola que se aprende a não jogar lixo nas matas, não fazer queimada, cuidar da roça. Os professores e os mais velhos ensinam a cuidar principalmente sementes nativas, para plantar de novo, para florescer de novo".

Nesse cenário, observamos a importância da família e da escola na construção de valores como o respeito à natureza e ao próximo. É a partir da educação que os alunos de Taquaperi estarão conscientes sobre os problemas que assolam sua comunidade e poderão buscar soluções para melhoria de qualidade de vida de todos que ali moram.

O rezador finaliza sua fala dizendo que é importante a escola trabalhar o tema aquecimento global abordando três aspectos: alimentação, saúde e educação. E com suas palavras sábias explicou que o aquecimento global interfere na produção dos alimentos da roça, e por isso pode causar desnutrição e fome. O fenômeno afeta a saúde pois estaria relacionado a desidratação nos dias muito quentes e secos, bem como doenças respiratórias. É a partir da educação que a nova geração aprenderá a cuidar das florestas, das árvores nativas e dos remédios tradicionais.

Considerações finais

Com a realização desse trabalho, percebemos que os mais velhos associam o aquecimento global às queimadas e ao desmatamento de florestas. Durante as entrevistas, várias vezes foi relatado que não há o repasse dos conhecimentos tradicionais dos pais para os filhos. Portanto, existe o desinteresse das novas gerações pela cultura e no modo de viver dos Guarani Kaiowá de Taquaperi.

Nesse contexto entra a educação indígena escolar com o papel importante de associar os conhecimentos da ciência ocidental aos conhecimentos tradicionais, pois eles acabam se completando. É fundamental que os alunos do nosso tekoha conheçam os fenômenos da

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

natureza para preservá-la, porque os indígenas dependem desses recursos para sobrevivência local e para o bem estar da comunidade.

Referências

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Te'yikue.** 2014. Dissertação de mestrado – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

BRAND, Antônio e COLMAN, Rosa Sebastiana. **Considerações sobre Território para os kaiowá e guarani.** In: TELLOS, ano 8, n. 15, p. 153-174, jul./dez. Campo Grande: UCDB, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo V.S. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

HEWITT, Paulo G. **Física conceitual.** 12º edição. Porto Alegre: Bookman, 2015.

IBGE. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas.** 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-miltem-305-etnias-fala-274&view=noticia.

LESCANO, Marcilene Martins; ROSSATO, Veronice Lovato. **Práticas Educativas Tradicionais entre os Kaiowá na aldeia Takuaperi.** Disponível em: https://docplayer.com.br/25021124-Praticas-educativas-tradicionais-entre-os-kaiowa-na-aldeia-takuaperi.html. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

NAHU, André Costa. **Mudanças climáticas e aquecimento global na visão dos povos indígenas.** Ecoteca digital, 2011. Disponível em: https://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/diversos/2444-mudancas-climaticas-e-aquecimento-global-na-visao-dos-povos-indigenas. Acesso em: 03 de jun. de 2022.

RUBINO, Leandro Nascimento. **A Física envolvida no fenômeno do efeito estufa – uma abordagem CTS para o Ensino Médio.** 2010. Dissertação de mestrado - Pós-Graduação em Ensino de Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VA'EKUE, Ojapo. **Mudanças climáticas e o povo Guarani.** Instituto socioambiental, 2011. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP_pdf_MudancasClimaticas.pdf. Acesso em: 03 de jun. de 2022.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

South-South cooperation of mozambican and brazilian socio-territorial movements: a look around the struggles and resistance against ProSAVANA

Cooperación Sur-Sur de los movimientos socioterritoriales mozambicanos y brasileños: una mirada alrededor de las luchas y resistencias contra el ProSAVANA

Lucas Atanásio Catsossa[1]
Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Cidade de Tete, Tete Moçambique. Membro do Grupo de Pesquisa Territorio e Ambiente (GTA – certificado pelo CNPq/Brasil).
E-mail: lucascatsossauem@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3883-4807

«Para que os oprimidos se unam entre si, é preciso que cortem o cordão umbelical de caráter mágico, através do qual se encontram ligados ao mundo da opressão».
(Paulo Freire – A pedagogia do oprimido).

Resumo: Este artigo procura fazer uma análise multi-escalar das ações dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros na luta e resistência contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. As lutas e resistências travadas por estes sujeitos em movimento contra este programa agrícola estavam movidas pelos princípios democráticos, pela promoção da justiça socioambiental, em defesa da soberania dos povos e solidariedade mútua de ambos os países. Ao se unir, a ideia destes sujeitos em movimento tinha em vista evitar que os camponeses do Corredor de Nacala fossem espoliados da mesma forma como acontecera com os camponeses do cerrado brasileiro durante a implementação do PRODECER. Depois de dez (10) anos e no meio tantas adversidades, caracterizadas por ameaças, intimidações, perseguições, violência dentre outras práticas antidemocráticas, estes sujeitos em movimento conseguiram interromper em definitivo a implementação do ProSAVANA. Esta interrupção do ProSAVANA, não só simboliza uma vitória para os movimentos socioterritoriais moçambicanos contra a investida neoliberal, mas também revela que um povo unido e com a solidariedade de outros povos podem vencer a classe opressora, fazendo com que os seus interesses não sejam materializados conforme o planificado.

[1] Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/Brasil. O autor agradece ao António Gaveta e Guilhermo Johnson pelas traduções do resumo para as línguas inglesa e espanhola, respectivamente.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

Palavras-Chave: Corredor de Nacala; Cooperação Sul-Sul; Movimentos socioterritoriais; ProSAVANA.

Abstract: This article makes a multi-scale analysis of the actions of Mozambican and Brazilian socio-territorial movements against ProSAVANA. The struggles and resistances of these subjects in movement against ProSAVANA are driven by democratic principles, by the promotion of socio-environmental justice, in defense of the sovereignty of peoples and mutual solidarity. By coming together, the idea of these subjects in movement was intended to prevent the peasants of the Nacala Corridor from being plundered in the same way as happened to the peasants of the Brazilian cerrado during the implementation of PRODECER. In fact, after ten (10) years and in the midst of so many adversities, characterized by threats, intimidation, persecution, demonization, among other anti-democratic practices, these subjects in movement managed to definitively stop the implementation of ProSAVANA. This interruption of ProSAVANA not only symbolizes a victory for the Mozambican socio-territorial movements against the neoliberal onslaught, but also reveals that a united people and with the solidarity of other peoples can defeat the oppressive class, causing their interests not to be materialized as the planned.

Key-words: Nacala Corridor; South-South Cooperation; Socio-territorial movements; ProSAVANA.

Resumen: Este artículo propone un análisis multiescalar de las acciones de los movimientos socioterritoriales mozambicanos y brasileños contra el ProSAVANA. Las luchas y resistencias de estos sujetos en movimiento contra el ProSAVANA están movidos por los princípios democráticos, por la promoción de la justicia socioambiental, en defensa de la soberanía de los pueblos y de la solidaridad mútua. Al se unir, la idea que estos sujetos en movimiento tenían en vista era evitar que los campesinos del Corredor de Nacala sean despojados, de la misma manera como sucediera con los campesinos del cerrado brasileño durante la implementación del PRODECER. De hecho, después de diez (10) años y en medio de tantas adversidades, caracterizadas por amenazas, intimidaciones, persecuciones, demonizaciones, entre otras prácticas antidemocráticas, estos sujetos en movimiento consiguieron interrumpir en definitivo la implementación del ProSAVANA. Esta interrupción del ProSAVANA no solo simboliza una victória para los movimentos socioterritoriales mozambicanos contra la investida neoliberal, assim como tambiém rebela que un pueblo unido y con la solidaridad de otros pueblos puede vencer a la clase opresora, haciendo con que aquellos intereses no sean materializados de acuerdo con sus planes.

Palabras-Clave: Corredor de Nacala; Cooperación Sur-Sur; Movimientos socioterritoriales; ProSAVANA.

Data de recebimento: 15/11/2022
Data de aprovação: 30/05/2024
DOI: 10.30612/riet.v4i1.15512

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

Introdução

Historicamente, os camponeses moçambicanos foram expropriados e expulsos das suas terras, sua base de existência material e simbólica de vida. Além de serem convertidos em força de trabalho assalariada passíveis de exploração, os camponeses moçambicanos passaram também a serem inibidos de usufruírem os recursos naturais existentes em seus próprios territórios pelo Estado colonial. Na contramão, os camponeses passaram a contestar de várias maneiras as ações perversas da classe dominante que invadia e ocupava as suas terras para a produção de mercadorias do seu interesse. Como estratégias de lutas e resistências, os camponeses coziam sementes antes de as semear; queimavam a produção e fugiam para locais fora da alçada das autoridades coloniais.

Embora oficialmente se tenha declarado o fim do regime colonial em Moçambique com a Proclamação da Independência em 1975, as práticas coloniais nunca cessaram neste país africano. No entanto, a Proclamação da Independência em Moçambique, não significou necessariamente o fim das práticas coloniais, pois, houve uma continuidade das mesmas, na medida em que foram herdadas, modernizadas e reproduzidas numa primeira fase pelo governo socialista da FRELIMO (*Frente de Libertação de Moçambique*, partido no poder desde 1975) e depois, no decorrer das reformas econômicas na década de 1980, que deram lugar ao sistema capitalista depois do fracasso da experiência socialista de produção do espaço.

Na sua música intitulada «Cães de Raça», o rapper moçambicano, Azagaia em vida ao afirmar que "expulsei o colono, mas nunca o colonialismo" fazia referência a presença de traços coloniais muito fortes em Moçambique. Atualmente, tal cenário vem se intensificando de forma brusca e violenta para os sujeitos diretamente implicados em decorrência da expansão do capital financeiro no campo, que busca terras para garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global, invadindo territórios comunitários, expropriando e expulsando os camponeses das suas terras, inclusive.

Mesmo assim, na contramão a estas colonialidades, e baseando-se na *utopia da libertação*, os camponeses moçambicanos vivem em constante movimento, lutam e resistem, numa tentativa de se livrar das *cercas que ainda os cercam* com vista a alcançar a sua autonomia em seus territórios. Em Moçambique, a classe dominante e/ou opressora sofre constantes contestações populares no campo.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Embora fortes em determinados contextos geográficos e fracos noutros, os camponeses sempre se opuseram com variados mecanismos de lutas e resistências contra a sua destruição pela classe dominante e/ou opressora. Pelo fato de serem submetidos a condições desumanas, isto é, impróprias para a sua reprodução social em seus próprios territórios, os camponeses moçambicanos têm-se tornado sujeitos políticos, na medida em que usam o campo como seu espaço político para através dele, fazer política, enfrentando e contestando severamente as práticas que colocam em risco a sua existência enquanto classe social. Trata-se, portanto, de lutar e resistir por direitos coletivos, sobretudo, pelo acesso à terra, água, recursos florestais e faunísticos, recursos pesqueiros e em defesa da autonomia produtiva e soberania alimentar.

Com a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala, por ser um programa com interesses múltiplos e complexos do capitalismo financeiro global, os camponeses foram forçados a se unirem para enfrentá-lo. Mas, vale ressalvar que no caso do ProSAVANA, havia uma particularidade, pois tratava-se da união de sujeitos de dois continentes separados por milhares de km^2, sendo eles, africanos de Moçambique e latino-americanos do Brasil. Estes sujeitos em movimento, foram gerados pelas contradições e ambivalências da Política Externa Brasileira conduzida pelos governos petistas, iniciada por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e mais tarde, pela Dilma Rousseff (2011-2016), a qual culminou com a territorialização do ProSAVANA em 2009.

Estes sujeitos em movimento tinham um objetivo comum, travar a expansão do *neocolonialismo brasileiro* financeiramente apoiado pelo Japão em Moçambique, o qual estava mascarado por discursos "produtivistas" e "desenvolvimentistas", mas que vislumbrava a monopolização do território, cujo objetivo era de garantir acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. A partir de então, estava instalada uma luta e resistência camponesa contra um programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais que pretendia ocupar extensas áreas de terras para a produção de *commodities* de interesse do mercado global.

Movimentos socioterritoriais: uma contribuição para a compreensão da dimensão geográfica dos movimentos sociais

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

O debate sobre os movimentos socioterritoriais no campo tem sido cada vez mais recorrente na Ciência Geográfica. Há mais de uma década, a geografia tem procurado sistematizar ideias no sentido de formular uma teoria analítica a respeito do caráter espacial dos movimentos sociais. Neste âmbito, torna-se importante destacar a relevância científica dos trabalhos de Fernandes (2005) para a compreensão das ações destes sujeitos em movimento no campo.

Em sua obra, Fernandes (2005) procura sistematizar um pensamento geográfico que vinha produzindo em outros momentos históricos da sua vida acadêmica. Para dizer que as ideias sistematizadas pelo autor em 2005, podem ser encontradas em outros textos anteriores a este (FERNANDES, 2000; FERNANDES & MARTIN, 2004). Assim, Fernandes (2005, p. 31) se empenhou em produzir um referencial teórico que permitisse "compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos". Com a sua análise, o autor procurou romper com a análise sociológica dos movimentos sociais que se preocupava em compreender as "formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos" (FERNANDES, 2005, p, 30).

Para ele, no olhar sociológico, "não há a preocupação com a leitura geográfica ou com os processos geográficos constituídos pelas ações dos movimentos sociais" (FERNANDES & MARTIN, 2004, s/p). Ao trazer à ribalta o debate dos movimentos sociais sob a perspectiva geográfica, Fernandes (2005) não estava preocupado "somente com a compreensão das formas e das relações, mas principalmente com a compreensão dos espaços produzidos e dos territórios conquistados" (FERNANDES & MARTIN, 2004, s/p). O pensamento de território de Raffestin (1993) teve grande influência nas formulações teóricas de Fernandes (2005) sobre os movimentos socioterritoriais.

É neste diapasão que o autor procura traçar um referenciar teórico sobre os movimentos sociais por meio de um discurso geográfico que, inclusive, passou a ser usado por muitos estudiosos dentro da Ciência Geográfica em suas pesquisas. Portanto, procura demonstrar que para além de ocorrer um processo de espacialização dos sujeitos, verifica-se também a eclosão das lutas sociais no campo. Embora rompa com o olhar sociológico sobre estes sujeitos em movimento, o autor deixa claro que não há nenhuma diferença entre os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais. Explica o autor que:

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

> Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem "um e outro" (FERNANDES, 2005, p. 31).

Neste sentido, os movimentos socioterritoriais seriam as mobilizações populares socialmente organizadas em que o objetivo está além de se contestar uma determinada (des)ordem social específica imposta por um poder hegemônico sobre o espaço geográfico, mas também visa conquistar, dominar e controlar o território. Tal conquista, domínio e controle do território, se dá por meio da ocupação que é um dos mecanismos de luta e resistência camponesa no campo. A (des)ordem questionada pelos movimentos socioterritoriais têm sido imposta pela classe dominante, neste caso, o Estado, o capital financeiro e outros grupos sociais que se apropriam do território, e com ele, todos os bens naturais de uso comum para fins totalmente privados. Para Moreira (2011), está-se diante de "lutas de contra-espaço". Na visão deste autor:

> O contra-espaço é um modo espacial por meio do qual os excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe (MOREIRA, 2011, p. 103).

Alguns autores (FABRINI, 2019) chamam atenção para o cuidado que se deve ter de não tornar os movimentos sociais como actores absolutos ao analisá-los cientificamente, pois entendem que, nalgumas vezes, e de forma contraditória, estes sujeitos em movimento reproduzem práticas antidemocráticas e conservadoras, as quais lutam contra. Tais contradições, não se verificam apenas no Brasil conforme reporta Fabrini (2019), mas também estão presentes em Moçambique (CATSOSSA, 2020a). A análise geográfica dos movimentos sociais iniciada por Fernandes (2005) procura demonstrar que para além de ser um trunfo, o território é a base da existência destes sujeitos em movimento no campo.

Neste sentido, "os movimentos camponeses, os indígenas […], os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais [...] porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios" (FERNANDES, 2005, p. 31). Neste processo de produção de espaços e territórios, há um confronto que envolve duas classes sociais distintas e com interesses diferentes, mas que lutam pela conquista, domínio e controle monopolístico do espaço. Aqui,

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

estar-se-ia diante de uma disputa territorial envolvendo classes sociais distintas e com interesses diferentes no uso do espaço.

Destas classes sociais distintas e com interesses diferentes, de um lado, está a classe camponesa e, do outro, a do agronegócio/latifundiário, numa disputa acirrada pela conquista, domínio e controle do território socialmente produzido, mas nem sempre há equilíbrio de forças. Dependendo da situação e do contexto geográfico em que estão inseridas, uma determinada relação social, procura dominar a outra, destruindo-a, inclusive. É por esta razão que o território é ao mesmo tempo "espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência" (FERNANDES, 2005, p. 30). É espaço de vida porque nenhuma sociedade pode viver sem território. Esta é a máxima do *mito da desterritorialização* cunhado por Haesbaert (2016), pois no seu entender, quando o sujeito é desterritorializado por qualquer que seja ação, ele volta a se territorializar noutro espaço, mesmo que de forma precária. Contudo, mesmo que não exista um grupo humano e/ou uma sociedade sem estar circunscrita num determinado contexto geográfico –, *territorial*, "pode haver a territorialização precária dos sujeitos" (FABRINI & ROOS, 2014, p. 58).

Trata-se dos casos, por exemplo, em que "o sujeito ou grupo social possui escasso domínio sobre o espaço" (FABRINI & ROOS, 2014, p. 58). No caso moçambicano, pode-se citar o exemplo dos camponeses que são expropriados e expulsos das suas terras para dar lugar os projetos do agronegócio, de mineração e de exploração do gás e petróleo, os quais depois são reassentados em outros lugares, na sua maioria, impróprios para a sua reprodução social. A territorialização precária desses camponeses no campo âmbito da expansão do capital financeiro, adicionado ao escasso domínio do espaço, importante para a sua reprodução social, apenas tem contribuído para o seu empobrecimento e a perpetuação da fome no seio das famílias camponesas.

Programa ProSAVANA: a base para a compreensão da Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros

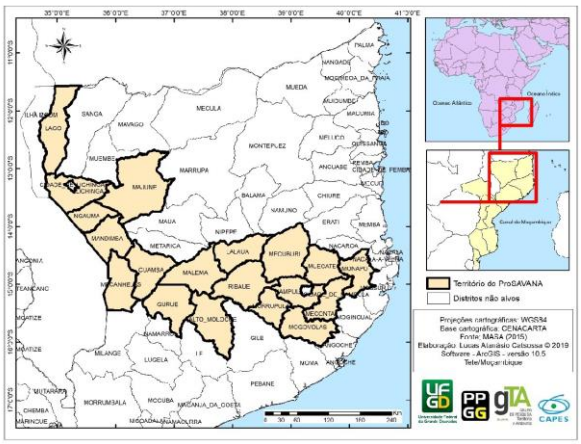
Na primeira década do século XXI, o debate sobre a questão agrária em Moçambique passou a ser relacionada com a geopolítica global, caracterizada pelo deslocamento de fronteiras agrícolas para os países onde supostamente existem terras disponíveis para a sua implementação. O deslocamento dessas fronteiras agrícolas era promovido pelos governos

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

de países ricos ou ainda de economias emergentes para os países pobres. Nesses países pobres, os governos locais, para além de aceitar a sua implementação, passaram a criar condições para acomodar os interesses do capitalismo financeiro global. A expansão dessas fronteiras agrícolas, no caso moçambicano, ocasionou o fenômeno de corrida por terras agrícolas para a produção de *commodities* exportáveis, colocando assim a pressão sobre as terras comunitárias.

O ProSAVANA é exemplo clássico de uma fronteira agrícola, que demandou a corrida por terras agrícolas em Moçambique, tendo inclusive, ocasionado a pressão sobre as terras comunitárias após a sua territorialização em 2009. O ProSAVANA foi um programa agrícola que tinha em vista a modernização da agricultura no Corredor de Nacala por meio do modelo agrário do agronegócio. Enquanto modelo de desenvolvimento agrário/agrícola em vista a modernização da agricultura, o ProSAVANA inspirava-se no seu irmão primogênito do cerrado, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) implementado por meio de uma cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão, a partir dos finais da década de 1970. Para a implementação do ProAVANA, haviam sido identificadas pelo governo moçambicano, cerca de 14,5 milhões de hectares de terras, em 19 distritos[2] ao longo do Corredor de Nacala.

Mapa 1. Área de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala/Moçambique



Fonte: Catsossa (2020a)

[2] No contexto brasileiro, distritos seriam municípios.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Esta área que havia sido identificada para a implementação do ProSAVANA, viviam milhares de famílias camponesas, em que a maioria tinha apenas a terra como único meio para a sua sobrevivência. Significa que em caso da sua expropriação no âmbito da implementação do ProSAVANA, estas famílias camponesas perderiam o seu único meio de sobrevivência, e facilmente, as mesmas cairiam no submundo da miséria, da fome e da desnutrição. A maior parte das famílias camponesas do Corredor de Nacala tem acesso a terra por meio de *ocupação*, sendo por *normas e práticas costumeiras*, as quais envolvem a *herança da terra*; como também por *Boa-fé*, e neste último caso, trata-se dos casos em que os sujeitos ocupam uma determinada parcela da terra por um período de dez anos, e automaticamente, são considerados como posseiros pelo Estado.

Neste sentido, qualquer interesse em vista a exploração capitalista da terra no Corredor de Nacala, passa pela realização de consultas comunitárias para evitar a eclosão de conflitos sociais e disputas pelo uso da terra/território. É importante frisar que tais famílias camponesas não têm na terra apenas a condição para a sua existência material, mas também simbólica. Para estas famílias camponesas, a terra desempenha uma função sociocultural, ao traduzir-se num cordão umbilical, o qual miticamente liga esses sujeitos aos seus antepassados. Neste sentido, perder a terra para o ProSAVANA, é como se estes camponeses estivessem a perder uma parte de si.

No entanto, a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala deve ser vista dentro do paradigma da Cooperação Sul-Sul, com a qual, os governos de países do Sul Global economicamente fortes, pretendiam materializar os seus interesses no contexto da acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, explorando outros territórios e os povos nativos em países mais pobres. O Brasil se insere nessa lógica exploratória no quadro da geopolítica da questão agrária mundial, embora esteja sendo também alvo de exploração capitalista por outros países economicamente poderosos (FERNANDES, 2009; CATSOSSA, 2019a). No caso brasileiro, o ProSAVANA, era o "veículo" com o qual os interesses do capitalismo financeiro brasileiro seriam materializados, já que o Brasil se impunha como um novo ator de "desenvolvimento" no contexto geopolítico, disputando mercados com o Norte Global.

No quadro da Cooperação Sul-Sul, o Brasil demonstrou que pretendia se constituir enquanto uma potência econômica no Sul Global a partir do seu expansionismo no

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Continente Africano, e de forma particular, em Moçambique. Se por muito tempo, os países latino-americanos foram vítimas desse expansionismo imperial brasileiro através da presença das empresas brasileiras (ZIBECH, 2012), com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva no poder em 2003, os países africanos passaram a ser alvos dessa acção imperial do Brasil. No caso moçambicano, a expansão do capitalismo brasileiro era acompanhada pela presença de empresas brasileiras, das quais, públicas e privadas. O *Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES)* foi determinante para a expansão e efetivação do capitalismo brasileiro em Moçambique.

No caso moçambicano, marcaram presença empresas privadas como a multinacional Vale, a construtora Ordebrecht, a Coreia Camargo, a FioCruz, só para citar alguns exemplos. No campo da agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) era protagonista na transferência de tecnologias outrora usadas durante a implementação do PRODECER no cerrado brasileiro, com quais buscava desencadear a modernização da agricultura em Moçambique sob alegação de sanar a fome e desnutrição (CATSOSSA, 2020c). Com o ProSAVANA, o governo brasileiro almejava transferir as tecnologias modernas, semelhantes às que induziram a modernização agrícolas no cerrado brasileiro, as quais, tornaram o Brasil na superpotência global da soja (PESSÔA, 2015; INOCÊNCIO, 2016). A Cooperação Sul-Sul, a qual a Política Externa Brasileira (PEB) se ancorou durante os governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousself (2010-2016), para alguns autores (CLEMENTS & FERNANDES, 2013; AGUIAR & PACHECO, 2015; CATSOSSA, 2019b, 2020c) foi determinante para a materialização desse *neocolonialismo brasileiro* em Moçambique.

Sob a narrativa de mudar a geografia global, caracterizada pela dominação e exploração dos territórios e dos povos do Sul Global pelo Norte Global, o Brasil sob a governação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), reproduziu práticas semelhantes as quais questionava no âmbito da sua expansão ao nível do continente africano, e de forma particular, em Moçambique. Se a crítica era que o Norte Global explorava os territórios e os povos nativos, a multinacional brasileira Vale reproduziu tais contradições e perversidades na cidade carbonífera de Moatize, em Tete. Se a crítica era que o Norte Global colocava os países do Sul Global na dependência em termos financeiros, o Brasil sob o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, colocou Moçambique refém dos

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

financiamentos do BNDES para execução de algumas infraestruturas, como é o caso da Barragem Moamba Major.

Enquanto um programa agrário/agrícola que havia sido proposto para a modernização da agricultura no Corredor de Nacala, o ProSAVANA é resultado da Política Externa Brasileira paradigmática em Moçambique, movido por interesses econômicos, visando tramar a apropriação e o controle monopolístico do território para a sua transformação em campo de produção de *commodities* agrícolas de interesse do mercado global. A territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala no ano de 2009 levantou o debate sobre o *neocolonialismo brasileiro* em Moçambique, mascarado pelo ideário do combate à fome e desnutrição por meio da modernização da agricultura com base no modelo agrário/agrícola do agronegócio.

Neste sentido, a transferência de um modelo agrário/agrícola do agronegócio para Moçambique, que a partida, teria gerado impactos socioambientais irreversíveis no cerrado brasileiro (CLEMENTS & FERNANDES, 2013; MELLO, 2013; FUNADA-CLASSEN, 2014, 2019; JACINTO, 2014; PESSÔA, 2015; INOCÊNCIO, 2016; CATSOSSA, 2017) seria, portanto, o reflexo desse *neocolonialismo brasileiro* em Moçambique. Tendo em conta as contradições do modelo de desenvolvimento agrário que estava sendo exportado para Moçambique, do lado brasileiro, afirmava-se categoricamente que:

> O neocolonialismo brasileiro em Moçambique certamente não contribuirá com o desenvolvimento socialmente justo deste país. Se, por um lado, o Brasil pode oferecer conhecimento técnico para o cultivo de sementes na savana africana, por outro o país tem a oferecer um modelo insustentável de agronegócio, baseado na monocultura, na degradação ambiental e na concentração de terras nas mãos de poucos[3].

Embora o ProSAVANA tenha sido mais tarde, apropriado pelo governo moçambicano e apresentado ao público como sendo um programa do governo moçambicano com apoio dos governos do Brasil e do Japão (CATSOSSA, 2017; 2020b), há estudos (FUNANDA-CLASSEN, 2019) que contestam tal fato, destacando que este era obra do governo japonês, inicialmente liderado por Taro Aso, e mais tarde, continuado por Shinzo Abe, mas em parceria com o governo Luís Inácio Lula da Silva. A forma ativa do Japão e

[3] Disponivel em: https://www.ihu.unisinos.br/noticias/46703-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique-. Acesso: 07/03/2008.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

do Brasil nos primeiros anos, embora este segundo tenha recuado a partir de 2016 (CATSOSSA, 2020a), mostrava que o ProSAVANA era um programa que vinha do estrangeiro e que nele havia interesses conexos, múltiplos, ocultos e alheios aos camponeses do Corredor de Nacala.

O que de fato aconteceu foi apenas a *moçambicanização* do ProSAVANA como programa moçambicano por parte do governo de Moçambique liderado pelo ex-presidente Armando Guebuza (2005-2015), sendo que mais tarde, tal fato foi legitimado pelo atual governo Filipe Nyusi (2015, cujo segundo mandato termina em 2025). A *moçambicanização* do ProSAVANA pelo governo moçambicano demonstrou que era uma tentativa de contornar as críticas que eram feitas pelos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros contra este programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais em Moçambique, de que se estava diante de uma nova colonização, desta vez, pelo capital financeiro globalizado. Essa *moçambicanização* do ProSAVANA por parte do governo moçambicano tinha em vista também contornar as críticas que eram feitas por estudiosos/as de Moçambique, Brasil e Japão sobre este programa (CATSOSSA, 2020b), as quais, passaram a incomodar os seus executores.

Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros e o "Não ao ProSAVANA" no Corredor de Nacala em Moçambique

As lutas e resistências contra o ProSAVANA, inicialmente, feitas pelos movimentos socioterritoriais moçambicanos, surgem após o anúncio que dava conta que a sua implementação estava prevista para o Corredor de Nacala por meio de uma cooperação internacional, envolvendo os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão. Temendo a perda das suas terras para o ProSAVANA, de forma organizada, os camponeses do Corredor de Nacala, saíram em defesa dos seus territórios e do seu "modo de vida", lutando e resistindo contra a implementação efetiva deste programa de matriz neoliberal que vislumbrava a monopolização do território.

É importante referenciar que além do ProSAVANA ter sido concebido de "cima para baixo" e ao "mais alto nível das três nações" –, isto é, sem a participação dos camponeses do Corredor de Nacala, inicialmente, estes sujeitos não foram consultados pelos proponentes do programa se em seus territórios havia terra suficiente (cerca de 14,5 milhões de hectares) para a sua implementação. Muitos estudos (SCHLESINGER, 2015; CATSOSSA, 2017;

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

MOSCA & BRUNA, 2015), apontam que não foram realizadas as *consultas comunitárias* junto às bases camponesas.

Tais "consultas comunitárias", para além de serem realizadas fora do alcance dos camponeses, e em ambientes formais, elitizadas e policilializada/militarizadas, as mesmas, eram de carácter informativa, isto é, que havia um programa chamado ProSAVANA, o qual seria implmentado no Corredor de Nacala, e que trazia muitas vantagens para os camponeses.

A contestação do ProSVANA, de forma aberta, ocorreu em 2012, num comunicado de imprensa emitido pela União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino moçambicano, filiado à *Via Campesina*. O vazamento na *internet* em 2013, do Plano Diretor que havia sido elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), com objetivos claros sobre o que deveria ser feito durante a implementação do ProSAVANA, com o respectivo público-alvo (CATSOSSA, 2017; 2020a; 2020b), chamou atenção aos movimentos socioterritoriais moçambicanos. O vazamento deste documento, desembocou em fortes questionamentos por parte da União Nacional de Camponeses (UNAC) e de outras organizações da sociedade civil que contestavam o ProSAVANA, como é o caso da Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique.

Quando souberam desta investida neoliberal, os camponeses do Corredor de Nacala, reagiram com vários mecanismos de lutas e resistências, defendendo os seus territórios para que não fossem transformados em campos de produção de *commodities* de interesse do mercado global. O que elevou o nível de preocupação dos movimentos socioterritoriais moçambicanos eram as notícias que vinham do Brasil em relação ao ProSAVANA. Tais informações, davam conta que Moçambique estava a "doar" de graça milhões de hectares de terras para os produtores brasileiros ligados ao agronegócio para produzirem soja, milho e algodão para exportação. Nesta notícia lia-se, por exemplo, que "os produtores agrícolas brasileiros devem desembarcar para o continente africano, o motivo é que Moçambique está oferecendo terras a preço bem baratinho, incentivando novas plantações[4]".

As notícias que vinham do Brasil, chamavam atenção dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, a UNAC, a Associação Rural de Ajuda Mútua

[4] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eogF_Ir5myA. Acesso: 19/01/2020.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

(ORAM) e a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), e mais tarde, estes sujeitos em movimento procuraram obter mais informações com os movimentos socioterritoriais brasileiros, com quem tinham laços de amizade, sobre o PRODECER, já que na altura se dizia que o ProSAVANA se inspirava neste primeiro programa. A União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino moçambicano e membro da *Via Campesina* reconhece a importância dos movimentos socioterritoriais brasileiros na disponibilização de informações essenciais sobre os desdobramentos socioterritoriais do PRODECER no cerrado brasileiro. O presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPC-N) afirma que:

> Nós como associação [de camponeses] temos nossas voltas, temos nossas fontes de buscas de informação. Temos nossos companheiros que estão no Brasil. Temos também camponeses associados que nos fornecem essas informações, apesar de que nós não precisamos ir para lá, mas temos informações fiéis que dizem que essa cara que está sendo trazida para Moçambique em nome de desenvolvimento, é o mesmo que aconteceu no Brasil e que existe movimento de camponeses sem-terra (Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula).

Um dos movimentos socioterritoriais brasileiros com o qual a UNAC diz ter aprendido muito com ele nesta busca pelas informações sobre o PRODECER e que, inclusive, foram úteis para a compreensão do ProSAVANA dentro do seu movimento associativo, é o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) que conta com uma longa experiência de lutas e resistências contra o agronegócio no campo brasileiro. O Coordenador-Executivo da UNAC afirma que:

> Há muitas coisas que aprendemos com o MST. Com o MST, conseguimos aprender os mecanismos e as táticas de luta. As estratégias de luta, [...] como é que nós podemos lidar sob ponto de vista de furar os esquemas e as pretensões das empresas, aprendemos muito com o MST (Entrevista realizada em Maio de 2019 na cidade de Maputo).

Vale lembrar que os laços de amizade e de solidariedade entre os movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros, começam a serem estabelecidos muito antes do Brasil e Japão decidirem "replicar" o PRODECER em Moçambique com o nome de ProSAVANA. A presença em Moçambique da ex-mineradora brasileira Vale, já chamava atenção aos movimentos socioterritoriais brasileiros. As mazelas, perversidades dentre outras tragédias socioambientais geradas por esta empresa mineira na cidade de Moatize, na província central de Tete, caracterizada pela espoliação, expropriação e deslocamento

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

compulsivo das famílias camponesas para outros lugares, às vezes, sem garantir condições básicas para a sua sobrevivência, passaram, igualmente, a chamar atenção dos movimentos socioterritoriais brasileiros. Aguiar e Pacheco (2015) explicam que:

> Antes da articulação em torno do ProSAVANA, os movimentos sociais do Brasil e de Moçambique já estavam em diálogos sobre outras lutas. Em especial, os Atingidos pela Vale, a Marcha Mundialdas Mulheres e a Via Campesina a anos vem construindo lutas comuns (AGUIAR e PACHECO, 2015, p. 20).

A articulação em torno do ProSAVANA foi fácil porque um dos movimentos socioterritoriais brasileiros, neste caso, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) já havia territorializado as suas ações em Moçambique, realizando diversas atividades com os movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, com a UNAC. A Cooperação Sul-Sul entre os movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros na luta e resistência conjunta contra o ProSAVANA, começou mais ou menos em 2012. Aguiar e Pacheco (2015) explicam ainda que um dos contatos aconteceu durante a *Conferência Internacional Rio+20 das Nações Unidas*, realizada no Rio de Janeiro no ano de 2012, em que a União Nacional de Camponeses (UNAC) fez-se presente enquanto integrante da *Via Campesina* no contexto da Cúpula dos Povos.

Ainda neste período um militante da Justiça Ambiental (JÁ), um dos movimentos ambientalistas moçambicanos foi proibido de entrar no território brasileiro, sendo que mais tarde, acabou por ser extraditado (e enviado de volta) para Moçambique.A proibição da entrada no Brasil e, posteriormente, a extradição do militante da Justiça Ambiental para Moçambique, comoveu os movimentos socioterritoriais brasileiros (AGUIAR e PACHECO, 2015). Foi neste momento que as pautas de lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais moçambicanos contra o capital financeiro, sobretudo, o ProSAVANA e outras iniciativas do agronegócio que estavam em expansão, passaram também a interessar os movimentos socioterritoriais brasileiros. A partir das críticas feitas pelos representantes de movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, a UNAC, os movimentos socioterritoriais brasileiros começaram também a fazer articulações com vista a entender melhor os reais objetivos do ProSAVANA em Moçambique.

Foi neste contexto que os movimentos socioterritoriais brasileiros decidiram avançar com uma proposta para que os movimentos socioterritoriais moçambicanos visitassem o Brasil para dialogarem em torno do ProSAVANA, com vista a trocar experiências de lutas

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

e resistências contra o modelo agrário/agrícola do agronegócio. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a é uma das organizações sociais brasileiras que convidou os movimentos socioterritoriais moçambicanos a irem ao Brasil para de perto, verem as contradições e as mazelas geradas pelo PRODECER no cerrado brasileiro. De Moçambique, saíram duas organizações camponesas, neste caso, a UNAC e a ORAM. Durante os dias que a UNAC e a ORAM permaneceram no Brasil, percorreram longas distâncias ao longo do cerrado brasileiro e mantiveram encontros e reuniões com movimentos socioterritoriais brasileiros.

A UNAC e a ORAM aproveitaram esta viagem para realizar algumas filmagens das plantações de cana-de-açúcar, milho e soja, concretamente no município de Lucas do Rio Verde/MT (AGUIAR e PACHECO, 2015). Mais tarde, estas filmagens, resultaram num documentário intitulado «*ProSAVANA: a face oculta do PRODECER*», e o mesmo foi usado pela UNAC e a ORAM como evidência de que o modelo agrário que estava sendo exportado para Moçambique era tóxico, ou seja, uma ameaça tanto para a agricultura camponesa, como para a soberania alimentar. Igualmente, passou a ser usado como um instrumento de luta e resistência contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Embora Fingermann (2013) tenha rebatido e considerado mitos as constatações de Clements e Fernandes (2013) e de Mello (2013) segundo as quais, a implementação do ProSAVANA poderia resultar na reprodução dos conflitos sociais em decorrência da expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras dentre outras contradições inerentes à lógica (do modo) capitalista de produção.

Os discursos "produtivistas" e "desenvolvimentistas", feitas pelas autoridades brasileiras no âmbito da implementação do ProSAVANA, ocultavam as desigualdades, contradições, dramas, traumas e perversidades dentre outras tragédias socioambientais geradas pelo agronegócio quando se expande no campo. Desde o início, houve alertas sobre a possibilidade de reprodução das mazelas, perversidades e contradições geradas pelo PRODECER no cerrado brasileiro caso ocorresse a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala (CLEMENS e FERNANDES, 2013; MELLO, 2013). Temendo uma possível reprodução das contradições e dos conflitos socioambientais no Corredor de Nacala em decorrência da implementação do ProSAVANA, no seu primeiro pronunciamento em

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

forma de contestação a este programa, feito em Outubro de 2012, a União Nacional de Camponeses (UNAC) afirma:

> O ProSAVANA é resultado de uma política que vem do topo para a base, em no entanto, levar em consideração as demandas, sonhos e anseios das bases, particularmente, dos camponeses do Corredor de Nacala. [...].Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega-projetos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão, etc.). Condenamos a vida em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais (UNAC, 2017, p. 17).

Aos poucos, foram emergindo reações de outros movimentos populares contra a investida neoliberal brasileira no campo moçambicano. Em 2013, a Justiça Ambiental – Amigos da Terra Moçambique, também se pronunciou, contestando abertamente o ProSAVANA, destacando os impactos negativos sob o ponto de vista social e ambiental do modelo agrário/agrícola que estava sendo proposto para a modernização do Corredor de Nacala. A Ação Acadêmica para o Desenvolvimento Rural (ADECRU), além de fazer várias denúncias contra o ProSAVANA internamente, uma das suas lideranças, viajou ao Brasil, onde questionou o interesse do Brasil ao apoiar um programa que considerava ser socialmente perverso e insustentável em termos ambientais.

Para os movimentos socioterritoriais moçambicanos, estava mais do que claro que por parte do Brasil e do Japão, havia uma apetência pela colonização de Moçambique através do agronegócio. A partir de então, estava decretada a luta contra o programa *nipo-brasileiro* de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais que pretendia apropriar-se privadamente e controlar monopolicamente o espaço agrário *corredor-nacalense* para servir aos interesses dos grupos corporativos globais ligados ao agronegócio. Ao decretar-se uma luta contínua e sem trégua contra o ProSAVANA, a ideia dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, era a de evitar que a terra e os recursos naturais vitais para a sobrevivência de milhares de famílias camponesas (a terra, a água e as florestas, etc.), fossem mais uma vez, apropriados privadamente e *comoditizados* para atender interesses de uma minoria. Por sua vez, queriam evitar que o modo camponês de vida fosse destruído no âmbito da implantação efetiva do ProSAVANA, já que a ideia era expandir monoculturas de exportação nos moldes praticamente coloniais.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

Numa altura em que o ProSAVANA estava a avançar com as suas atividades no Corredor de Nacala, os movimentos socioterritoriais moçambicanos, composto por lideranças de organizações camponesas, ambientalistas, feministas, ligadas aos direitos humanos dentre outras, decidiram se unir para travarem batalhas contra a privatização da terra e de outros recursos naturais em Moçambique. Numa primeira fase, decidiram desencadear uma luta contra a privatização da terra em Moçambique, e o ProSAVANA, era a sua maior preocupação (CATSOSSA, 2017). Essa união das organizações da sociedade civil, surge numa altura em que as suas demandas eram ignoradas pelos executores do ProSAVANA. Assim, vendo-se ignorados, os movimentos socioterritoriais moçambicanos, com apoio dos movimentos socioterritoriais brasileiros e de outras nacionalidades, mas que lutam contra as injustiças socioambientais no campo, decidiram elaborar uma carta aberta intitulada «*Carta Aberta para deter e refletir o programa ProSAVANA*», na qual contestavam abertamente este programa.

Inicialmente, os executores do ProSAVANA tentaram ignorar as pautas dos movimentos socioterritoriais signatários desta carta aberta. Mas, por causa da pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros, e mais tarde, com a adesão dos movimentos socioterritoriais japoneses na luta e resistência contra este programa, a carta aberta foi respondida. A resposta foi dada pelo governo moçambicano, mas sem indicações claras que o ProSAVANA seria suspenso temporariamente para avançar-se com o diálogo, como os movimentos socioterritoriais moçambicanos e outros signatários propunham (CATSOSSA, 2017).

Vendo que as ações do ProSAVANA estavam cada vez mais ativas no Corredor de Nacala, os movimentos socioterritoriais moçambicanos, decidiram avançar com outras estratégias de lutas e resistências contra este programa. Já que inicialmente trabalhavam de forma fragmentada, decidiram se unir. É neste contexto que é criada a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», formada por várias organizações camponesas e da sociedade civil, mas que lutam pela justiça socioambiental no campo, defendendo os interesses dos camponeses e das comunidades rurais. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*», surge em Junho de 2014, após as organizações da sociedade civil verem todas as tentativas de diálogo com os executores do ProSAVANA fracassadas. Esta rede era constituída por movimentos camponeses, no caso da União Nacional de Camponeses (UNAC); Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); movimentos ambientalistas, no caso da Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique e da Livaningo; dos movimentos feministas, no caso do Fórum Mulher; movimentos religiosos, no caso da Comissão de Justiça e Paz de Nacala (CJPN) e da Comissão de Justiça e Paz de Nampula (CaJuPaNa) e movimentos ligados aos direitos humanos, no caso da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), só para citar alguns exemplos.

Nas suas lutas e resistências, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» contava com o apoio solidário dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses. Por meio da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» foram sendo realizadas várias atividades conjuntas, como, por exemplo, a organização e participação em eventos e a realização de algumas pesquisas e caravanas ao longo do Corredor de Nacala em contestação a implementação efetiva deste programa. Com a criação da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», as lutas e resistências contra o ProSAVANA tornaram-se globais, no sentido em que, elas passaram a ser realizadas também no Brasil e no Japão, países responsáveis pelo desenho da ideia de "replicar" a experiência do Cerrado brasileiro no Corredor de Nacala.

Enquanto os movimentos socioterritoriais moçambicanos pressionavam o governo de Moçambique a parar com o ProSAVANA, os movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses, faziam o mesmo em seus países. Essa ação conjunta, coordenada e articulada dos sujeitos em movimento dos três países, foi determinante para o cancelamento temporário, e mais tarde, definitivo do ProSAVANA no Corredor de Nacala. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» passou a constituir-se num espaço de construção de diálogo, de utopias camponesas, de programas e modelos agrários alternativos e de troca de experiências, como também de elaboração de novas pautas e estratégias de lutas e resistências contra o ProSAVANA e o agronegócio no geral.

As conferências triangulares dos povos organizados pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em parceria com os movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses, foram verdadeiros espaços de reafirmação de lutas e resistências, não apenas do ProSAVANA em Moçambique, mas também do MATOPIBA no Brasil. O ProSAVANA e o MATOPIBA, se inserem na atual geopolítica mundial da questão agrária, com uma forte presença do investimento japonês nos dois países, com o qual buscava-se terras agrícolas

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

para a produção de *commodities* do seu interesse em territórios alheios (CATSOSSA, 2019). A proposta de lutar e resistir conjuntamente contra o avanço destes programas nos dois países, foi feita pela representante da FASE/Brasil, Diana Aguiar durante a III Conferência Triangular dos Povos, realizada na capital moçambicana – Maputo, em Outubro de 2017. Nesta conferência, além de denunciar as truculências do MATOPIBA no Brasil, Diana Aguiar, pediu a união e solidariedade dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, para de forma conjunta, lutarem e resistirem contra a expansão do agronegócio nos dois países. Intervindo, Diana Aguiar fez as seguintes declarações:

> Globalizemos as lutas, globalizemos as esperanças. Os desafios que se impõem no Brasil são os mesmos de Moçambique, que é a luta contra o agronegócio, devastação e contaminação de territórios. As resistências se constroem em espaços assim, seja numa sala em Maputo, seja numa sala na capital Federal do Brasil –, Brasília, seja em baixo duma árvore, nas comunidades do cerrado brasileiro, no norte de Moçambique, em Nampula, na Zambézia. Isso é de fato globalizar as lutas, globalizar as esperanças. A nossa presença aqui, é a representação disso. Agente sente que a luta de vocês é nossa e esperamos que a nossa luta seja a luta de vocês também[5].

A declaração oficial sobre a necessidade de lutar e resistir contra o ProSAVANA em Moçambique e o MATOPIBA no Brasil, saiu da IV *Conferência Triangular dos Povos*, realizada em Tóquio/Japão, em 2018. No entender dos movimentos socioterritoriais de Moçambique, Brasil e Japão, os dois programas tinham em vista empreender uma apropriação, domínio e controle monopolístico dos territórios para a produção de *commodities* de interesse do mercado global, e não necessariamente, alimentos que vão diretamente na mesa do cidadão. Para estes sujeitos em movimento, tanto o ProSAVANA quanto o MATOPIBA, ambos os programas eram uma ameaça à agricultura camponesa, à soberania, à segurança alimentar e nutricional nos dois países. Nem sempre as reivindicações dos movimentos socioterritoriais dos dois países eram recebidas de boa forma pelos executores dos ProSAVANA.

Estes sujeitos em movimentos foram, na maioria das vezes, hostilizados e conotados pelos executores do ProSAVANA de terem uma agenda obscura e oculta. De modo geral, as lutas e resistências contra o ProSAVANA foram caracterizadas pela intolerância política por parte dos executores deste programa. Cada vez que os movimentos socioterritoriais dos três países fossem questionar abertamente o ProSAVANA, eram perseguidos, intimidados,

[5] Discurso gravado pelo autor durante a III Conferência Triangular dos Povos, realizada em Maputo.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

agredidos física e verbalmente e vistos como conspiradores, agitadores, anti-desenvolvimentistas, "mão externa", pessoas pertencentes aos partidos da oposição dentre outros adjetivos. As práticas antidemocráticas dos executores do ProSAVANA eram protagonizadas em tempos de realização das "audiências públicas" por membros do governo moçambicano, como também pelas empresas contratadas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), como aconteceu nos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

Igualmente, tais práticas antidemocráticas eram visíveis durante as conferências internacionais organizadas pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*», quando, por exemplo, os executores do ProSAVANA fossem convidados a intervir. Essa situação de intolerância política foi verificada em Outubro de 2017 durante a *III Conferência Triangular dos Povos*, realizado na cidade de Maputo, em que usando tom ameaçador, a Coordenação do ProSAVANA da contraparte moçambicana, intimidou representantes dos movimentos socioterritoriais brasileiros, sobretudo, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), chamando-lhes de "agitador e difusor de informações falsas" em torno do ProSAVANA.

Esta não foi a primeira vez a ocorrer intimidações, ameaças, perseguições, conotações às lideranças dos movimentos socioterritoriais dos três países, atos protagonizados pelos executores do ProSAVANA. Essa situação foi sendo denunciada pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em vários comunicados de imprensa, como também durante conferências triangulares dos povos organizados por este movimento, tanto dentro como fora de Moçambique. Essas práticas antidemocráticas foram sendo reportadas também por vários autores que estudaram o ProSAVANA (MOSCA, 2015; MOSCA & BRUNA, 2015; FUNADA-CLASSEN, 2019; CATSOSSA, 2017, 2020a; 2020b).

Essas intimidações, perseguições e conotações, passaram a se configurar num *modus operandi* dos executores do ProSAVANA para fragilizarem as lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais contra este programa. Através deste *modus operandi*, os executores do ProSAVANA conseguiram numa dada altura, fragilizar a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», na medida em que dividiu as organizações da sociedade civil inicialmente filiadas em duas partes, a saber: «*ala anti-ProSAVANA*» e «*ala pro-ProSAVANA*». A «*ala anti-ProSAVANA*» era composta por organizações da sociedade civil que desde o início viam o ProSAVANA como sendo uma ameaça a agricultura camponesa, a segurança alimentar e

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

nutricional, a soberania alimentar dos camponeses como também para a biodiversidade biológica.

A «*ala anti-ProSAVANA*» é a que permaneceu na «*Campanha Não ao ProSAVANA*» lutando e resistindo contra a implementação efetiva deste programa. Já a «*ala pro-ProSAVANA*» era constituída pelas organizações da sociedade civil que viam a possibilidade de coexistência pacífica dos modelos agrários, isto é, entre o agronegócio e a agricultura camponesa, uma situação completamente impossível de acontecer no campo, pois, os conflitos socioambientais por onde este primeiro se territorializa são quase inevitáveis. Dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», a UNAC é que era o alvo dos executores do ProSAVANA, sobretudo, da JICA, mas em conivência com o governo moçambicano. Os executores do ProSAVANA chegaram a intervir na UNAC, forçando esta organização camponesa a excluir do movimento, alguns dos seus militantes.

A retirada destes militantes do movimento, aconteceu momentos depois de terem frustrado a estratégia de cooptação da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), colocada em prática pela MAJOL, durante um encontro realizado em Janeiro de 2016 na cidade de Nampula. Numa tentativa de mapear e identificar as organizações da sociedade civil mais rebeldes dentro da «Campanha Não ao ProSAVANA», usando uma espécie de "pesquisa de inteligência do tipo-Cia [sic]" (FUNADA-CLASSEN, 2019), após seu plano ser desconstruído por alguns membros da UNAC, os consultores da MAJOL partiram para agressão, numa tentativa de impor o seu poder (CATSOSSA, 2017).

A UNAC, como foi referenciado anteriormente, é o maior movimento campesino do país e conta com mais de 150.000 membros, e isto faz com tenha maior legitimidade no campo, sobretudo, entre os camponeses. As lutas e resistências são desencadeadas pelos seus membros, daí que fragilizando-as, seria mais fácil retirar o seu protagonismo político dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». O "Não ao ProSAVANA" da UNAC feito inicialmente na sua declaração em Novembro de 2012, era uma clara afronta aos interesses *brasileiros e nipônicos*, e no geral, do capitalismo financeiro global. Significa que o simples fato da UNAC dizer "Não ao ProSAVANA" no Corredor de Nacala, colocava em causa a acumulação e reprodução ampliada do capital financeiro em escala global. Regra geral, quando sente ameaçada a sua reprodução ampliada em escala global, o capital financeiro sempre procura remover os obstáculos presentes em sua frente, mesmo que isso leve a

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

interferência na política interna dos países por onde se expande, e foi exatamente isso que ocorreu durante a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Vendo os seus interesses ameaçados, a JICA, conforme Funada-Classen (2019), quis desmantelar o protagonismo da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», enfraquecendo a UNAC deste movimento. Como se pode ver, havia por parte da JICA um plano bem desenhado e estruturado para fragilizar a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, sendo que tudo passava por cooptar a UNAC, tirando do seio dela, os militantes politicamente mais críticos e combativos contra a expansão do capital financeiro no Corredor de Nacala.

Funada-Classen (2019) afirma que ao pretender dividir a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em duas partes («ala *anti-ProSAVANA»* e «*ala pro-ProSAVANA»*) antagónicas em termos político-ideológico, o objetivo da JICA era de retirar a influência dos movimentos socioterritoriais japoneses na luta e resistência contra o ProSAVANA em Moçambique. A constatação desta autora faz todo o sentido se observado com atenção o papel desempenhado pelos movimentos socioterritoriais japoneses, sobretudo, o Centro de Voluntariado Internacional do Japão (JVC, em inglês) dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Aliás, os militantes da JVC também passaram a ser perseguidos, intimidados, ameaçados e rotulados de serem agitadores em Moçambique.

O auge da perseguição aos movimentos sociais japoneses aconteceu em 2017, quando Naoko Watanabe do JVC, viu o seu visto ser negado para viajar a Moçambique com vista a participar da *III Conferência Triangular dos Povos*. Esta situação gerou revolta no seio da *Campanha Não ao ProSAVANA*e foi abertamente denunciada durante a conferência na presença das autoridades moçambicanas e japonesas, e depois, num comunicado de imprensa que foi posto a circular na *internet*. Embora Funada-Classen (2019) tenha afirmado que a intenção da JICA era retirar da cena política os sujeitos em movimento japoneses, a realidade é multifacetada e complexa.

O que se revelou, de fato, foi a intenção da JICA de retirar o protagonismo dos movimentos socioterritoriais brasileiros na cena política, isto é, na luta e resistência contra o ProSAVANA em Moçambique. É importante frisar que os movimentos socioterritoriais brasileiros foram os que forneceram informações importantes aos movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, a UNAC e a ORAM sobre os desdobramentos do PRODECER no cerrado brasileiro. No caso da UNAC, foi a primeira organização

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

camponesa moçambicana a contestar o ProSAVANA, e a maior parte das informações foi obtida por meio dos movimentos socioterritoriais brasileiros, com os quais mantém relações de amizade pautadas na solidariedade entre os povos, há dezenas de anos.

Destes, pode-se destacar o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), só para citar alguns exemplos. A partir dos contatos com os movimentos socioterritoriais brasileiros, é possível afirmar que os movimentos socioterritoriais moçambicanos, no caso da UNAC, da ORAM e da ADECRU, se fortaleceram, fato que aumentou o seu protagonismo político em termos de luta e resistência contra o ProSAVANA e o agronegócio no geral.

Os movimentos socioterritoriais brasileiros eram vistos também como alvo a "bater" pela JICA, pois, eram tidos como um obstáculo ao sucesso do ProSAVANA, enfim, do capital financeiro em Moçambique, dada a influência política que tinham dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Tirando os movimentos socioterritoriais brasileiros da cena política, automaticamente, a JICA fragilizaria a UNAC e, consequentemente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», controlando-a politicamente. Até uma dada altura, a UNAC ficou fragilizada, sobretudo, quando alguns dos seus militantes mais atuantes e influentes politicamente foram forçados a sair deste movimento campesino após a "confusão" que aconteceu em Janeiro de 2016, em Nampula durante o encontro organizado pela MAJOL, uma empresa de consultoria privada a serviço da JICA (CATSOSSA, 2017).

A fragilização da UNAC com o despedimento dos seus militantes em 2016, não abalou de forma significativa as actividades da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Mesmo fragilizada por causa da onda de intimidação, perseguição, ameaças dentre outras práticas antidemocráticas, a «*ala anti-ProSAVANA*», na qual a UNAC esteve filiada, conseguiu se reinventar e continuou a contestar abertamente contra este programa, de tal maneira que os seus executores não conseguiram implementá-lo como estava previsto.

A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» conseguiu interromper temporariamente o ProSAVANA em 2015, forçando os seus executores para um diálogo, no qual propunham o fim deste programa agrário, de maneira a dar início a elaboração do outro que aglutinasse os anseios dos camponeses do Corredor de Nacala (CATSOSSA, 2017). Esta interrupção

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

temporária do ProSAVANA, não resultou apenas da força e pressão dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, mas também dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses. De 2015 até 2019, os executores do ProSAVANA avançaram com as negociações com vista a dar continuidade com a implementação deste programa no Corredor de Nacala, mas não resultaram efeitos positivos, pois, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», continuou firme nas suas convicções, contestando-o severamente, propondo a sua suspensão definitiva, inclusive (CATSOSSA, 2018, 2020a, 2020b).

O ProSAVANA, um programa com fortes traços coloniais que vislumbrava a monopolização do território, chegou ao fim de forma inglória e sem pelo menos exportar uma tonelada de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão dentre outras c*ommoditie*s para o mercado asiático, graças a força e pressão dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e a solidariedade dos povos do Brasil e do Japão. O término definitivo do ProSAVANA em Moçambique foi anunciado em Julho de 2020 e na nota de imprensa disponível no *site* do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural (MADER), lê-se o seguinte:

> O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural torna público que os parceiros envolvidos com o governo no Programa ProSAVANA acordaram o término com a conclusão do Projeto para o Estabelecimento de Modelos de Desenvolvimento ao Nível das Comunidades com Melhoria do Serviço de Extensão Rural no Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (MADER, 2020, s/p, itálicos do original).

A notícia que dava conta que o ProSAVANA havia terminado de forma definitiva em Moçambique, foi recebida com muita euforia por parte das organizações integrantes da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Do lado moçambicano, a Justiça Ambiental (JA!), comemorou na sua página do *Facebook* o término oficial do ProSAVANA, destacando que foi uma vitória para os camponeses do Corredor de Nacala e para as organizações da sociedade civil filiadas à «*Campanha Não ao ProSAVANA*», que desde o início não deixaram de sonhar que conseguiriam impedir a implementação efetiva deste programa.

Mesmo assim, a Justiça Ambiental lamentou as práticas antidemocráticas perpetradas pelos executores do ProSAVANA. Outra organização que também comemorou o término oficial do ProSAVANA, é a Livaningo, onde destacou que foi uma vitória para a classe camponesa e todas as organizações da sociedade civil envolvidas na luta e resistência contra este programa no Corredor de Nacala. De forma eufórica, um dos membros de direção da Livaningo afirmara que:

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

> Só o fato do ProSAVANA ter terminado e oficialmente anunciado pelo governo, é uma vitória para a classe camponesa e uma vitória para todas as organizações da sociedade civil que estavam na frente da luta (Entrevista realizada em Setembro de 2020).

No Japão, o término definitivo do ProSAVANA mereceu destaque num comunicado escrito pelas organizações da sociedade civil, que de forma solidária, apoiaram os movimentos socioterritoriais moçambicanos na luta e resistência contra o ProSAVANA. O destaque vai para a Mokai e o JVC, intitulado «*Vitória dos movimentos camponeses e cívicos! ProSAVANA terminou»,* lê-se o seguinte:

> Em 22 de julho de 2020, representantes do Ministério das Relações Exteriores do Japão, visitaram parlamentares japoneses, Michihiro Ishibashi e Satoshi Inoue, que foram apoiar a campanha conjunta da sociedade civil moçambicana, brasileira e japonesa contra o ProSAVANA e anunciou o "término do ProSAVANA". Os representantes trouxeram consigo declarações do Ministério da Agricultura de Moçambique e da Embaixada do Japão em Moçambique sobre o fim do ProSAVANA. O governo japonês e sua Agência de Cooperação Internacional (JICA), encerraram o seu programa polêmico de longa duração sem concluir o seu projeto principal, ProSAVANA-PD, cujo objetivo era preparar um Plano Diretor de Agricultura para a região do Corredor de Nacala em Moçambique. O ProSAVANA enfrentou resistência consistente dos movimentos camponeses locais desde Outubro de 2012, apoiado por organizações da sociedade civil moçambicana sob a égide da Campanha Não ao ProSAVANA (MOKAI & JVC, 2020, s/p).

Em parte, o término do ProSAVANA deveu-se por causa do veredito da justiça moçambicana emitido pela «*Campanha Não ao ProSAVANA»* em Agosto de 2018, no qual forçava o então Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) a fornecer todas as informações referentes a este programa que por muito tempo eram sigilosas e as mesmas, estavam fora da alçada das organizações da sociedade civil moçambicanas que contestava severamente a sua implementação no Corredor de Nacala. É importante frisar que, ao contrário do governo brasileiro que se ausentou da implementação do ProSAVANA a partir de 2016, retirando, inclusive, a sua delegação em Moçambique, o governo japonês foi até ao fim.

O governo japonês acreditava num possível fracasso das lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais, após várias vezes, a JICA empreender o mecanismo de cooptação, ou seja, a estratégia de "dividir para reinar" para enfraquecê-los. Mas contra o desejo do governo japonês de transformar o Corredor de Nacala num possível "celeiro mundial da soja", como fez com o cerrado brasileiro aquando da implementação do PRODECER, a «*Campanha Não ao ProSAVANA»* continuou firme, lutando e resistindo este

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais, mas com apoio dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses.

Considerações finais

A *Cooperação Sul-Sul* dos movimentos socioterritoriais é materializada pela articulação dos sujeitos oprimidos do Sul Global, no sentido de lutar e resistir conjuntamente contra as práticas opressoras, expropriadoras e exploratórias desencadeadas pelo capitalismo financeiro na sua forma neoliberal. Igualmente, a *Cooperação Sul-Sul* dos movimentos socioterritoriais é o mecanismo de globalização dos sujeitos em movimento, numa disputa paradigmática para o domínio e controle dos *territórios (i)materiais*. A Cooperação Sul-Sul movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros contra o ProSAVANA nesse novo paradigma. As pautas de lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros no âmbito da Cooperação Sul-Sul contra o ProSAVANA, são legítimas, levando em consideração o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estava sendo proposto.

O ProSAVANA pretendia empreender uma apropriação, domínio e controle monopolístico do Corredor de Nacala com vista a transformá-lo num campo de produção de *commodities* de interesse do mercado global. Mas, graças à pressão popular, não foi possível o ProSAVANA materializar os seus interesses. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» foi um dos maiores protagonistas das lutas e resistências contra o ProSAVANA, o que lhe valeu um prémio, em 2015, dado pela *Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC)* em reconhecimento a sua causa de luta. Graças a coesão e a união das organizações da sociedade civil filiadas «*Campanha Não ao ProSAVANA*» e a solidariedade dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses que foi possível interromper definitivamente a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

Pode-se afirmar que o ProSAVANA teve um fim inglório, olhando para a forma contraditória, autoritária, arrogante e anti-democrática como foi sendo implementado no Corredor de Nacala pelos seus executores. Foram praticamente dez (10) anos de muita luta e resistência dos camponeses que desde o início, acreditaram que só unidos poderiam vencer a batalha, evitando que fossem mais uma vez expropriados e expulsos das suas terras.Esta é uma das maiores vitórias para os movimentos socioterritoriais moçambicanos nesta primeira metade do século XXI. A interrupção definitiva do ProSAVANA, cujos atores e interesses

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

eram múltiplos, complexos e interconectados, simbolizou um *golpe* retumbante ao capital financeiro de matriz neoliberal, que pretendia garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global espoliando, expropriando e expulsando os camponeses das suas terras, apropriando e privatizando outros recursos naturais (água, florestas, biodiversidade, etc.), destruindo-os e contaminando-os, inclusive em nome do desenvolvimento.

É, portanto, um motivo de orgulho para os movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, os que continuaram filiados a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», pois, em tempos de crise estrutural do capital como estes que a humanidade vivencia, é extremamente difícil barrar um programa que aglutinava interesses do capital financeiro como o ProSAVANA que procurava garantir a sua acumulação e reprodução ampliada. Foi apenas o "término do ProSAVANA", mas não dos interesses do capitalismo financeiro global, visando tramar a monopolização do território para garantir a acumulação e reprodução ampliada na base de produção de *commodities* para a exportação. Uma vez que os interesses do capitalismo financeiro continuam em alta em Moçambique, acarinhados e protegidos pelo Estado, é importante que os movimentos socioterritoriais moçambicanos continuem em alerta e estejam de olhos abertos, pois, o ProSAVANA pode voltar disfarçado com outro nome, mas com a mesma racionalidade econômica.

Significa que embora os movimentos socioterritoriais moçambicanos com o apoio solidário dos brasileiros e japoneses tenham conseguido interromper definitivamente a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, ainda há muitos desafios pela frente. Um dos maiores desafios dos movimentos socioterritoriais moçambicanos após o término do ProSAVANA, passa por elaborar um plano de desenvolvimento nacional alternativo ao que tem sido apresentado pelos governos sucessivos da FRELIMO, no qual possam mostrar um claro rompimento com as práticas neo extrativistas, enfim, com programas agrícolas, cujo modelo de produção se baseia no agronegócio.

Referências

AGUIAR, Diana & PACHECO, Maria Emília (Orgs). **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**. FASE/Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique**. Dissertação [Mestrado em Geografia], UFGD, Dourados/MS, 2017.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

_____. Projetos de dominação e resistências camponesas: o caso do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. In: **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**, p. 1416-1435, Dourados, 2018.

_____. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para acompreensão da geopolítica da questão agrária na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019a.

_____. O avanço da fronteira agrícola brasileira e na nova (des)ordem no rural moçambicano: uma análise a partir do ProSAVANA. **Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania** – vol.3 – n.2 – p.133-158, 2019b.

_____. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique.** Tese (Doutorado em Geografia), Dourados/MS, 2020a.

_____. ProSAVANA (re)visitado: neocolonialismo agrário e a fracassada tentativa de monopolização do território em Moçambique. In: MORETTI, E. C. (Org). **Olhares geográficos:** a produção social da natureza. 1ª edição; TotalBooks, p. 246-283, 2020b.

_____. A presença brasileira na agricultura moçambicana e os paradigmas do modelo agrário em questão. **Revista GeoUERJ**, v, n.37, Rio de Janeiro, 2020c.

CLEMENTS, Elizabeth Alice & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. OR. OMR, Maputo, 2013.

FABRINI, João Edmilson. A existência (e resistência) camponesa no Sul do Mato Grosso Sul. **Revista eletrônica da AGB**, Três Lagoas/MS, Ano 15, p. 147-173, 2019.

_____ & ROOS, Djon. *Conflitos territoriais entre campesinato e agronegóciolatifundiário*. 1ª edição; Editora Outras Expressões, São Paulo, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Ano 8, N. 6, São Paulo, 2005.

_____. A geopolítica da questão agrária mundial. **Revista NERA** - Boletim DataLuta, n. 18, Presidente Prudente, 2009.

_____ & MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Revista Lutas Sociais**. n. 11/12, 2004.

FINGERMANN, Natália N. Os mitos por trás do ProSAVANA. In: **IDeIAS (Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social)**, IESE, Maputo, 2013.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

FUNADA-CLASSEN. *S*ayaka. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: **Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann**; OMR, Maputo, 2014.

_____. Ascensão e queda do ProSAVANA: da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. In: **OMR**, OR, n° 82, Maputo, 2019.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. *Brasil/Japão:* Cooperação para o desenvolvimento dos cerrados ou estratégia capitalista de ocupação capitalista das savanas? In: **XVIII ENG**: A construção do Brasil: geografia, ação, política e democracia; São Luís/MA, 2016.

JACINTO, Rui. *A*paratos e aparências da lusofonia: Os sapatos sujos e seus labirintos. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 93-99, jan./jun. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios a multiterritorialidade. 9ª edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

MADER. Governo de Moçambique e parceiros acordam o término do ProSAVANA. Disponível em: https://www.agricultura.gov.mz/governo-de-mocambique-e-parceiros-acordam-o-termino-do-prosavana. Acesso em : 09/08/2020.

MELLO, Fátima. **O que quer o Brasil com o ProSAVANA.** 2013. Disponível: http://fase.org.br/pt/informe-e/artigos/o-que-quer-o-brasil-com-o-Prosavana/. Acesso em: 20/01/2020.

MOKAI & JVC. **Victory for peasant and civic movements! ProSAVABA officially ended.** Disponível: https://www.farmlandgrab.org.org/post/view/29758-victory-for-peasant-and-civic-movements-prosavana-offially-ended. Acesso:09/08/2020.

MORREIRA, Ruy. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedadecivil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al., (Orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora: Lamparina, p. 72-108, Rio de Janeiro, 2011

MOSCA, João & BRUNA, Natacha. **ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades**. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João & MATTOS, Regina Célia (Orgs). **Desafios da metropolização do espaço;** Editora: Consequência, p. 443-457, Rio de Janeiro, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora: Ática, São Paulo, 1993.

UNAC. **Mensagem de luta dos camponeses**, Maputo, 2017.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia.** Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: uma opção ao atual modelo social de desenvolvimento

The Environmental Education Treaty for Sustainable Societies and Global Responsibility: an option to the current social model of development

El Tratado de Educación Ambiental para Sociedades Sostenibles y Responsabilidad Global: una opción al actual modelo social de desarrollo

Anísio Gonçalves Da Silva
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil
E-mail: anisio12345@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3979-1191

Giseli Dalla Nora
Departamento de Geografia, Universidade Federal de Grosso-UFMT
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil
E-mail: giseli.nora@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8890-7832

Edson Gomes Evangelista Dalla-Nora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil
E-mail: evangelista13corintios@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2092-533X

Resumo: O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASSRG) é o documento a ser analisado. Foi elaborado pela sociedade civil em 1992. O ambiente natural, em escala global, vem sofrendo agressões há anos e de maneira sistêmica, devido ao atual modelo de sociedade e do consumo dos recursos naturais. Este trabalho almeja contribuir para a compreensão, por meio do tratado, da necessidade global de um novo modelo de sociedade. Porquanto, vicejou-se a necessidade da construção desta pesquisa pautada no referido documento, que oferece alternativas ao atual *modus vivendis* na Terra. A pesquisa bibliográfica foi a base deste trabalho. A Geografia contribui com esta pesquisa em virtude do estudo do espaço geográfico, que é um dos temas suscitados pelo referido documento. O TEASSRG visa à conscientização da necessidade de preservação do espaço na sua totalidade, pois é no âmbito do espaço vivido que o cidadão constrói sua cultura, seus valores, a partir disso, elabora consciências locais e globais. O TEASSRG está compilado em seis partes, entre elas, dezesseis princípios que apresentam como deve ser a Educação Ambiental que pode gerar melhorias para a vida no

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

planeta. Destes, enfocaram-se neste texto os cinco primeiros, apresentados como uma das possibilidades de mitigação da miserabilidade suscitada pela degradação social, ambiental e acúmulo de riquezas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Sociedade sustentável. Espaço geográfico.

Abstract: The Treaty on Environmental Education for Sustainable Societies and Global Responsibility (TEASSRG) is the document to be analyzed in this research. It was forged by civil society in 1992. The natural environment, on a global scale, has been suffering aggression for years and in a systemic way, due to the current model of society and the consumption of natural resources. This work aims to contribute to the understanding, through the treaty, of the global need for a new model of society. Therefore, the need for the construction of this research based on the referred document flourished, which offers alternatives to the current *modus vivendis* on Earth. Bibliographical research, therefore, of secondary data, was the basis of this work. Geography contributes to this research by virtue of the study of geographic space, which is one of the themes raised by that document. TEASSRG aims to raise awareness of the need to preserve space in its entirety, as it is within the scope of lived space that citizens build their culture, their values, based on this, develop local and global awareness. TEASSRG is compiled in six parts, among them, sixteen principles that present how Environmental Education should be, which can generate improvements for life on the planet. Of these, this text focused on the first five, presented as one of the possibilities for mitigating the misery caused by social and environmental degradation and the accumulation of wealth.

Keywords: Sustainable development. Sustainable society. Geographic space.

Resumen: El Tratado de Educación Ambiental para Sociedades Sostenibles y Responsabilidad Global (TEASSRG) es el documento a analizar en esta investigación. Fue elaborado por la sociedad civil en 1992. El medio natural, a escala global, viene sufriendo agresiones desde hace años y de forma sistémica, debido al actual modelo de sociedad y al consumo de los recursos naturales. Este trabajo pretende contribuir a la comprensión, a través del tratado, de la necesidad global de un nuevo modelo de sociedad. Por lo tanto, floreció la necesidad de la construcción de esta investigación a partir del referido documento, que ofrece alternativas al *modus vivendis* actual en la Tierra. La búsqueda bibliográfica, por tanto, de datos secundarios, fue la base de este trabajo. La Geografía contribuye a esta investigación en virtud del estudio del espacio geográfico, que es uno de los temas planteados por ese documento. TEASSRG pretende sensibilizar sobre la necesidad de preservar el espacio en su totalidad, ya que es en el ámbito del espacio vivido donde los ciudadanos construyen su cultura, sus valores, a partir de ello, desarrollan una conciencia local y global. TEASSRG está compilado en seis partes, entre ellas, dieciséis principios que presentan cómo debe ser la Educación Ambiental, que puede generar mejoras para la vida en el planeta. De estos, este texto se centró en los cinco primeros, presentados como una de

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

las posibilidades para mitigar la miseria provocada por la degradación social y ambiental y la acumulación de riqueza.

Palabras Clave: Desarrollo sostenible. Sociedad sostenible. Espacio geográfico.

Data de recebimento: 10/12/2023
Data de aprovação: 30/05/2024
DOI: 10.30612/riet.v4i1.17011

Introdução

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASSRG), que, conforme explica Vieira (2017), foi construído à época da realização em junho de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada RIO-92, é o documento a ser analisado como sendo um recorte do tema Educação Ambiental. Assim como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA, entendemos EA como um processo e não uma disciplina.

Entende-se que toda a vida no planeta parece de futuro incerto se continuarem a extração e o consumo dos recursos naturais e artificiais na intensidade e velocidade atuais (Bernstein, 2015), ou seja, se avançar o atual modelo de sociedade global ambientalmente insustentável (Lima, 2004), isso em termos de produção industrial e desenvolvimento econômico que está atrelado ao discurso do desenvolvimento sustentável. Portanto, faz-se relevante uma análise desse tratado, que foi construído com vistas a uma sociedade sustentável em oposição ao modelo de sociedade atual (Lagazzi; Luca, 2016), sociedade que, devido ao sistema capitalista de produção, visa ao lucro financeiro e atribui valor econômico a pessoas, à educação, ao meio ambiente, à fome, aos valores sociais, enfim, para o sistema capitalista de produção tudo tem valor econômico e potencialmente é fonte de lucros.

Entende-se que o meio ambiente global vem sofrendo agressões há muitos anos e de maneira sistêmica, e seu combustível é o modelo de sociedade baseada no consumo e no desenvolvimento tecnológico e industrial (Lagazzi; Luca, 2016). Grandes denúncias em relação à degradação ambiental nos anos 1960/1970 foram feitas, conforme explicam Sorrentino e Nunes (2020, p. 365), quando afirmam que “os impactos socioambientais já vêm sendo denunciados com alguma repercussão nos meios de comunicação desde os anos 60 do século XX. Com as mudanças climáticas e seus eventos extremos”. Além disso, segundo Krüger (2001, p. 39, grifo no original), “o primeiro relatório elaborado pelo Clube

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

de Roma (Limits to Growth, de 1972) causou enorme impacto entre a comunidade científica, por apresentar cenários catastrofistas de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época".

Diante disso, acredita-se que tais denúncias foram feitas por conta das implicações, muitas vezes desastrosas, sobre o meio ambiente global, oriundas do alto nível de desenvolvimento industrial e tecnológico.

Os relatórios do Clube de Roma que se seguiram, como o de 1974 e 1977, continuaram nessa mesma linha de denúncias e de alertas ao mundo sobre a degradação ambiental. O mais relevante disso é a desatenção às resultantes ambientais do desenvolvimento industrial e tecnológico (Krüger, 2001).

Na medida em que se ampliaram os alertas sobre a degradação do meio ambiente global e local, notícias internacionais demonstravam a assertividade das denúncias e previsões dos relatórios do Clube de Roma, em que aparecia, como motivador da degradação dos ecossistemas terrestres, o modelo de desenvolvimento que vinha sendo praticado, mas não somente deste período em diante, isso vem acontecendo desde a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX (Krüger, 2001).

Não obstante, o modelo atual de desenvolvimento baseado no sistema capitalista de produção, sustentado no lucro e na economia, em relação ao denunciado pelo Clube de Roma, parece não ter sofrido alterações. O que predomina é mesmo o sistema capitalista de produção, que apregoa o consumo e o desenvolvimento de maneira ilimitados e que não se atenta às degradações sociais e ambientais dele decorrentes (Krüger, 2001), e por ironia, o sistema que defende o consumo ilimitado é o mesmo que lega às populações menos abastadas um consumo mínimo de alimentos e muitas vezes a fome.

Sendo assim, considerando-se o atual modelo que a humanidade adota para condução da vida no planeta, de todas as vidas, e por se estar diante de grandes problemas ambientais que a própria natureza vem apresentando ao mundo por meio do surgimento de fenômenos catastróficos, como pontua Suertegaray (2003, p. 124), "problemas derivados das mudanças climáticas – o chamado aquecimento global", entre outros amplamente divulgados nas mídias informativas, é que se vislumbra a necessidade da construção desta pesquisa e de maior compreensão sobre o TEASSRG, porque ele discorre sobre alternativas ao atual modelo de desenvolvimento social.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Os objetivos deste trabalho são: contribuir para a compreensão do TEASSRG, proceder a uma reflexão sobre os princípios 1, 2, 3, 4 e 5 do TEASSRG e, à luz da Geografia, a uma análise das escalas espaciais e territoriais que contribuem com o TEASSRG.

Metodologia

Para um melhor tratamento dos objetivos, além de uma busca de esclarecimentos acerca deste recorte sobre a temática Educação Ambiental, constatou-se a necessidade da pesquisa bibliográfica que, segundo Oliveira (2007 *apud* Almeida; Guindani; Sá-Silva, 2012, p. 5), "é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como: livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos". Os princípios 1, 2, 3, 4, 5 do TEASSRG foram escolhidos porque uma reflexão sobre eles pode contribuir para o entendimento do tratado como um todo, mas principalmente para o entendimento da extrema necessidade de que aconteça, com celeridade, uma severa mudança no atual modelo de sociedade e das relações da sociedade com o meio.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica foi a base deste trabalho, que contou com uma revisão de literatura de alguns autores de repercussão nacional da geografia como Dirce Suertegaray, Lana Cavalcanti e Milton Santos e da educação como Paulo Freire, Isabel Carvalho e Pedro Jacobi, por meio da leitura e análises de materiais como: livros físicos e digitais, artigos publicados em *sites* especializados, revistas eletrônicas, enfim, documentos selecionados nas mídias digitais e impressos. Devido ao momento de pandemia da Covid-19, período em que a pesquisa foi realizada, o meio de consulta aos textos foi majoritariamente a internet, por meio do google acadêmico cujo descritores foram "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", "TEASSRG", "crise ambiental" e "educação ambiental" onde os textos selecionados foram os mais citados na plataforma consultada.

A pesquisa apresenta um recorte da temática Educação Ambiental, que é bastante abrangente, por se tratar de um processo que, segundo Jacobi (2003, p. 197), está inserida "em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania". Diante disso, nesta pesquisa primou-se por uma análise acerca do TEASSRG, que foi criado pela sociedade civil fora da

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

pauta oficial da Rio-92 (Raymundo; Branco; Biasoli, 2018), e mais especificamente alguns dos seus princípios norteadores.

O TEASSRG

O TEASSRG, como já explicado anteriormente, é um documento elaborado pela sociedade e, conforme Dalla-Nora (2018, p. 52), o tratado surgiu no âmbito da "Jornada Internacional de Educação Ambiental – evento do Fórum Global que aconteceu paralelo à Rio-92". Esse documento externa a importância internacional para a construção de uma nova forma de se lidar com o meio ambiente, porque ele foi, segundo Viezzer (2004 *apud* LAGAZZI; LUCA, 2016, p. 153), "construído com a participação de mais de 1300 Ongs, com atuação em 108 países. [...] está ao lado de outros tratados que também foram ali construído", no entanto o mais importante é o TEASSRG que, nas palavras de Lagazzi e Luca (2016, p. 153), é "[...] considerado um documento referência para a política pública federal de educação ambiental," portanto é um dos norteadores do sistema de Educação Ambiental brasileira.

Este documento discute, de acordo com Viezer e Ovalles (1994, p. 29, *apud* BONOTTO, 2008, p. 298), "valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica", é um documento que apregoa a transformação da atual sociedade, que é consumista, para uma que seja sustentável. Os dezesseis princípios do tratado, segundo Manzochi (1994, p. 309, *apud* BONOTTO, 2008, p. 298), estão ligados, principalmente a duas nuances de processos relacionais da vida humana: "uma, da relação dos seres humanos entre si; a outra, da relação dos seres humanos com os outros seres com os quais compartilham o planeta". Os autores entendem que o TEASSRG é uma ferramenta de preservação e conservação do ambiente global, para que as futuras gerações tenham um planeta mais saudável, mais conservado e nos processos humanos mais equidade, mais respeito e mais amor pela vida, por todas as vidas (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992).

Pelo TEASSRG vislumbra-se a uma sociedade verdadeiramente sustentável, e por isso refuta-se o sistema de desenvolvimento sustentável, que propicia a manutenção de um

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

sistema consumista (LAGAZZI; LUCA, 2016), (KRÜGER, 2001). E para o enfrentamento disso, o documento apregoa uma nova maneira de se reproduzir a vida humana na Terra.

Assim, mudanças no atual modelo de sociedade terão muito mais força para acontecer se forem pela educação. Nesse sentido o TEASSRG tem grande importância, pois proporcionou inovações e modificações nas leis e na Educação Ambiental no Brasil (DALLA-NORA; PENHA, 2014).

Análise do TEASSRG: implicações e atualidade do tratado

O TEASSRG está estruturado em seis capítulos ou partes. Na primeira parte do texto, há uma introdução; na segunda, os 16 princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global; na terceira parte aparece um plano de ação detalhado; na quarta um sistema de monitoramento e avaliação; na quinta expôs-se um rol de envolvidos e na sexta, discute-se sobre os recursos a serem empregados nas ações transformadoras (LUCA, 2013).

Na introdução, o TEASSRG apresenta como tema principal a educação e afirma ser por meio dela que se poderá alcançar a transformação social necessária, partindo do atual modelo altamente consumidor e chegando a um modelo de sociedade sustentável. Assim sendo, entende-se o processo educativo como uma ação humana por excelência, portanto a ação social é um dos pilares dessa introdução e, por conseguinte, do tratado na sua totalidade (LUCA, 2013).

No quadro 1 apresentam-se os dezesseis princípios do TEASSRG.

Quadro 1 – Princípios do TEASSRG

Princípio 1	A educação é um direito de todos.
Princípio 2	A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
Princípio 3	A educação ambiental tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
Princípio 4	A educação ambiental não é neutra, e sim ideológica, constituindo-se como ato político.
Princípio 5	A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, com enfoque interdisciplinar na relação entre ser humano, natureza e universo.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Princípio 6	A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos.
Princípio 7	A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico.
Princípio 8	A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
Princípio 9	A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica.
Princípio 10	A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
Princípio 11	A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento.
Princípio 12	A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas para trabalharem conflitos de forma justa e humana.
Princípio 13	A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, visando a criar novos modos de vida que atendam às necessidades básicas de todos.
Princípio 14	A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa, que devem se comprometer com o interesse de toda a sociedade.
Princípio 15	A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações.
Princípio 16	A educação ambiental deve contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ética sobre todas as formas de vida, com as quais compartilhamos este planeta, respeitando seus ciclos vitais e impondo limites à exploração das demais formas de vida pelos humanos.

Fonte: TEASSRG, 1992.

Esses dezesseis princípios teorizam o que vem a ser a Educação Ambiental que é defendida no tratado, e que se fazem necessários porque na atualidade o que se tem no planeta é uma grande crise social e ambiental. Embora reconhecemos as diversas visões do que seja educação ambiental, acreditamos na EA construída pelo tratado que nas palavras de Luca (2013, p. 24), "a EA dita pelo Tratado aqui está em oposição à EA apolítica, que

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

desvincula história e condições de produção e dá suporte para políticas desenvolvimentistas". Portanto, a Educação Ambiental defendida e praticada pelo setor industrial, econômico e político neoliberal representa a Educação Ambiental a qual o tratado se opõe (LAGAZZI; LUCA, 2016).

O TEASSRG apregoa uma transformação profunda no atual modelo de sociedade. Na sequência dos dezesseis princípios, têm-se as sugestões de como praticar a Educação Ambiental que verdadeiramente possa contribuir com a criação, pela ação humana, de uma sociedade global sustentável. Trata-se do plano de ação do TEASSRG, que aponta, ainda, alguns temas da Educação Ambiental que podem contribuir com tal transformação social (LUCA, 2013).

É pela ação social que o TEASSRG defende transformações em prol de um planeta ecologicamente mais equilibrado. Tais ações devem ser monitoradas e avaliadas, e a justificativa da necessidade das avaliações está na quarta parte do tratado, e na quinta, o tratado descreve os grupos que devem ser envolvidos nas ações de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis, como Organizações Não Governamentais (ONGs), cientistas, educadores, grupos religiosos e governos, mas acentua que o mais importante é o comprometimento com as transformações sociais necessárias à preservação de todas as vidas do planeta (LUCA, 2013).

Por fim, o tratado apresenta uma seção para tratar dos recursos necessários às ações que visem a mudanças no modo de vida consumista que ora prevalece. Segundo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992, p. 5):

> Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem a: Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhora do ambiente de vida. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de educação ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de ONGs e movimentos sociais.

Portanto, as mudanças sociais que o TEASSRG propõe não aconteceram apenas diante das importantíssimas ações humanas, dedicação, empenho e vontade das pessoas envolvidas, há, por consequência, necessidade de aporte financeiro e vontade política de governos.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Educação Ambiental no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

O Estado brasileiro, pela Lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "institui a Política Nacional de Educação Ambiental" (BRASIL, 1999), cuja construção tem como um dos seus norteadores o TEASSRG, apresenta a seguinte definição de Educação Ambiental:

> Art. 1° Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Esse conceito de Educação Ambiental é notadamente amplo e, por conseguinte, seus objetivos também o são, portanto, para alcançá-los, entende-se que carece de muito esforço, dedicação e empenho de todos, ONGs, governos, indivíduos e comunidades, empresas, associações, dentre outros. Diante dessa amplidão de envolvidos, é notório que interesses, modais de atuação e amplitude das ações, sejam diversos e diversificados, mas sempre devem visar à manutenção da vida no planeta com equilíbrio socioambiental e com saúde para todos os viventes (BERNSTEIN, 2015).

Contudo, muitos pensadores da Educação Ambiental defendem o desenvolvimento sustentável, ainda que ele seja um discurso do neoliberalismo notadamente industrial e comercial (LUCA, 2013), e primam, ainda, por uma sociedade de consumo e o sistema econômico do mundo capitalista. De outro lado, há os que defendem a manutenção da vida no planeta, em especial ambientalistas que lutam por uma sociedade sustentável e modos de vida mais equilibrados nas relações sociedade-natureza. O discurso desse segundo grupo consta no TEASSRG (LAGAZZI; LUCA, 2016).

Mesmo diante de muitas divergências em relação ao que é e como praticar a Educação Ambiental, e que as responsabilidades em relação à Educação Ambiental de cada pessoa, grupo ou sistemas da educação também são distintas, as ações de todos devem estar direcionadas para uma melhor conservação ambiental global (BERNSTEIN, 2015). Sendo assim, o TEASSRG advoga em prol de ações em conjunto em uma perspectiva multidisciplinar.

Ainda sobre as responsabilidades para com a conservação ambiental global, especificamente às ONGs cabe o dever de promover educação ambiental não formal a todos.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

As empresas e sindicatos devem estar atentos aos impactos da produção industrial sobre o meio ambiente local e global, e à sociedade como um todo cabe uma constante vigilância voltada à prevenção ambiental, além da identificação e solução dos problemas ambientais (BERNSTEIN, 2015).

Importa acentuar que pelo advento da conferência Rio-92, mais precisamente do encontro das ONGs que ocorreu paralelamente a esta conferência, a educação ambiental no Brasil passou a vivenciar alguns avanços importantes por meio de ações do Congresso Nacional e órgãos de governo, notadamente para os meios formais de ensino, porque, segundo Dalla-Nora e Penha (2014, p. 2) é a partir da Rio-92 que "a Educação Ambiental se fortalece e passa a ser inserida nas leis e diretrizes que regem a educação brasileira". Toda a sociedade brasileira pode contribuir com esses avanços mediante a constante vigilância quanto à aplicação, ampliação e revisão dessas leis, e a partir do próprio TEASSRG têm-se as coordenadas para isso.

O modelo de sociedade consumista e predatória que se tem na atualidade parece ser o mesmo desde o final da Guerra Fria, ocorrida no último quartel do século XX (BRANCO; LUCCI; MENDONÇA, 2016). Nessa perspectiva, mudanças estruturantes no atual modelo de sociedade ainda não aconteceram, ou vêm sendo insuficientes para o enfrentamento à degradação ambiental local e global. Sendo assim, acredita-se que o TEASSRG se constitui uma ferramenta viável à minimização, ou mesmo à extinção dos impactos negativos do desenvolvimento sustentável e de outros problemas ambientais a serem resolvidos pelos humanos. E isso se dará pela educação ambiental, tal como postula o referido documento.

Mas qual é o tipo de Educação Ambiental que o TEASSRG defende? Para Lagazzi e Luca (2016, p. 156), a "EA dita pelo Tratado está vinculada a processos sócio-históricos e se opõe à EA desenvolvimentista, que tem a direção de manter o status quo" logicamente de uma sociedade insustentável. Portanto, opõe-se ao modo de vida capitalista, economicista e desenvolvimentista da atual sociedade de consumo (LAGAZZI; LUCA, 2016).

O TEASSRG defende a criação de um novo modelo de sociedade e apresenta os caminhos para se chegar a uma sociedade mais equilibrada, que proteja o meio ambiente global das degradações que vêm sofrendo continuamente em nome do desenvolvimento. Tais cominhos estão apresentados nos princípios, os quais têm como ponto de partida a educação, respaldada na temática ambiental.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Princípio 1 - A educação é um direito de todos

Por meio da educação é que se aprende, todavia ninguém aprende sozinho, mas por meio das relações. Assim cada indivíduo é aprendiz e mestre ao mesmo tempo, posto que a humanidade também constrói educação pelas interações não só entre pessoas, como também entre as coisas que as rodeiam, bem como o meio ambiente global e local (FREITAS, 2017). E é nessa linha que segue o TEASSRG.

A educação, que é direito de todos, se efetivará quando ofertada realmente a todos, e pensada em sua forma mais ampla possível, notadamente nos modais formais e informais. Mais que isso, educação deve abranger todas as etnias, todas as crenças, enfim todas as nações do planeta. Contrariando a ordem que parece vigente, deve ser distribuída no planeta de maneira equitativa, mas sem nunca a pensar como um objeto ou uma mercadoria e sim como uma ação humana feita para humanos, pois seu papel é o de transformar sociedades (JACOBI, 2003).

Sobre a educação, que deve ser universal, Jacobi (2003, p. 196) afirma que "o seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona a sociedade, a natureza e o universo", portanto uma abrangência socioambiental global é foco central desse princípio. Carece ainda que ela exista para todos em suas inúmeras formas, assim poderá ser verdadeiramente universal e, por isso, de fácil acesso a todos. Para que a educação possa se fazer uma ferramenta de transformação social, faz-se necessária a superação do modo de vida que se tem atualmente. A educação deve, consequentemente, ser alcançada, praticada e compartilhada por todos (JACOBI, 2003).

Por ocasião da Rio-92, foram debatidos alguns temas da educação e um deles alheio à pauta oficial do evento foi o TEASSRG (RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018), mas pouco adiantará se o acesso à educação de qualidade, especialmente formal ficar restrito àqueles que dispuserem de aporte financeiro para acessá-la. Importa que todas as nações, povos, associações pratiquem a educação como direito de todos e por todos, nas escolas, nos grupos sociais, enfim, no meio em que estiverem vivendo (JACOBI, 2003). É necessário, por isso, que a educação faça parte da vida de todos os humanos, porque eles podem, pela educação, forjar um mundo melhor para todos os viventes do planeta, mas para isso, o atual modelo de sociedade humana predomina entre as nações, que é homocêntrica, deve ser substituído pelo modelo de sociedade sustentável que é defendida no TEASSRG de 1992.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

No primeiro princípio, o TEASSRG defende que a educação deve ser de acesso a todas as pessoas, e como visto, sem distinção de grupos ou classes sociais. Esse é o único princípio do TEASSRG em que o tema central é a educação, portanto educação em sua forma mais abrangente, englobando todas as suas possíveis formas e seus fins. Nos outros princípios, como se pode observar por intermédio dos princípios 2, 3, 4, 5, a temática é mais específica, tratando-se de Educação Ambiental. Entretanto, entende-se que educação e Educação Ambiental se entrelaçam, formando um só conjunto de recursos para a preservação do planeta e manutenção de seus habitantes.

Princípio 2 – A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, promovendo a transformação e a construção da sociedade

Este segundo princípio discute a transformação da sociedade vigente. E o caminho sugerido é o pensamento crítico frente às ações humanas na Terra. Em razão de o pensamento crítico ser a base desse princípio, importa que se compreenda o conceito de pensamento crítico. E pode-se enfrentá-lo das seguintes formas: pensamento crítico é aquele que se baseia em critérios claros, avalia as coisas sob a ótica da razão, está relacionado ao processo de investigação intencional e dirigida, é um processo cognitivo que visa a aumentar as chances de não errar nas decisões (TENREIRO-VIEIRA; VIEIRA 2013). Para Ennis e Norris (1989 *apud* TENREIRO-VIEIRA; VIEIRA, 2013, p. 182),

> o pensamento crítico envolve a resolução de problemas e a tomada de decisão, pois o pensamento crítico ocorre num contexto de resolução de problemas e/ou num contexto de interacção com os outros, a fim de decidir, racionalmente, o que fazer ou em que acreditar.

Sendo assim, pode-se advogar que o pensamento crítico deve estar na base de formação de cada cidadão, para que se possa chegar a uma sociedade que saiba avaliar as suas ações e refletir sobre elas.

Neste segundo princípio, acentua-se a ideia da construção de um novo modelo de sociedade, um novo paradigma que engendre transformações profundas no modelo vigente. Ainda, observa-se nele explícito um dos meios possíveis de se operacionalizar tais transformações, que é pela ação humana calcada no pensamento crítico e inovador. Pensamento crítico, nas palavras de Jacobi (2005, p. 243), reflete-se em um pensamento capaz de ser “criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro,

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global". Portanto, o pensamento crítico na Educação Ambiental demanda um posicionamento ético-político (JACOBI, 2005). Isto posto, vislumbra-se aqui um pensamento que visa à formação de uma sociedade global que tenha mais autonomia e liberdade nas suas decisões.

Compreendido o conceito de pensamento crítico, importa, na redoma desse segundo princípio, entender também duas nuances importantes da Educação Ambiental que estão postas no TEASSRG: a primeira, a transformação da sociedade apregoada pelo TEASSRG, denota uma transformação também no entendimento e no trato com a Educação Ambiental (LAGAZZI; LUCA, 2016). Pois, antes do fórum das ONGs em que foi elaborado esse tratado no período da Rio-92, a Educação Ambiental já era discutida com expressividade, mas principalmente pelos governos e empresas defensores do processo neoliberal de desenvolvimento econômico (LAGAZZI; LUCA, 2016). A segunda, que a Educação Ambiental defendida pelo referido documento prima por fins ecológicos de manutenção da vida no planeta (LAGAZZI; LUCA, 2016), ao contrário da Educação Ambiental do sistema capitalista e desenvolvimentista, que apenas justifica os impactos ambientalmente negativos da produção industrial e da sociedade de consumo.

Para além de apenas sociedades humanas, todas as comunidades da biota terrestre são dinâmicas. Diante disso, a construção deste segundo princípio foi bastante importante por haver incluído a temática inovação, que remete a pensar em formas diferentes de se fazer Educação Ambiental a cada momento em que se está vivendo. As agressões que os meios biótico e abiótico sofrem por parte da atual sociedade, que se ancora no consumo extremo, e por isso é predatória, podem ter intensidades e formas diferentes em tempos distintos. Segundo Martins e Oliveira (2015, p. 129),

> como exemplo de ações antrópicas destrutivas, está a destruição de habitats naturais; introdução de espécies exóticas e invasoras; exploração excessiva de espécies animais e vegetais; caça e pesca sem critérios; tráfico de fauna e flora silvestre; poluição das águas e atmosfera; ampliação desordenada das fronteiras agropecuárias; crescimento da população humana; industrialização; urbanização e mudanças climáticas.

Nesse contexto, faz-se urgente modificar e inovar as formas de se fazer Educação Ambiental para fins de transformação de sociedades. Este segundo princípio também

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

provoca a necessidade de se frear a degradação ambiental, que é promovida sobretudo pelo modelo de sociedade consumista e homocêntrica que parece reinar absoluta no globo. Portanto, é imprescindível que se operem transformações profundas nas sociedades atuais, a fim de que se possam construir sociedades que verdadeiramente pratiquem a conservação ambiental e reproduzam a vida no planeta de maneira mais justa ante todos os viventes.

Essa transformação deve abarcar todo o planeta por meio de ações humanas de dimensões tanto globais como locais, para que os benefícios de um novo modelo de vida humana não contemplem apenas alguns grupos sociais com suas lavouras, suas fábricas, seus bancos, mas a todos. Até porque todos são naturais da Terra e o planeta se constitui de um sistema indissociável e interdependente (SUERTEGARAY, 2003). Todavia, está faltando para muitos grupos de humanos, pela educação ambiental, conscientizar-se disso.

Princípio 3 – A educação ambiental tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações

É no âmbito do espaço vivido que o cidadão constrói sua cultura, seus valores e a partir disso ele constrói uma consciência local, que é o primeiro passo para a consciência global. Nesse sentido e, considerando a Geografia escolar, por mais que o lugar não seja abrangente, ele é o cotidiano vivido e ferramenta fundamental para uma visão global de Mundo (CAVALCANTI, 2012).

A Geografia, principalmente escolar, contribui para o entendimento desse princípio, na medida em que sua prática educativa deve visar à formação de cidadãos conscientes do meio em que se inserem nas escalas local e global. No entanto, essa é uma concepção de educação geográfica recente, pois a Geografia escolar que era praticada, notadamente, a partir da ditadura de 64, era uma Geografia que valorizava o global em detrimento ao local, e isso ainda acontece (CAVALCANTI, 2012), contudo se acredita que na atualidade em menor grau.

O modelo de Educação Ambiental que não contribui com esse princípio, portanto, carece de revisão, é a que valoriza apenas a cultura e o modo de se fazer e conduzir sociedades internacionalizadas pelas nações economicamente dominantes em detrimento de culturas, de formas de se conduzir sociedades e a soberania dos povos e nações de menor

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

poderio econômico. Isso acontece por conta de um processo específico, o processo de mundialização/globalização (SANTOS, 1994).

Nesse mesmo sentido a educação ambiental que não contribui com a formação de cidadãos conscientes do espaço vivido é, conforme explica Cavalcanti (2012, p. 90), aquela que prioriza "fenômenos ocorridos nas diversas e mais longínquas coordenadas geográficas do planeta, sem dar a importância devida ao estudo do lugar, ou seja, do espaço visível e vivenciado". E a Geografia escolar vem superando isso, portanto a Educação Ambiental também pode e deve praticar esse processo de superação. Diante disso, convém esclarecer que a conscientização social global da importância de se manter saudáveis relações com o espaço vivido é condição imprescindível para que as pessoas e grupos possam vislumbrar tomadas de decisões em relação às suas ações sobre o meio com sabedoria e respeito (CAVALCANTI, 2012).

Entende-se que a consciência espacial local e global é importante na formação de uma sociedade mais crítica pela educação escolar (CAVALCANTI, 2012). Nesse sentido, tanto a Educação Ambiental quanto a Geografia escolar não podem estar restritas ao que é local ou ao que é global, mas ir além, abarcar o todo. Segundo Santos (1994, p. 90, grifo no original), "o TODO se dá realmente, objetivamente, empiricamente através dos aconteceres particulares". Portanto, um cidadão consciente do espaço na sua totalidade, é aquele que tem visão do todo, entretanto pela leitura do local, ou seja, pela leitura crítica de seus próprios atos e dos acontecimentos que o rodeiam, considera as grandezas local e global, como indissociáveis, como elos de uma corrente.

Na atualidade, devido à moderna globalização, acontece uma homogeneização do espaço como uma forma de tornar menos relevante o que é local (SANTOS, 1994), mais especificamente, as culturas locais, os saberes locais, a agricultura familiar, o respeito ao meio ambiente praticado por comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas. Ao mesmo tempo, por meio da atual sociedade globalizada privilegiam-se o que é mundializado. Sendo assim, o que acontece é uma severa diminuição da importância do espaço vivido, da liberdade e da autodeterminação de uma parcela dos grupos sociais (SANTOS, 1994), notadamente os grupos menos abastados.

Desse modo, quando a atual sociedade globalizada valoriza, por aceitação consciente ou imposição, o que é mundializado e globalizado, logicamente em detrimento da soberania,

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

do poder de decisão de inúmeras nações, e em detrimento ainda da autodeterminação e da liberdade dos povos, perdem ecologicamente e socialmente ambos, indivíduo e coletivo em âmbitos local e global.

Assim, este terceiro princípio pode ser visto como um pedido da educação ambiental para que se construam e se coloquem em prática projetos que proporcionem mudanças nas ações predatórias da humanidade sobre o meio ambiente global, porque o modelo de desenvolvimento econômico e de condução das políticas globais, segundo Lima (2004, p. 104), na atualidade "é insustentável", por isso carece de mudanças.

Nesse sentido, nota-se que um dos pilares deste terceiro princípio é contribuir na formação de cidadãos capazes de praticar, junto às suas comunidades, atitudes voltadas para um combate efetivo ao atual sistema de reprodução da vida humana na Terra, que é baseada no desenvolvimento sustentável, visa, portanto, a uma nova sociedade global, que seja verdadeiramente sustentável, em que todos possam se manifestar politicamente e defender aquilo em que acreditam na tentativa de perpetuar a vida na Terra.

Princípio 4 – A educação ambiental não é neutra, e sim ideológica, constituindo-se como ato político

Nenhuma educação é neutra, até mesmo aqueles que fazem a Educação e dizem ser neutros, apregoando que seus atos são puramente técnicos, ou estão querendo dissimular aquilo em que acreditam, ou impor ocultamente seus ideais a outros (FREIRE, 1996). O professor Paulo Freire não criou um tipo de educação ideológica e política, apenas constatou que educação é ideológica e política. Freire (1996 p. 69, grifo nosso) afirma que:

> Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social. [...] Era preciso que não houvesse, em nosso caso, por exemplo, nenhuma divergência em face da fome e da miséria no Brasil e no mundo; [...] Era preciso também que houvesse unanimidade na forma de enfrentá-las para superá-las. [...] Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano.

Sendo assim, este é um princípio que pode até não agradar às elites políticas mundo afora, tendo em vista que o enfrentamento a essas elites se faz necessário para que se possam construir sociedades mais livres, importa ainda, que comunidades externem e pratiquem seus ideais de Educação Ambiental. Sociedades que apenas obedecem e servem a seus

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

governantes não criam, não inovam e não defendem ninguém ou nada, portanto esse tipo sociedade precisa de ser revisto. Este princípio desperta o posicionamento das comunidades e dos indivíduos diante das questões ambientais e da condição social vivida, no local e no global, porque educação ambiental é um processo amplamente político. (CARVALHO, 2001)

É o Estado, mesmo que democrático, que dita quem fica com os lucros e quem fica com o ônus da ação humana sobre o meio, consequentemente, não quer nisso a participação popular, ou seja, não quer que nações, grupos sociais e pessoas se posicionem politicamente nas questões ambientais, mas as sociedades não são harmônicas, são reivindicadoras de suas distintas necessidades e anseios. No modelo de sociedade ora vigente, uns poucos têm muito mais poder de decisão sobre a transformação do meio e, portanto, na forja de seus futuros, enquanto do outro lado, o que existe é, "a não-participação da quase totalidade das pessoas na construção de seu futuro" (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992). Diante disso, as elites políticas, econômicas e financeiras mundo afora, principalmente políticos ditadores, não querem ver esse princípio prosperar.

Este princípio defende um processo de gestão ambiental multidisciplinar, com participação de muitas pessoas, além de que ele sugere desenvolvimento de habilidades por parte das sociedades, visando à reprodução da vida pela participação de todos nos processos decisórios (QUINTAS, 2004). Sugere ainda posicionamento crítico por parte de toda a sociedade global, e posicionar-se politicamente não é tarefa fácil, porque requer, muitas vezes, enfrentamentos.

Nesse sentido, em entrevista concedida a Ieda Maria Duval de Freitas, a pesquisadora de educação ambiental, Moema Viezzer, fez um relato acerca do que vivenciou durante o período da construção intelectual do TEASSRG na época de seu forjamento na Rio-92, que foi transcrito por Freitas (2017, p. 177, grifo no original):

> [...] claro, você tinha o Omar Ovalles que dizia: todo es política, o que hacemos [...] eu lembro que o que ficou forte para nós foi o depoimento de uma paquistanesa, ela disse: 'tenho que me cuidar muito, estou aqui já com bastante cuidado, mas se eu chego lá e sabem que eu assinei um documento no qual se diz que a educação é ato político eu vou para a cadeia, porque lá prendem qualquer pessoa que fala em política.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Portanto, pode-se dizer que este é o princípio do enfrentamento e do levante, mas não só para paquistaneses, pois esse tratado é global. E, para além de um só princípio, Luca (2013, p. 22) afirma que "o Tratado de EA foi construído num determinado contexto que buscou legitimação de um discurso de oposição". Notadamente, oposição à ordem do discurso empresarial, governamental e neoliberal vigentes, o mesmo discurso que na atualidade defende o desenvolvimento sustentável como forma viável de se reproduzir a vida no planeta. Nessa perspectiva, importa esclarecer que o TEASSRG apregoa que toda forma de vida do planeta deve ser respeitada e que a educação ambiental é essencialmente política e deve ser, por todos, praticada, reinventada e distribuída (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992). Quando oportuno, a forma atual de se fazer Educação Ambiental~~,~~ (excluir) deve ser contestada, porque Educação Ambiental não se faz de partes isoladas, mas de um todo voltado a um fim comum. Envolve, pois, muitas perspectivas distintas em cada tempo e local onde ela é praticada. Assim sendo, constitui erro fazer da Educação Ambiental uma coisa padronizada e aceita igualmente em tempos e locais distintos.

Princípio 5 – A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, com enfoque interdisciplinar na relação entre ser humano, natureza e universo

A Geografia também contribui no entendimento deste quinto princípio, por se tratar de uma ciência que é interdisciplinar por excelência. Uma de suas grandezas de análise e estudo é o espaço geográfico, que não pode ser pensado isoladamente (SANTOS, 2006), pois ele é, nas palavras de Suertegaray (2003, p. 48-49), "um todo uno e múltiplo aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos como paisagem, região, território, lugar, redes e ambiente". Desse modo, essa nuance de estudo da Geografia tem conceito holístico e interdisciplinar, igualando-se ao que apregoa este quinto princípio. Ainda, Suertegaray (2003, p. 51) explica que "interdisciplinaridade é uma prática coletiva, surge da organização em grupo, hoje em rede, e tem como objetivo a busca da compreensão/explicação de um problema formulado pelo conjunto dos investigadores".

Essa é, em virtude do exposto, uma leitura da interdisciplinaridade que está aparente na Geografia, e é pela via da interdisciplinaridade que o TEASSRG corrobora transformações no modo de se conduzir a vida no planeta e a construção de um novo modelo

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

de sociedade global, além de mudanças urgentes em relação à convivência entre a sociedade e a natureza, que na atualidade se trata de uma relação homocêntrica.

Isso porque as boas relações entre humanos e natureza parecem não existir quando se pensa em economia e desenvolvimento sustentável. Este quinto princípio reafirma o posicionamento do TEASSRG, que se opõe ao modelo capitalista de desenvolvimento, que, em nome do crescimento econômico e industrial, acaba por não se atentar aos efeitos colaterais, muitas vezes devastadores, dos ecossistemas que são essenciais para a vida na Terra. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não divide espaço com a preservação dos ecossistemas, consequentemente, com a preservação do meio ambiente global que, em última instância, é um todo coeso chamado Terra (FERNANDES; SAMPAIO, 2008). O desenvolvimento econômico, na seara do capitalismo, embora importante para a vida moderna e tecnológica da atual sociedade de consumo, não é equilibrado (FERNANDES; SAMPAIO, 2008), tampouco socialmente justo ou ambientalmente sustentável, conforme veio sendo matizado ao longo deste texto.

No mundo capitalista parece não existir uma perspectiva holística, nem saudáveis relações entre o ser humano e a natureza, quando se discute economia ou desenvolvimento sustentável. Assim, não se levam em consideração as resultantes, na maioria das vezes desastrosas, das práticas humanas voltadas ao economicismo e ao desenvolvimentismo, que ao longo dos últimos cinquenta anos proporcionam grandes avanços tecnológicos, sobretudo industriais e financeiros para a humanidade, ou pelo menos para parte dela, mas a inobservância a essas resultantes gerou degradações à natureza e ao meio ambiente global de grande monta (KRÜGER, 2001).

Isso se dá pela ausência de uma visão do todo nas relações sociedade-natureza e se origina aí grande degradação não somente ambiental, mas também social, prejudicando pessoas e coisas. Nesse sentido, Fernandes e Sampaio (2008, p. 89) advogam que "[...] a raiz de grande parte dos problemas hoje vividos é ao mesmo tempo causa e consequência da crise de valores e moral ocasionada pelo predomínio de valores fragmentados e não ecológicos". E como enfrentamento a isso, o TEASSRG transporta ao debate ambiental a perspectiva de uma visão que considere o todo e que seja multidisciplinar e multifocal nas relações.

Portanto, pelo quinto princípio fica claro que não pode haver separação entre sociedade e natureza no momento em que se colocam em prática as alterações na

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

paisagem natural, em nome do desenvolvimento mesmo que sustentável, pois conforme Suertegaray (2003, p. 45), na perspectiva de uma leitura geográfica de mundo, "o homem é natureza". Logo, as agressões ao meio ambiente global geram concomitantemente degradações sociais e ambientais.

Considerações finais

O sistema de produção capitalista consegue transformar tudo em mercadorias, portanto para esse sistema, que deve ser extinto, o alimento não é uma necessidade básica dos humanos, mas uma fonte de renda para o bem dos detentores do poder econômico. Na atualidade, a maior parte do alimento produzido no mundo é de acesso apenas àqueles que dispuserem de recursos financeiros para obtê-los, o restante da população fica com as sobras muitas vezes recolhidas em lixões.

E para o combate à famigerada fome no mundo, a contribuição do desenvolvimento sustentável foi altamente seletiva e pode ser vista por meio da cartografia em um mapa, onde, no macro, algumas nações não foram representadas, em boa medida, foram excluídas de acesso aos benefícios gerados pelo sistema de desenvolvimento sustentável e, por isso, lançadas à total degradação humana.

As soluções aos problemas ambientais globais e locais ainda não estão prontas, no entanto se poderia contribuir com a manutenção, quiçá perpetuação, das vidas animal e vegetal da Terra, se houvesse equilíbrio nas ações humanas sobre o meio, se no uso dos recursos naturais e artificiais do planeta houvesse algum tipo de limite, se na exploração humana as demais vidas do planeta. Essas são algumas nuances da vida humana que são defendidas pelo TEASSRG e ignoradas pelo sistema do desenvolvimento sustentável.

Verificou-se nesta pesquisa que o TEASSRG apresenta ao mundo, por meio do modelo de educação ambiental que advoga e por seus respectivos princípios, os possíveis caminhos para a construção de um outro modelo de sociedade planetária, um modelo de sociedade que garanta acesso à educação formal, informal e não formal a todos, além de uma forma diferente de se fazer Educação Ambiental, que seja baseada no pensamento crítico, que propicie a todos uma consciência ambiental local e global, que seja política, que esteja baseada na visão holística e seja interdisciplinar, que construa na sociedade o respeito a todas as formas de vida, enfim, que promova a construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Em face do exposto, entende-se que, neste momento da existência humana na Terra, profundas revisões no atual modal de sociedade, que é consumista e predadora, precisa acontecer para poder-se-á acreditar em dias melhores para a humanidade.

Referências

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS,** [*s.l.*], n. 1, p. 1-15, jun. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/pesquisa_documental%20(3).pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

BERNSTEIN, Any. O que é e a quem cabe a responsabilidade pela educação ambiental? **Educação Pública**, jul. 2015. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/14/o-que-e-a-quem-cabe-a responsabilidade-pela-educao-ambiental. Acesso em: 28 ago. 2021.

BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. Contribuições para o trabalho com valores em educação ambiental. **Ciência & Educação**, Rio Claro, v. 14, n. 2, p. 295-306, 2008.

BRANCO, Anselmo Lazaro; LUCCI, Elian Alabi; MENDONÇA, Cláudio. **Território e sociedade no mundo globalizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Revista_Agroecologia_parte11.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. São Paulo: Papirus, 2012.

DALLA-NORA, Giseli. **A água e a cartografia do imaginário nos climas de três territórios geográficos**. Orientadora: Michèle Sato. 2018. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa Pós-graduação em Educação, Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

DALLA-NORA, Giseli; PENHA, Andrea dos Santos. Educação Ambiental: uma análise das propostas presentes no Projeto Político Pedagógico da E. E. Leovegildo de Melo e nas Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória ES. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória ES. Disponível em:

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403892800_ARQUIVO_artigo_estagio_cbg.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

FREITAS, Eduardo de. As principais causas da fome na África. **Mundo Educação**, [2021]. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/as-principais-causas-fome-na-africa.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

FREITAS, Ieda Maria Duval. **Inovações e recorrências na matriz discursiva do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**: entre a Eco-92 e a Rio+20. Orientador: José Vicente de Freitas. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 out. 2021.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?lang=pt. Acesso em: 20 set. 2021.

KRÜGER, Eduardo L**.** Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. **Biblioteca Digital de Periódicos**, Curitiba, v. 58, n. 4, p. 37-43, jul./dez. 2001. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3038/2429. Acesso em: 10 out. 2021.

LAGAZZI, Suzy Maria; LUCA, Andrea Quirino de. Uma análise de discurso materialista do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, periódicos SBU UNICAMP, Campinas, v, 58, n 1, p. 153-166, jan./abr. 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646159/13247. Acesso em: 28 ago. 2021.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-111. Disponível em:

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/ident_eabras.pdf#page=27. Acesso em: 28 ago. 2021.

LUCA, Andréa Quirino de. **Uma análise da política pública federal de educação ambiental**. Orientador: Marcos Sorrentino. 2013. 158 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PROCAM) da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, Camila; OLIVEIRA Haydée Torres de. Biodiversidade no contexto escolar: concepções e práticas em uma perspectiva de educação ambiental crítica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental, RevBea**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 127-145, mar. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/1912-Texto%20do%20artigo-10712-1-10-20150323.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

MENDES, Fabiana. Fila dos ossos cresce em Cuiabá e famílias dormem em frente a açougue para receber doações. **Olhar Direto**, 2021. Disponível em: https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=497221&noticia=fila-dos-ossos-cresce-em-cuiaba-e-familias-dormem-em-frente-a-acougue-para-receber-doacoes-fotos-e-videos-&edicao=3. Acesso em: 17 nov. 2021.

NEIMAN, Z. TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 18, 2023. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15517. Acesso em: 18 mar. 2024)

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 113-140. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/ident_eabras.pdf#page=27. Acesso em: 28 ago. 2021.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach, BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade Global e da política nacional de educação ambiental. **Cadernos de Pesquisa**, UTP, [*s.l.*], v. 13, p. 337-358, 2018. Disponível em: https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1209. Acesso em: 28 ago. 2021.

SANTOS, Milton de Almeida. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

SANTOS, Milton de Almeida. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

SOPA CULTURAL. **Movimento Rocinha Passa Fome**. 2021. Disponível em: https://www.sopacultural.com/noticias/movimento-rocinha-passa-fome/. Acesso em: 17 nov. 2021.

SORRENTINO, Marcos; NUNES, Ernesto Luiz Marques**.** Local/Global: caminhos da (in)sustentabilidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v.4, p. 363-389, dez. 2020.

SOUSA, Rafaela. Teoria Malthusiana. **Mundo Educação**, 2021. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/teoria-malthusiana.htm. Acesso em: 04 nov. 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: Interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n. 35, p. 43-53, jan./jun. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13601. Acesso em: 15 out. 2021.

TENREIRO-VIEIRA, Celina; VIEIRA, Rui marques. Literacia e pensamento crítico: um referencial para a educação em ciências e em matemática. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 18 n. 52, p. 163-242, jan./mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GMVMV8cdGj8F4PDTdnpjxgm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2021.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

VIEIRA, Liszt. 25 anos da RIO-92 e do Fórum Global*:* relembrando bastidores. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro RJ, v. 246, n 1, jun. 2017. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=4196. Acesso em: 10 out. 2021.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

REVISTA INTERDISCIPLINAR RIET EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Interculturalidade: notas a partir de estudo com academicos Apinajé

Interculturality: notes from a study with Apinajé scholars

Interculturalidad: apuntes de un estudio con estudiosos de Apinajé

Mara Pereira da Silva
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Tocantinópolis, Tocantins, Brasil
mara.silva@ufnt.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0355-1815

Resumo: Este artigo apresenta um recorte de pesquisa de doutorado que foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras: Língua e Literatura, e teve como fonte de estudo as relações interculturais de indígenas acadêmicos Apinajé da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Assim, a intenção foi investigar as percepções dos educandos sobre suas relações interculturais no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música). Os pressupostos teóricos e metodológicos basearam-se em suas histórias de vida com a música, que permitiram trazer para o centro das discussões, as experiências de práticas musicais vivenciadas no curso em estudo, tendo como metodologia a História Oral. Os resultados apontam, que o diálogo entre indígenas e não indígenas existe, mas ainda é fragilizado, as relações continuam conflituosas. É necessário um aprimoramento para uma maior troca de experiências, pois o que percebemos é que a interculturalidade, para os indígenas, não é vista como um problema, estão sempre dispostos a trocar conhecimentos, tanto os acadêmicos como os sábios das aldeias, pois tem consciência que é o caminho para a descolonização e transformação, tendo uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Música. Interculturalidade.

Abstract: This article presents an excerpt from doctoral research that was developed in the Postgraduate Program in Letters: Language and Literature, and had as its source of study the intercultural relations of indigenous Apinajé academics at the Federal University of Northern Tocantins (UFNT). The objective of the research was to investigate students' perceptions of their intercultural relationships in the Degree in Rural Education – Languages and Codes – Arts (Visual Arts, Performing Arts and Music. The theoretical and methodological assumptions were based on their life stories with music, which allows bringing to the center the experiences of musical practices experienced in the course under study, using Oral History as a methodology. The results indicate that dialogue between indigenous and non-indigenous people exists, but is still fragile, relationships continue. There is a need for

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

improvement for a greater exchange of experiences, as what we noticed is that interculturality, for the indigenous people, is not seen as a problem, they are always willing to exchange knowledge, both academics and wise people from the villages, as they are. is aware that it is the path to decolonization and transformation, having a more just society.

Keywords: Indian people. Music. Interculturality.

Resumen: Este artículo presenta un extracto de una investigación de doctorado que se desarrolló en el Programa de Posgrado en Letras: Lengua y Literatura, y tuvo como fuente de estudio las relaciones interculturales de académicos indígenas apinajé de la Universidad Federal de Tocantins Norte (UFNT). El objetivo de la investigación fue indagar en las percepciones de los estudiantes sobre sus relaciones interculturales de la Licenciatura en Educación Rural – Lenguajes y Códigos – Artes (Artes Visuales, Artes Escénicas y Música. Los presupuestos teóricos y metodológicos se fundamentaron en sus historias de vida con música, que permite traer al centro las experiencias de prácticas musicales vividas en el curso en estudio, utilizando como metodología la Historia Oral. Los resultados indican que el diálogo entre indígenas y no indígenas existe, pero aún es frágil, las relaciones continúan. Hay una necesidad de mejora para un mayor intercambio de experiencias, ya que lo que notamos es que la interculturalidad, para los indígenas, no es vista como un problema, ellos siempre están dispuestos a intercambiar conocimientos, tanto académicos como sabios de los pueblos, así como lo son. Es consciente de que es el camino hacia la descolonización y la transformación, teniendo una sociedad más justa.

Palabras clave: Gente India. Música. Interculturalidad.

Data de recebimento: 12/12/2023
Data de aprovação: 30/05/2024
DOI: 10.30612/riet.v4i1.17134

Introdução

Este artigo refere-se a um recorte de pesquisa concluída, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras: Língua e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que teve como objetivo geral investigar as percepções dos indígenas acadêmicos Apinajé sobre suas relações interculturais na Licenciatura em Educação do Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) – Linguagens e Códigos – Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música, vinculado ao centro da UFNT de Tocantinópolis. Tomei como objetivos específicos averiguar se existe diálogo entre os sujeitos, como forma de possibilitar a troca de experiências, identificar práticas musicais contextualizadas na universidade que envolvam a cultura do povo Apinajé e verificar qual o sentido da experiência musical, vivenciada no curso, para esses alunos.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

A pesquisa teve como campo empírico os indígenas acadêmicos Apinajé da UFT que freqüentam a LEdoC – Artes, advindos de diversos períodos do curso e aldeias, e tiveram contato com as disciplinas musicais ofertadas na grade curricular. Os Apinaje são povos indigenas que vivem no norte do Brasil, na região conhecida como bico do papagaio, mais precisamente nas cidades de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins, Itaguatins, Cachoeirinha e Nazaré, as redondezas dos rios Araguaia e Tocantins.

Os caminhos metodológicos empregados para alcançar os objetivos desta pesquisa, se valeram da História oral, tendo como fonte de coleta de dados as entrevistas de história oral em ambiente virtual por meio do google meet, devido ao período pandêmico em que foi realizada.

Meihy e Ribeiro (2011, p.12) compreendem a entrevista de História Oral como sendo "[...] encontros planejados, gravados por diferentes mídias, decorrentes de projeto, exercitando de maneira dialógica, ou seja, com perguntas/estímulos e respostas". Nesse caso, as entrevistas de história oral foram decorrentes do projeto de tese, que indicou os caminhos percorridos com os colaboradores da pesquisa, em encontros agendados previamente. Os diálogos surgiram a partir de um roteiro.

A pesquisa se enquadrou dentro dos Estudos Culturais, mais especificamente em Educação, por utilizar-se de vários campos de conhecimento, tornando-se um estudo interdisciplinar (SILVA, 2013). Nos Estudos Culturais, por se tratar de uma prática cultural (CULLER, 1999), é possível abranger e incluir os estudos literários por meio de vozes das minorias, possibilitando a ampliação do cânone literário por intermédio dos saberes de várias áreas.

Ao fazer análises coletadas por meio das entrevistas de história oral parti da ideia de Zumthor (1997) que considera a voz como um acontecimento do mundo sonoro, sendo o instrumento para a contação das histórias musicais. Essas histórias foram agrupadas de forma fragmentada em torno de temas comuns, fazendo uma análise cruzada, conforme uma das propostas de Thompson (1992).

Os temas comuns foram estruturados em: perfil do entrevistado, experiências de práticas musicais no curso em que se fez presente a cultura Apinajé, relações interculturais entre indígenas e não indígenas durante o Tempo Comunidade e Universidade, sentidos e significados das atividades musicais na vida desses estudantes, Aulas na pandemia da COVID.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Nesse agrupamento surgiram temas que fugiram às estruturas apresentadas, no entanto foram mantidos para sustentação das histórias narradas. Destaco neste artigo parte da fundamentação teórica, mais especificamente da revisão bibliográfica sobre a ideia da interculturalidade e algumas análises do tema comum "relações interculturais entre indígenas e não indígenas durante o Tempo Comunidade e Universidade".

.

Refletindo sobre interculturalidade

A interculturalidade é um dos debates intelectuais e políticos da atualidade e que, no âmbito das memórias coletivas, pode ser pensado como prática decolonial a qual Walsh (2017) denomina "Interculturalidade crítica". A interculturalidade vem ganhando espaço na América Latina de forma expressiva. Nos espaços acadêmicos, sua popularidade tem acontecido por meio de publicações em revistas científicas e grupos de pesquisas.

Os autores vêm discutindo essa temática a nível nacional e internacional, expondo seus argumentos considerando vários aspectos e contextos diversificados. Para Candau (2017), desde 1990, a perspectiva intercultural vem suscitando fortes discussões no âmbito acadêmico e na sociedade em geral, tendo alcançado diferentes dimensões no âmbito político, ético, social, jurídico, epistemológico e educacional.

A interculturalidade, no continente latino-americano, segundo Candau (2017), surge na educação, mais especificamente na Educação Escolar Indígena. No entanto, atualmente tem ganhado projeção nos discursos políticos e educacionais. Para Candau, não só os indígenas contribuíram para a ampliação do discurso sobre interculturalidade e educação, mas também os negros latino-americanos.

Candau (2017) assinala, também, algumas contribuições significativas para a perspectiva de educação intercultural como as denúncias de discriminações raciais por meio de diferentes manifestações presentes nas sociedades latino-americanas, o combate à ideologia da mestiçagem e da democracia racial; as experiências de educação popular desenvolvidas em toda a América Latina, precisamente a partir de 1970. Ela registra também, por volta de 1980 a 1990, um grande número de países latino-americanos que reconhece, em suas constituições, o caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue de suas sociedades, o que ocasionou a preocupação com as políticas públicas na área educativa para que contemplassem aspectos culturais.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Nesse sentido, a perspectiva intercultural vem sendo o eixo norteador de vários currículos, tendo as **diferenças culturais** (grifo nosso) como temas transversais. Assim, no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quando foram construídos, adotaram como temas transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, **pluralidade e cultura** (grifo nosso). Para Fleuri (2003), o termo intercultural oficializou-se, no Brasil, a partir da publicação dos PCN que apresentavam a pluralidade cultural como um dos temas transversais. Os PCN foram elaborados na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

No entanto, nesse período, o governo tinha uma política econômica neoliberal, realizando inúmeras privatizações. Na verdade, se revisitarmos o passado, observamos que a Constituição de 1988, além de garantir a educação como direito fundamental dos cidadãos, já determinou que fossem "fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A LDB de 1996, em seu artigo 78, já prevê a "oferta de uma educação bilíngue e intercultural aos povos indígenas" (BRASIL, 1996, grifo nosso). Na mesma Lei, no artigo 79, é previsto que o apoio técnico e financeiro às instituições de ensino para o desenvolvimento de uma educação intercultural voltada às comunidades indígenas deve ser feito pela União. Esse apoio prevê o desenvolvimento de programas integrados de ensino e extensão.

Hoje, na Base Curricular Nacional Comum (BNCC) é recomendado que os sistemas de ensino abordem, em seus currículos o que se denomina de Temas contemporâneos. Tais temas "[...] afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora" (BRASIL, 2019, p.19). Apontando como destaque temas garantidos em leis, pareceres, resoluções e decretos, ou seja, que tenham força normativa. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2019, p.19-20), entre esses assuntos destacam-se:

> Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422),bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal,

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

> trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023) (BRASIL, 2019, p. 19-20).

Apesar de existirem normas que regulamentam uma educação que valorize as culturas dos povos minoritários, na prática, no Brasil, isso quase não acontece. Esse fato pode ser comprovado na fala de Júlio, professor da escola Tekator da aldeia Mariazinha, localizada na Terra Indígena Apinajé. Segundo ele, "[...] a Constituição de 88, no seu artigo 210, diz que tem que ser de um jeito certo, mas na prática não acontece. E os professores indígenas e não indígenas só reproduzem pela cartilha do estado" (KÂMER APINAJÉ, 2017, p.76). Pela narrativa de Júlio, entendemos- que mesmo a escola estando funcionando dentro da aldeia, tendo em seu quadro de professores tanto indígenas e não indígenas, existindo toda uma legislação que garante o ensino bilíngue e intercultural, na prática essa interculturalidade não acontece de fato, ficando, muitas vezes, apenas no discurso e nas teorias.

O trabalho da Interculturalidade, para Fleuri (2003, p.17), "[...] trata-se na realidade de um novo ponto de vista, baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos". Essa perspectiva, abordada pelo autor, relaciona-se à igualdade de oportunidades e dignidade, respeitando às diferenças, de modo que não as anule. A "[...] interculturalidade considera o contexto sociocultural dos alunos" (SILVA, 2003, p.42).

Desse modo, a educação intercultural prioriza olhar as diferentes culturas, seja a indígena, a quilombola, a camponesa ou qualquer outra manifestação cultural. A interculturalidade é um termo que, no seu processo histórico, surgiu na educação, mas depois alcançou outras áreas como a cultura, num sentido amplo, e a política. Fleuri (2003, p. 17) apresenta que "[...] o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o 'outro', construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural".

Ainda segundo Fleuri (2003, p. 21), "[...] as propostas de trabalho intercultural surgiram principalmente a partir da emergência das identidades indígenas que buscam defender seus direitos". Nesse sentido, a interculturalidade visa a reconhecer as diferenças e respeitar o outro, como diz Paulo Freire (1987, p. 37) em que "[...] não há uns sem outros, mas ambos em permanente integração". As diferenças interculturais, para Freire (1997, p. 31), "[...] existem e apresentam cortes de classe, de raça, de gênero e como alongamento deste, de nações".

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

O debate da interculturalidade, no ensino superior, ainda é assunto incipiente, sendo colocado como um grande desafio "[...] a formação de universidades interculturais e cursos de formação superior para indígenas e negros em universidades convencionais", considerando ainda que a dinâmica das universidades "[...] é pautada pelo academicismo e pela reprodução monocultural da razão cientifica" (HERBETTA; LANDA, 2017, p.11).

A Lei 12.711/ 2012 de 29 de agosto (BRASIL, 2012), que regulamenta o sistema de cotas e o ingresso de indígenas sem ser pelas cotas, tem possibilitado o aumento da entrada de indígenas nas Instituições de Ensino Superior. Porém, quando esse aluno chega à academia, ele se sente "perdido", visto que nem sempre as universidades se encontram preparadas para lidarem com esse público, por outro lado, esses espaços têm buscado proporcionar esse espaço intercultural.

Souza (2018, p. 58) apresenta que as políticas afirmativas "[...] promoveram o acesso dos indígenas às instâncias governamentais, universidades e centros de pesquisa, favorecendo a produção e divulgação de pesquisas científicas e literárias no Brasil". Para ele, entre as políticas oferecidas pelo governo brasileiro encontra-se a "Educação Escolar Indígena, Intercultural, Bi/multilíngue" (SOUZA, 2018, p.58).

Segundo Souza (2018), a presença do indígena na universidade é uma conquista por ser fruto de diversas lutas. Essas lutas, segundo Gaivizzo (2019), iniciaram na América Latina por meio do movimento indígena, que buscou, de forma coletiva, o direito dos povos indígenas à Educação Superior. Esses direitos surgiram como forma de exercitar o direito individual e coletivo com a instituição do Marco Jurídico Internacional para a educação.

Segundo Walsh (2013), as lutas sociais também são cenários pedagógicos em que os participantes exercem suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexões e ações. Assim, entendemos que as lutas dos povos indígenas não estão dissociadas de suas pedagogias de aprendizagem. Esses cenários levam esses povos a um processo de construção do conhecimento de forma dialógica.

De acordo com Walsh (2013), a interculturalidade é um termo que a sociedade indígena latino-americana dá sentido e tem apreço. Por outro lado, é um termo amplo, recebendo várias significações. Essa amplitude foi abordada por Fleuri (2003) ao apresentar que, muitas vezes, ele é encontrado com o mesmo nome e o significado totalmente diferente.

Ele esclarece que existem significados para o termo quando se refere à "relação entre grupos folclóricos", ao "[...] modo de compreender o diferente que caracteriza a

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

singularidade de cada sujeito humano", e "como sinônimo de mestiçagem" (FLEURI, 2003, p. 17). Quanto a isso, Walsh (2012) apresenta-nos três perspectivas de interculturalidade: a relacional, a funcional e a crítica. A relacional refere-se ao intercâmbio entre culturas. Segundo a autora:

> A primeira perspectiva é o que chamamos de relacional, que se refere de forma mais básica e geral ao contato e troca entre culturas, ou seja, entre pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais diferentes, o que poderia ocorrer em condições de igualdade ou desigualdade. (WALSH, 2012, p. 77, Tradução da autora).

É uma interculturalidade que nega o racismo e as práticas de racionalização. A crítica realizada pela autora, quanto a esse tipo de interculturalidade, refere-se aos povos que já se relacionam há muito tempo. Então, nesse sentido, segundo Walsh (2012) a interculturalidade existe desde quando se iniciou a interrelação entre as pessoas de diferentes culturas.

A segunda perspectiva, interculturalidade funcional, para Walsh (2012), tem por objetivo diminuir as áreas de tensão e conflito entre os diversos grupos e movimentos sociais que focalizam questões sócio-identitárias, sem afetar a estrutura e as relações de poder vigentes. Para a autora:

> [...] o reconhecimento e respeito à diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade "funcional", entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora "incluindo" os grupos historicamente excluídos (WALSH, 2009, p.16).

Na interculturalidade funcional não existe mudança, fala-se em incluir, tolerar, mas não se pensa na desigualdade que há entre os povos. É uma prática que vem atrelada aos neoliberalistas para manter o controle da situação e sempre está relacionada a uma proposta política do sistema existente. É uma proposta que reconhece a diversidade cultural e as diferenças, no entanto, não toca nas causas de assimetria e desigualdade sociais e culturais, priorizando outras temáticas. Essa é a nova estratégia do capitalismo global quando o assunto é interculturalidade.

Por fim, a interculturalidade crítica é uma proposta ética e política orientada à construção de sociedades democráticas, que articulam igualdade e reconhecimento das diferentes culturas, bem como propõe alternativas de caráter monocultural e domínio

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

ocidentalizante na maioria dos países do continente. Walsh (2013, p. 94) apresenta a interculturalidade crítica como uma teoria que interpreta a modernidade como parte de uma experiência. Para a autora:

> Assim, referimo-nos em particular a teorias como as dos estudos póscoloniais e subalternos, o horizonte de interpretação moderno-colonial e o projeto de interculturalidade crítica. Essas diferentes teorias mostraram o deslocamento epistêmico do projeto moderno ocidental, para um projeto que assume a interpretação da modernidade como parte de uma experiência que por sua vez é colonial. (WALSH, 2013, p.94, Tradução nossa).

Essas teorias fazem fortes críticas ao sistema eurocêntrico, questionando o caráter universal e criticando as práticas coloniais e imperialistas. De acordo com Walsh,

> [...] teóricos pós-coloniais iniciaram uma crítica fundamental da experiência e lógica do colonialismo e do imperialismo na busca de restaurar, (…), a voz, a experiência, a identidade e a história dos subalternos, reivindicando também a importância das localidades periféricas (WALSH, 2013, p.95, tradução nossa).

A valorização da voz, da experiência, da identidade, na história das classes minoritárias, ganha proporção nos discursos acadêmicos com os estudiosos da póscolonialidade. Para WALSH (2013, p. 96),

> A partir da interculturalidade crítica, põe-se um "fim" à ideia crescente que associava a modernização da região a um processo sistemático de progresso, desenvolvimento e cidadania global. Da mesma forma, questiona-se a fragmentação, instrumentalização e alienação da vida e a naturalização imposta pela lógica do capitalismo. Assim, a partir dessa perspectiva de interculturalidade, (…), propõem-se alternativas que buscam o reconhecimento de pensamentos ancestrais que conviveram com o pensamento hegemônico ocidental (WALSH, 2013, p.96, tradução nossa).

Nessa perspectiva de interculturalidade, os conhecimentos dos povos tradicionais convivem com a epistemologia do ocidente. "Portanto, a interculturalidade crítica situa-se a partir de um paradigma diferente, que nos remete a uma compreensão do mundo para além das fragmentações estabelecidas pelo Ocidente" (WALSH, 2013, p.96, tradução nossa). A partir das colocações da autora, percebemos que a interculturalidade crítica requer uma superação dos modelos ocidentais.

A interculturalidade, para Catherine Walsh (2013, p. 289, tradução nossa), 36"[…] está intimamente relacionado a um projeto social, cultural, educacional, político, ético e epistêmico que caminha para a descolonização e a transformação". É um projeto que vem

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

questionar a colonialidade epistêmica do ser, do poder e do saber, além de questionar outras maneiras de pensar as diferenças entre sujeitos para uma sociedade mais justa.

Essa epistemologia da colonialidade foi apresentada por Aníbal Quijano. Para Quijano (1992), o colonialismo aparenta ser um assunto do passado, mas não é. Ele ainda se encontra bem atual, pois a dominação dos países centrais em aspectos políticos, culturais e sociais é visível. Em relação ao colonialismo cultural, Quijano (1992) afirma que, na América Latina, a repressão cultural e a colonização do imaginário foram acompanhadas de uma massificação e extermínio gigantesco dos povos indígenas "[...] principalmente pela sua utilização como mão de obra descartável, além da violência e da conquista de doença" "[...] (QUIJANO, 1992,

Assim, essa dizimação dos povos indígenas deixou marcas culturais que ainda persistem até hoje. Porém, os povos originais resistem a essa catástrofe demográfica, que tem destruído esse modelo de sociedade e cultura.

O fenômeno do poder, para Quijano (2005), é um tipo de relação social, que tem como fundamento três características: dominação, exploração e conflito. A colonialidade do poder é baseada na hierarquia racial e social, tendo o branco masculino no topo e indígenas e negro nas bases inferiores. Segundo Quijano,

> Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de – raça. Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou – racista) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2002, p. 4).

Sendo assim, a colonialidade do poder é a dominação europeia sobre o resto do mundo. Como diz Maldonado-Torres (2007), ela se refere à interação entre formas modernas de exploração e dominação. Segundo Quijano (1992) e Fanon (1968; 2008), na colonialidade do poder, o desejo do colonizado é ser parecido com o colonizador, pois lhe abrem mundos que antes lhe eram negados.

Esses mundos podem ser adentrados por meio da linguagem, pois de posse dela, existe uma grande potência diante do colonizador. Casar com uma pessoa branca é outro modo de alcançar prestígio na sociedade, porque "[...] ser branco é como ser rico, como ser

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

bonito, como ser inteligente" (FANON, 2008, p. 60). A colonialidade do poder não é exercida apenas pelos países centrais (europeus e EUA), mas pela elite brasileira que vê o ser negro como uma pessoa pobre, feia e que não é capaz de alcançar níveis elevados na sociedade, tendo uma boa situação financeira.

Como consequência do poder colonial, o ser também é colonizado. A colonialidade do ser, para Maldonado-Torres (2007), tem a ver com a experiência vivida de colonização e seu impacto na linguagem. Nessa situação, os povos de comunidades indígenas aparecem como os bárbaros, não modernos, não civilizados e os negros como não existentes; a cultura oral é rejeitada valorizando-se a escrita.

Na colonialidade do saber, os sujeitos são relegados quanto à capacidade de ter conhecimento específico voltado ao saber letrado. Para Maldonado-Torres (2007), isso tem a ver com a epistemologia e as tarefas gerais da produção do conhecimento, que são reproduzidas no pensamento colonial. Nesse sentido, o que prevalece é o conhecimento dos homens brancos, europeus e europeizados.

Desses significados explicitados, relacionados às definições do termo interculturalidade, a terminologia que mais se aproximou do estudo realizado refere-se à interculturalidade crítica por defender a inserção de características que envolvem a sociedade como todo, por meio de um processo de construção democrática. "Reconhecer os direitos dos povos indígenas significa assegurar-lhes a liberdade de escolher o que desejam assimilar de nossa cultura e o que querem manter da deles" (GRANDO; HASSE, 2002, p.111). Nesse sentido, as relações na sala de aula devem ser de diálogo e respeito entre indígenas e não indígenas com objetivo de se alcançar uma transformação social no âmbito cultural e político, valorizando as diferenças.

Relações interculturais entre indígenas e não indígenas nas práticas musicais

A presença de indígenas dentro da universidade demarca o seu lugar. Quando o indígena acadêmico vem para a universidade o território vem junto, a caneta passa a ser seu instrumento de luta. A universidade passa a ser um território para esses povos assim como a mãe terra. Desse modo "a universidade é uma ferramenta, um instrumento de luta e resistência" (Kayapó e Schwingel, 2021, p. 21).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Nesse processo de combate e retomada às práticas pedagógicas precisam estarem voltadas para a interculturalidade, em que se valoriza todas as formas de conhecimento, sem privilégios, enfatizando as diferenças e abolindo todo tipo de falas estereotipadas.

O Colaborador 1, ao narrar sobre suas experiências de práticas musicais na LEdoC em que se fez presente a cultura Apinajé, conta que ao ingressar no curso, por volta de 2016, passa a entender melhor as músicas da sua aldeia como as do não indígena, sendo as aulas de música muito importante para ele, servindo como uma forma de identificação de suas origens.

O Colaborador 1 narrou o seguinte: "a aula de música ela identifica... tipo a gente tem um povo e a gente é reconhecido, tipo, reconhecido tipo através da língua, o costume e da música. Então o que eu ainda entendi é que... a aula de música é voltada mais a, tipo, a comunidade da sua origem". A partir de seu relato, apreendemos que as aulas evocam suas matrizes culturais na música, tendo a sua importância pelo fato de revelar identidades relacionadas a sua "tradição", a qual Hall chama de "[...] fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua autenticidade" (HALL, 2013, p.32). A identidade "[...] é um lugar que se assume, uma postura de posição e contexto, e não uma substância a ser examinada" (HALL, 2013, p.16). Mesmo dentro de uma matriz curricular da LEdoC, em que a cultura indígena é quase invisível,

O Colaborador 1 conseguiu perceber a valorização que a música pode oferecer para a evidência da musicalidade de seu contexto cultural. Desse modo, as aulas de música, para ele, contribuem para o retorno de saberes do seu território, que são peculiares do seu povo. Para o colaborador, essa identificação vem não só por meio da música, mas também, pela língua e costumes, revelando suas subjetividades e expressões de sentimentos coletivos, entre o "eu e a "sociedade" (HALL, 2006, p.11), pois a identidade é formada nessas relações.

No caso do Colaborador 2, ao contar sobre experiências de práticas musicais na LEdoC em que se fez presente a cultura Apinajé, diz que as aulas de música foram muito gratificantes para ele, pois aprendeu diversas musicalidades. Ele tem consciência que é diferente dos não indígenas. Ele diz: "como eu sou, eu sou índio né eu sou diferenciado que os brancos eu não entendo muito, muito das músicas". Ao dizer "eu sou índio [...] diferenciado" é uma forma de se afirmar não só como indígena, mas também como Apinajé. É um modo de permanência e reafirmação da sua existência diante do não panhĩ. Colaborador 2 associa o fato de não saber muito das músicas justamente por ser indígena.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Apreende-se também que nas aulas que ele participou prevaleceu a cultura do não indígena. Podemos dizer que houve epistemicídios musicais (QUEIROZ, 2017). “Ao matar formas de pensar, formas de sentir, formas de ser e estar no mundo, formas de fazer e sentir músicas, se assassina sujeitos” (QUEIROZ, 2017, p. 107). Dessa maneira “As exclusões de conhecimentos e saberes musicais faz com que continuemos a praticar epistemicídios musicais cotidianamente no processo de formação musical” (QUEIROZ, 2017, p.115). Colaborador 2 utiliza na sua narração o termo “música” no plural. Por consequência, vai ao encontro de Penna (2015, p.50) que define “Músicas” como sendo “as diversificadas manifestações musicais concretas, de enorme multiplicidade”. Assim, o colaborador entende da sua “música” e muito pouco das “músicas” que correspondem as mais variadas multiplicidades de gêneros musicais existentes no planeta.

Colaborador 2, ao entrar na universidade, em 2019, aprendeu muitas coisas musicais como: “as notas, quais são... é... tipos de música, a batida, melodia, essas coisas assim a gente. Eu praticamente aprendi um pouco. Mas é.... eu vou aprender mais ainda assim”. O Colaborador 2 demonstra ter mergulhado no ensino de música ofertado pela universidade, citando termos da gramática musical, do poder colonizador como “notas” “melodia”, apresentando uma satisfação pelo aprendizado e o desejo de aprender ainda mais.

O Colaborador 3, ao contar sobre suas experiências de práticas musicais no curso em que se fez presente a cultura Apinajé, considera as aulas de música da LEdoC como um caminho de aproximação e reencontro dele com a música da própria cultura ao narrar: “mas as aulas de música que eu tive no curso ne nos trouxe de volta pra pra, é, eu ver né um pouco da música que o nosso povo tinha, utilizada dentro da comunidade né”. Na LEdoC, mesmo não sendo apresentado nas Ementas das disciplinas de música conteúdos direcionados a cultura indígena, exceção algumas referências bibliográficas que encontramos no Projeto Politíco Pedagógico do Curso (PPC), o colaborador evidencia que vivenciou momentos na Universidade com a musicalidade de sua aldeia. Talvez isso tenha ocorrido em virtude da proposta do curso que consiste em valorizar as vivências e experiências dos educandos. Essa posição do Colaborador 3 em se voltar para a música de sua etnia é uma forma de descolonizar a mente (FANON, 2008) em que o colonizado usa a sua cultura como um mecanismo de defesa antes o colonizador, sendo uma forma de libertação de seu povo. Essa situação de se aproximar da música de seu povo quando adentrou à universidade ocorreu também com Júlio Kamêr Apinajé quando foi estudar na Universidade Federal de Goiás

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

(UFG). Kamêr Apinajé (2020, p. 19) apresenta "Por meio de atividades acadêmicas aprendi músicas que são ligadas às queimadas e ameaçam o território Apinajé". No entanto, por outro lado, a música ocidental foi muito importante para o Colaborador 3, pois pode conhecer a música do não indígena e que o deixou muito impressionado. Ele disse:

> eu tive é... a oportunidade de conhecer ne como são as músicas né que eram assim é... cantadas, cantadas em eventos né, a música não nossa né, em que eu também que eu pensava que não tinha aquelas notas pretinhas né, acordes, instrumentos né, e também o uso desses instrumentos eu acreditava que era assim ne, as coisas que não tinha é aquelas notas para ser usadas é através dessas aulas é eu pode é perceber que todas, todas instrumentos né , todos os acordes, tudo isso está relacionado à música (COLABORADOR 3, 2021).

O colaborador faz separação entre músicas peculiares de sua origem e músicas que não pertencem a sua comunidade e se admira com a variedade de elementos presentes na música do não indígena como acordes, instrumentos e notas, que para ele é muito interessante. Isso remete ao que Fanon (1968) chama de processo de conscientização do intelectual colonizado, que ele divide em três níveis. No primeiro nível, o intelectual colonizado assimila a cultura do colonizador. No caso do Colaborador 3, ao adentrar ao curso, passou a reconhecer elementos da gramática universal da música que estão embasados em uma cultura europeia. Isso é o que Queiroz (2017) denomina modelo de ensino canônico. Para o autor, está "baseado, sobretudo, na imposição da cultura musical erudita europeia", (...) marcaram, de forma absoluta, a educação musical brasileira institucionalizada" (QUEIROZ, 2017, p.100). Ao dizer "cantadas em eventos", o colaborador se refere a festas profanas que costumam acontecer dentro das aldeias e que, muitas vezes, ocorrem com a presença de aparelhagens o que não é comum na cultura dos povos originários, mas que também é assimilada pelos Apinajé. No segundo nível desse processo, o intelectual colonizado relembra as suas tradições, quem é ele, evocando lembranças de si e do seu povo. No caso do Colaborador 3, ele se volta à música da sua comunidade ao dizer: "o ensino da música foi muito importante para mim, pois me trouxe de volta pra música da minha... do meu povo né!". O Colaborador 3 traz, à tona, a vida musical dos Apinajé. Por fim, no terceiro nível, o intelectual colonizado vai à luta contra o colonialismo, no entanto, como diz Fanon (1968), com as armas do próprio colonialismo. No caso do Colaborador 3, ele se apropriou da escrita e da língua portuguesa elaborando seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC sobre a música Apinajé. Como nos diz Wayna Kambeba, sobre a escrita sendo um instrumento de luta: "os povos conheceram a escrita e ela tornou-se uma ferramenta

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

importante na luta pela manutenção da cultura indígena, facilitando o registro dos conhecimentos que até então eram transmitidos pela oralidade" (WAYNA KAMBEBA, 2018, 128 p.39). A luta do Colaborador 3 é pela manutenção da música Apinajé. O seu TCC teve como título "A MÚSICA DO POVO PANHÎ: um estudo com cantores indígenas da Terra Apinajé".

A indígena mulher acadêmica Apinajé Colaboradora 4, ao contar sobre suas experiências de práticas musicais no curso que se fez presente a cultura Apinajé, considera as aulas de música da LEdoC muito interessante, pois possibilitou o reconhecimento, ou seja, as diferenças entre a música da sua cultura e as demais músicas. Colaboradora 4 acredita que tem aprendido muitas coisas, como cantar algumas músicas:

> Aprendi muita coisa nesse curso que até hoje, e até hoje estou, estou fazendo esse curso, que estou me esforçando pra mim terminar, né e não desistir. Mas pra nas mulheres indígenas é muito difícil, mas eu estou me esforçando pra mim terminar esse curso. Estou gostando muito desse curso. Aprendi cada coisa nesse curso. Bom, na disciplina de música eu aprendi, aprendi a cantar algumas coisas, algumas músicas já é diferente da nossa cultura né. Até hoje o que eu aprendi é cantar algumas coisas (COLABORADORA 4, 2021).

Além de enfatizar o gosto pela LEdoC e o aprendizado que adquiriu na Disciplina de Música, como cantar, a Colaboradora 4 apresenta a questão da mulher indígena está cursando um curso superior, que é uma situação muito difícil para algumas, pelo motivo de ter de deixar a família e ir para a cidade estudar.

Considerações finais

O termo Interculturalidade subsidiou o trabalho por compreendermos que os projetos voltados para as populações indígenas devem estar focados em perspectivas interculturais, e a interculturalidade crítica (WALSH, 2013) foi utilizada por defender a inserção de característica que envolve a sociedade como um todo, por meio de um processo de construção democrática.

Para tanto, partimos do pressuposto de que os indígenas acadêmicos, ao chegarem à universidade, trazem consigo suas vivências e experiências musicais, entretanto, a música faz parte de suas vidas e exerce certa influência em suas práticas culturais, então precisa ser incluída em suas aprendizagens na sala de aula por meio da interculturalidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Partindo da realidade sociocultural do aluno, o educador promove a interculturalidade e dá voz as minorias no processo de ensino e aprendizagem.

Esses conhecimentos teóricos sobre interculturalidade pode ser o ponto de partida para educadores que atuam em ambientes que preveem práticas educativas interculturais, para compreensão do mundo além do que foi estabelecido pela cultura ocidental.

Agradecimentos

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Aos Acadêmicos Indígenas Apinajé da Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música) da UFNT de Tocantinópolis (TO).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal,1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional". Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso: 09.06.2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2012. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso: 21.09.2020.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf .Acesso em: 18 out. 2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educación Intercultural Crítica**:** Construyendo Caminos. WALSH, Catherine(Org,). **Pedagogías Decoloniales**. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Tomo I. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

FANON, Frantz**. Os condenados da Terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Tradução de José Laurêncio de Melo. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.GORDON, Lewis R., "Prefácio." in: FANON, Frantz, Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.) **Educação Intercultural**: Mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: paz terra:1987.

GAIVIZZO, S. B. Povos indígenas e seu movimento de luta pela efetivação do direito coletivo à educação superior no território latino-americano**. Revista Trabalho Necessário**. 17(34), 130-152. 2019. Disponível: https://doi.org/10.22409/tn.17i34.p38131 Acesso: 24.05.2021.

GRANDO, Beleni Salete; HASSE, Manuela. Índio Brasileiro, integração e Preservação. FLEURI, Reinaldo M.(Org.). **Intercultura:** Estudos Emergentes. 1. Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. 150p.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. 2ª Ed. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2013.

HERBETTA, Alexandre; LANDA, Mariano Báez. Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político. **Educação indígena e interculturalidade**: um debate epistemológico e político/ Mariano Báez Landa; Alexandre Ferraz Herbetta (Org.). – Bilingue – Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

KAMÊR, Júlio Ribeiro. Gernhõxwỳnh Nywjê: fortalecimento da cantoria entre os jovens nos rituais Apinajé. Rio de Janeiro: Pachamama, 2020. 60 p. :(**Alfabecantar:** cantando o Cerrado vivo, 1)

KAMÊR APINAJÉ, Júlio. Processo de Educação Intercultural: Possíveis reflexões. Educação Indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e politíco**= Educación indígena e interculturalidad:** um debate epistemológico y político / Mariano Báez Landa; Alexandre Ferraz Herbetta (Org.) – bilíngue – Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017, p. 74- 81.

KAYAPÓ, E. e SCHWINGEL, K. (Orgs.). **Universidade: território indígena.** Porto Alegre: COMIN: Fundação Luterana de Diaconia, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollode un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Org.) **El giro decolonial:** reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167. Disponível em: <http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17- maldonado colonialidad%20del%20ser.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino.** 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2015.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Formação intercultural em música : perspectivas para uma pedagogia do conflito e a erradicação de epistemicídios musicais. InterMeio: **Revista** do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 23, n. 45, p. 99-124, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 201-246. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf Acesso: 15.11.2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad Y Modernidad/Racionalidad**. PcnlIndig. 13(29): 11-20, 1992

SILVA, Tadeu da. **Alienígenas na Sala de Aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). 11. Ed., - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 – (Coleção Estudos Culturais em Educação).

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais. **Literatura indígena brasileira contemporânea:** criação, critica e recepção (recurso eletrônico) Dorrico, Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner(Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 51-74.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales.** Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Catherine Walsh (Org.) Serie Pensamiento Decolonial. Tomo II. EditoraAbya-Yala. Equador,2017.

WALSH, Catherine**. Pedagogías Decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y(re)vivir. Catherine Walsh (Org.). Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.

WALSH, Catherine**. Interculturalidad y (de)colonialidad**: Perspectivas críticas y políticas.Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: http://www.compitecuador.org/wp-content/uploads/2017/09/Interculturaliad-ydecolonialidad.pdf. Acesso: 09.10.2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir ere-viver. In: CANDAU, V. M. (org**.). Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Tradução: Maria Angélica Lauriano. Río de Janeiro: Editora 7 Letras,2009.

WAYNA KAMBEBA, Márcia. **Literatura indígena:** da oralidade à memória escrita. Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, critica e recepção (recurso eletrônico) Dorrico, Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner(Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 39 - 44.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat, Maria Inês de Almeida,. São Paulo, Editora HUCITEC, 1997.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.